

CIÊNCIAS SOCIAIS e POLÍTICAS

Povo e Democracia

Jader Silveira (Org.)

v. 3 | 2023



Editora
REALCONHECER



CIÊNCIAS SOCIAIS e POLÍTICAS

Povo e Democracia

Jader Silveira (Org.)

v. 3 | 2023

© 2023 – Editora Real Conhecer

editora.realconhecer.com.br

realconhecer@gmail.com

Organizador

Jader Luís da Silveira

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Capa: Freepik/Real Conhecer

Revisão: Respective autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Ma. Jaciara Pinheiro de Souza, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Dra. Náyra de Oliveira Frederico Pinto, Universidade Federal do Ceará, UFC

Ma. Emile Ivana Fernandes Santos Costa, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Me. Rudvan Cicotti Alves de Jesus, Universidade Federal de Sergipe, UFS

Me. Heder Junior dos Santos, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP

Ma. Dayane Cristina Guarnieri, Universidade Estadual de Londrina, UEL

Me. Dirceu Manoel de Almeida Junior, Universidade de Brasília, UnB

Ma. Cinara Rejane Viana Oliveira, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Esp. Jader Luís da Silveira, Grupo MultiAtual Educacional

Esp. Resiane Paula da Silveira, Secretaria Municipal de Educação de Formiga, SMEF

Sr. Victor Matheus Marinho Dutra, Universidade do Estado do Pará, UEPa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S587c Silveira, Jader Luís da
Ciências Sociais e Políticas: Povo e Democracia - Volume 3 / Jader Luís da Silveira (organizador). – Formiga (MG): Editora Real Conhecer, 2023. 145 p. : il.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-84525-77-1
DOI: 10.5281/zenodo.8299587

1. Ciências Sociais. 2. Ciências Políticas. 3. Participação Popular.
4. Democracia. 5. Demandas Sociais. I. Silveira, Jader Luís da. II. Título.

CDD: 362
CDU: 36

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Real Conhecer
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
editora.realconhecer.com.br
realconhecer@gmail.com

Formiga - MG

Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:

<https://editora.realconhecer.com.br/2023/08/ciencias-sociais-e-politicas-povo-e.html>



AUTORES

**ALESSANDRA FIGUEIRA AMARO
CARLOS EDUARDO GOMES
CLEILTON PAZINI SANTANA
ELISIANE ALVES FERNANDES
ENZO MAZZOTTI ALMEIDA
FÁBIO DA SILVA CALLEIA
INGRID ADAME MOREIRA
LUCAS MORATELLI TEIXEIRA
MATIAS PEREIRA MARTINS
MICHAEL CALGARO BEZZUTTI
PEDRO ALVES GOMES
PEDRO QUADRA DE ARAUJO MACHADO FERREIRA
RICHARD SILVA DOS SANTOS
TÂNIA REGINA RAITZ
TARSILLA NOEMI BERTOLI ALEXANDRINO
WALDENILSON TEIXEIRA RAMOS**

APRESENTAÇÃO

O livro "Ciências Sociais e Políticas: Povo e Democracia" é uma leitura obrigatória para todos que desejam compreender a complexidade das sociedades e dos sistemas políticos em que vivemos. A obra traz uma coletânea de artigos escritos por pesquisadores das Ciências Sociais e Políticas, que exploram temas como participação popular, representatividade, democracia, direitos humanos, desigualdade social, entre outros.

Os autores utilizam diversas abordagens teóricas e metodológicas, proporcionando ao leitor uma visão ampla e diversa sobre as questões sociais e políticas contemporâneas. Além disso, a obra apresenta estudos de caso e análises comparativas de diferentes sistemas políticos ao redor do mundo, tornando-o uma fonte valiosa de informação para estudantes, pesquisadores e profissionais interessados na área.

A obra também aborda a importância da participação popular na construção de sociedades mais justas e democráticas. Através de exemplos concretos, os autores mostram como a participação popular pode influenciar as políticas públicas e transformar a realidade social.

"Ciências Sociais e Políticas: Povo e Democracia" é uma obra essencial para quem busca compreender as complexidades do mundo em que vivemos e a importância da democracia e da participação popular na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ideal para todos que desejam aprofundar seus conhecimentos sobre as ciências sociais e políticas.

SUMÁRIO

Capítulo 1 MULHER NEGRA E O MERCADO DE TRABALHO: A DIFICULDADE DA INSERÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL.....	8
<i>Alessandra Figueira Amaro; Elisiane Alves Fernandes</i>	
Capítulo 2 DIÁLOGOS SOBRE SENTIDO(S) DO TRABALHO DOCENTE A PARTIR DE UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA PRODUÇÃO NACIONAL.....	26
<i>Tânia Regina Raitz; Tarsilla Noemi Bertoli Alexandrino</i>	
Capítulo 3 PODER JUDICIÁRIO E OPORTUNIDADES POLÍTICAS: ARTICULAÇÃO LGBT PERANTE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	45
<i>CleiLton Pazini Santana</i>	
Capítulo 4 INFLUÊNCIAS CONSERVADORAS NAS ESTRATÉGIAS E TÁTICAS DO SERVIÇO SOCIAL.....	61
<i>Fábio da Silva Calleia; Ingrid Adame Moreira</i>	
Capítulo 5 ENSAIOS SOBRE O BOLSONARISMO EM NOSSA ERA: O DESEJO DE ANIQUILAMENTO DA DIFERENÇA COMO PRODUÇÃO ESTÉTICA.....	77
<i>Enzo Mazzotti Almeida; Waldenilson Teixeira Ramos; Pedro Quadra de Araujo; Machado Ferreira; Richard Silva dos Santos; Matias Pereira Martins; Lucas Moratelli Teixeira; Carlos Eduardo Gomes</i>	
Capítulo 6 NEOLIBERALISMO E CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: NOVAS TENDÊNCIAS DA POLÍTICA SOCIAL.....	98
<i>Pedro Alves Gomes</i>	
Capítulo 7 OS GOLPES NO SISTEMA FINANCEIRO NA ÓTICA DA ENGENHARIA SOCIAL.....	120
<i>Michael Calgaro Bezzutti; Elisiane Alves Fernandes</i>	
AUTORES.....	142

Capítulo 1
MULHER NEGRA E O MERCADO DE
TRABALHO: A DIFICULDADE DA
INSERÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NO
MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL
Alessandra Figueira Amaro
Elisiane Alves Fernandes

MULHER NEGRA E O MERCADO DE TRABALHO: A DIFICULDADE DA INSERÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

Alessandra Figueira Amaro

Faculdade São Francisco de Assis

Elisiane Alves Fernandes

Faculdade São Francisco de Assis

elisiane@saofranciscocodeassis.edu.br

RESUMO

O mercado de trabalho sofreu diversas mudanças nesses últimos anos devido a pandemia do COVID. As empresas apostam em novas modalidades de trabalho, novos cargos foram criados e a tecnologia está expandindo. No entanto, é de conhecimento que a mulher negra tem mais dificuldade ao acesso ao trabalho formal, devido racismo e a discriminação dentro das empresas. A questão discriminatória por meio de raça e gênero vem sendo discutida em grandes empresas brasileiras que hoje estão promovendo meios para que se tornem mais inclusivas e diversas. O processo metodológico para realizar essa pesquisa foi de cunho exploratório e qualitativo com análise de textos acadêmicos, artigos, sites, dissertações e livros que abordam o tema aqui citado. Ao final foi possível concluir que somente ações a longo prazo, começando com a conscientização nas escolas de que todos são iguais, irá promover uma sociedade mais igualitária no futuro.

Palavras-chave: Mercado de Trabalho. Mulher Negra. Racismo

ABSTRACT

The labor market has undergone several changes in recent Years due to the pandemic of COVID. Companies are betting on new ways of working, new positions have been created, and technology is expanding. However, it is known that black women have more difficulty in accessing formal work, due to racism and discrimination within companies. The discriminatory issue through race and gender has been discussed in large Brazilian companies that today are promoting means to become more inclusive and diverse. The methodological process to carry out this research was exploratory and qualitative in nature, whit the

analysis of academic texts, articles, websites, dissertations, and books that address the theme. In the end it was possible to conclude that only long-term actions, starting with the awareness in schools that everyone is equal, will promote a more equal Society in the future.

Keywords: Labor Market. Black Woman. Racism.

1 INTRODUÇÃO

Para promover mudanças, é necessário conhecer a história. O presente trabalho de conclusão traz um estudo sobre a dificuldade da inserção de mulheres negras no mercado de trabalho em empresas brasileiras. Trazendo também para uma análise, as poucas mudanças que ocorreram com o passar dos anos em relação ao trabalho da mulher negra, pois ainda assim, a maioria se encontra no setor doméstico, serviço braçal e com baixa remuneração.

Questões relacionadas a discriminação de gênero e raça, são fatores determinantes e excludentes e estão cada vez mais virando assunto em empresas que, querem realizar de maneira efetiva, mudanças em suas políticas internas para promover a diversidade e se tornar inclusiva aos olhos da sociedade.

O mundo do trabalho está em constante processo de mudança, com novas formas de trabalhos, extinção de cargos e em contrapartida, criação de novos cargos devido a chamada era digital. Porém algumas situações ainda não mudaram completamente, como a discriminação.

O estudo em questão traz uma percepção das razões que dificultam o acesso da mulher negra em empresas que lhe trariam maiores benefícios e assim contribuir para a expansão de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A questão racial é um tema que precisa ser continuamente discutido pela sociedade. De acordo com Barroso (2013),

Há três posições básicas em relação à questão racial. A primeira é do mais puro e assumido racismo, baseado na crença de que alguns grupos de pessoas são superiores a outros. A segunda sustenta que, no caso brasileiro, somos uma sociedade miscigenada, na qual ninguém é diferenciado por ser, por exemplo, negro. [...] terceira

posição é a de que é fora de dúvida que negros e pessoas de pele escura, em geral, enfrentam dificuldades e discriminações ao longo da vida, claramente decorrente de aspectos ligados à aparência física. (BARROSO, 2013, p. 2).

Ainda segundo Barroso (2013), há aqueles que defendem o humanismo racial, que supõe que aqui transcendemos a questão racial, acreditam sermos uma sociedade homogeneizada pela miscigenação; que todos são iguais independentemente da cor da pele, ou seja, veem o que desejam e creem no que preferem, confundindo vontade com realidade.

Para ter-se um panorama geral da discriminação de gênero e raça, é necessário fundamentar com dados históricos a seguir.

1.1 Brasil: de onde vem o racismo?

Esse capítulo não possui a pretensão de desvendar a gênese do racismo brasileiro. Essa seria uma tarefa prazerosa, mas certamente necessitaria de uma nova produção para alcançar o objetivo. Contudo será trazido para a discussão cenários, estudados, que colaborarão para um entendimento elementar do que é o racismo e suas expressões.

O Brasil recebeu, por comércio luso, boa parte dos negros raptados e escravizados do continente africano. Segundo a Biblioteca Nacional (1988), o Brasil, em razão de sua dimensão e da ausência de preocupação com a reprodução biológica dos negros, foi o maior importador de escravos das Américas. Dos quase 10 milhões de negros transferido para o Novo Mundo, entre os séculos XV e XIX, 3.650.000 vieram para o Brasil.

Nem mesmo a Igreja ou a Coroa se opuseram à escravização do negro, conforme Fausto (1995),

Ordens religiosas como a dos beneditinos estiveram mesmo entre os grandes proprietários de cativos. Vários argumentos foram utilizados para justificar a escravidão africana. Dizia-se que se tratava de uma instituição já existente na África e assim apenas transportavam-se cativos para o mundo cristão, onde seriam civilizados e salvos pelo conhecimento da verdadeira religião. (FAUSTO, 1995, p.52)

Ainda segundo a Biblioteca Nacional (1988), os escravos trabalhavam na agricultura, nos ofícios e nos serviços domésticos e urbanos. Os negros do campo cultivavam para a exportação, a cana-de-açúcar, o algodão, o fumo, o café, além de

se encarregarem da extração dos metais preciosos. Os negros de ofício especializaram-se na moagem da cana e no preparo do açúcar, em trabalhos de construção, carpintaria, olaria, sapataria, ferraria, entre outros. Os negros domésticos, os mais “sociáveis”, cuidavam de todo o serviço das casas-grandes e habitações urbanas: carregar água, retirar lixo, além de transportar fardos e seus senhores em redes, cadeiras e palanquins.

Os colonizadores tinham conhecimento das habilidades dos negros, sobretudo por sua rentável utilização na atividade açucareira das Ilhas do Atlântico. Muitos escravos provinham de culturas em que trabalhos com ferro e a criação de gado eram usuais. (SCHWARTZ, 1988, p. 50).

Apesar de todo conhecimento e habilidades que o negro possuía em agricultura e extração de minérios, mesmo assim era considerado um ser racialmente inferior, já demonstrando assim a certeza de superioridade dos “senhores” em relação aos demais, como aponta Fausto (2006),

No decorrer do século XIX, teorias pretensamente científicas reforçaram o preconceito: o tamanho e a forma do crânio dos negros, o peso de seu cérebro etc., “demonstravam” que se estava diante de uma raça de baixa inteligência e emocionalmente instável, destinada biologicamente à sujeição. (FAUSTO, 2006, p.52).

Trata-se de conhecimento notório que o Brasil foi o último país das américas a abolir por completo a escravatura. O qual teve início somente por pressão dos ingleses para que se interrompesse o tráfico negreiro, não foi por motivos humanitários. Conforme a Biblioteca Nacional (1988),

Os motivos da Inglaterra, que nos séculos XVII e XVIII fora uma das nações mais atuantes neste tipo de comércio, eram essencialmente econômicos. Em suas possessões, no final do século XVIII, havia aproximadamente 800 mil escravos para 150 mil homens livres. Com a Revolução Industrial, porém, a acumulação de capital passou a ser feita predominantemente na esfera da produção – nas indústrias e nas propriedades rurais modernizadas – o que conferiu maior importância à produtividade e à ampliação de mercados. O trabalho escravo e as práticas monopolistas tornaram-se anacrônicas. (BIBLIOTECA NACIONAL, 1988, p. 29).

Segundo Fausto (2006), duas semanas após a extinção do tráfico de escravos, foi aprovada no Brasil em 1850, a Lei de Terras, que estabelecia que as terras públicas deveriam ser vendidas por um preço alto (para evitar posseiros e emigrantes pobres) e estrangeiros que tivessem com passagem financiada, somente três anos depois de

chegar no Brasil. Com essa medida, quem chegasse no Brasil sem os requisitos necessários, também iria se submeter a trabalhar “por comida” e lembrando que os negros escravos não tinham posses, logo não comprariam terras.

No Brasil apesar do forte movimento abolicionista, que contou com nomes como Luiz Gama, José do Patrocínio e André Rebouças, só teve assinada em 13 de maio de 1888 a conhecida Lei Áurea, que extinguiu formalmente a escravidão.

Ela tirou o negro da condição de escravo, mas deixou de lado as propostas de abolicionistas como Patrocínio, Nabuco e Rebouças: distribuição de terras para ex-escravos, assistência econômica e social, acesso à educação, ampliação do direito à participação política, reformas, enfim, que fizessem do negro um cidadão. (BIBLIOTECA NACIONAL, 1988 p. 49).

Sendo assim, entende-se que a escravidão causou profundas marcas na sociedade brasileira. O reconhecimento, de uma pessoa que viveu sendo tida como objeto, em uma pessoa de igual valia possivelmente não ocorre de forma imediata. E isso se comprova na medida em que os negros, pretos e pardos apesar de terem auxiliado na construção das culturas, comércio e desenvolvimento brasileiro não tiveram auxílio algum do Estado quando da assinatura da Lei Áurea. Momento normalmente nomeado entre os integrantes dos movimentos e grupos de conscientização negra de “quando saímos da senzala pra sarjeta”.

Vale ressaltar também que sírios, libaneses, italianos, japoneses, alemães, entre outros chegaram ao Brasil por meio de incentivo financeiro. O governo brasileiro lhes ofereceu terra e dinheiro para aqui se estabelecerem, trazer sua cultura e principalmente fugir das guerras e crises financeiras que assolavam seus países de origem, em troca de ajudarem a construir um país mais civilizado e embranquecê-lo de vez. (ALMEIDA, 2017, p. 25).

Da escravidão até posteriormente a identidade atribuída, o negro sofre um processo de não reconhecimento e exclusão social. Como Hasenbalg (2005) nos traz, a persistência do preconceito e discriminação após a destruição do escravismo não é ligada ao dinamismo social do período pós abolição, mas é interpretada como um fenômeno de atraso cultural. Hoje, no Brasil, o racismo institucional é uma consequência do atraso cultural da sociedade conforme Almeida (2018),

Assim, a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais

para impor seus interesses políticos e econômicos. (ALMEIDA, 2018, p. 30).

Essa estrutura na qual se edificou o Brasil, precisa ser desconstruída para que as oportunidades sejam igualitárias para todos independentemente da cor da pele ou gênero.

1.2 A mulher negra e o trabalho no Brasil: uma parte da história da mulher negra nesta terra

A mulher negra brasileira sempre precisou ser autônoma, conforme nos traz Vargas (2016), garantiu seu sustento e de sua família, possuiu por séculos de opressão, onde foi submetida à escravidão sexual e trabalho braçal forçado, o que ocasionou, no imaginário popular, uma imagem hiper sexualizada e promíscua, reforçando a discriminação e a violência contra a mulher negra. De acordo com Arraes (2013),

Na cultura brasileira, é impossível pensar em mulheres negras como pessoas frágeis. São as negras que, em sua maioria, começam a trabalhar desde jovens para ajudar a família e precisam largar os estudos para cuidar da roça ou limpar a casa de pessoas brancas como empregadas domésticas. Em incontáveis casos, senhoras negras de idade contam histórias de trabalho contínuo sem qualquer descanso, criando filhos dos brancos, cuidando da faxina de residências e centros comerciais, transportando cargas e permanecendo em pé dias inteiros enquanto trabalham, sem receber qualquer direito trabalhista ou pausa para repouso. (ARRAES, 2013, p. 23).

O princípio do empreendedorismo do negro no Brasil, e de como ele foi importante na luta pela liberdade, pode ser visto por diversos vieses, diversas histórias de luta e superação. O melhor exemplo de empreendedorismo no Brasil, foram as “Quitandeiras” conforme Cruz (2016).

As primeiras empreendedoras no Brasil foram as Quitandeiras, mulheres negras, mulheres escravizadas. A prova de que a injustiça pode calar uma alma, mas não impossibilita a sobrevivência e a ação de uma vida e busca de seus sonhos. Empoderamento feminino é causa com representante antiga no Brasil. (CRUZ, 2016).

Nas palavras de Cruz (2016) as negras quitandeiras eram mulheres que viam no comércio de frutas, verduras e comidas e produtos diversos, pelas ruas das cidades do Brasil império uma possibilidade de sobrevivência. Muitas desempenhavam

diversas formas de comércio, em busca de lucro para compra da liberdade própria e dos seus.

Ainda segundo Cruz (2016), elas normalmente estavam envolvidas em todas as fases do ofício. Desde o cultivo, colheita ou preparação dos produtos até a escolha do ponto (ainda que geralmente alguma calçada) para a montagem de suas bancas e tabuleiros. Quando montados esses despertavam o interesse do público pela qualidade, beleza e/ou sabor do que era oferecido.

Figura 1: Mulheres negras Quitandeiras (autor desconhecido)



Fonte: <https://incultec.ufop.br/news/pioneiras-no-empendedorismo-brasileiro>)

O reconhecimento do trabalho e empreendedorismo da mulher negra ao longo da história brasileira é relatado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no Dossiê IPHAN 6 Ofício das Baianas do Acarajé. Nesse documento Almeida (2012) diz:

Hoje o ofício de baiana de acarajé é o meio de vida para muitas mulheres e uma profissão que sustenta muitas famílias. O registro do Ofício das baianas de acarajé como Patrimônio Cultural do Brasil, no Livro dos Saberes, é ato público de reconhecimento da importância do legado dos ancestrais africanos no processo histórico de formação de nossa sociedade e do valor patrimonial de um complexo universo cultural, que é também expresso por meio do saber dos que mantêm vivo esse ofício. (ALMEIDA, 2012, p.11)

Figura 2: Ofícios das baianas de acarajé



Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/>

Assim, se entende que desde sempre a ascensão social da mulher negra foi dificultada pela sociedade machista, racista e patriarcal. Santos (2009) traz que:

Ascender socialmente é algo muito difícil para a mulher negra, são muitos obstáculos a serem superados. O período escravocrata deixou como herança o pensamento popular, em que, elas só servem para trabalhar como domésticas ou exibindo seus corpos. As que se destacam, tiveram que provar mais vezes do que as mulheres brancas a sua competência, por isso, é que é possível afirmar que a questão de gênero é um complicador, mas se esta for somada a questão de raça, o resultado é maior exclusão e dificuldades. (SANTOS, 2009, p. 2)

Avaliando as palavras de Santos (2009) juntamente com a atualidade concluímos que o mundo do trabalho é mais rigoroso com as mulheres negras. Não são incomuns os relatos de mulheres negras sendo rejeitadas ou tendo sua ascensão impedida pelo fato de sua cor, estética, religião, sexualidade entre outros motivos.

A discriminação da trabalhadora negra é traduzida na forma desigual de acesso ao emprego, às posições de ocupação no mercado de trabalho, nas diferenças salariais e nas atividades desenvolvidas. Ademais, há grande dificuldade para mulheres negras concluírem os estudos, dificultando o acesso a melhores oportunidades de trabalho, e, assim, a uma condição financeira maior e melhor. (TRIPPIA e BARACAT, 2013, p.2).

Alguns dos motivos que levam ao impedimento dessa ascensão no mercado de trabalho segundo Trippia e Baracat (2013), seriam a divisão sexual das atividades

laborais, a falta de creches e escolas suficientes para os filhos das trabalhadoras; e a exclusão das mulheres donas de casa, as quais também contribuem de forma significativa para a economia brasileira.

Outro motivo conforme Nascimento (2010), conclui que, se a mulher negra hoje ainda ocupa empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial, é tanto devido ao fato de ser uma mulher de raça negra, como por terem sido escravos seus antepassados. Esse fato se reflete também nos dados do Ipea et. al (2011):

As mulheres, especialmente as negras, estão mais concentradas no setor de serviços sociais (cerca de 34% da mão de obra feminina), grupo que abarca os serviços de cuidado em sentido amplo (educação, saúde, serviços sociais e domésticos). [...] a trajetória feminina rumo ao mercado de trabalho não significou a redivisão dos cuidados entre homens e mulheres, mesmo quando se trata de atividades remuneradas, o que pode ser percebido pela concentração de mulheres, especialmente negras, nos serviços sociais e domésticos. (IPEA et.al, 2011, p. 27).

Quanto aos processos de inserção nas empresas, Bento (1995) nos traz que nem sempre as empresas e seus representantes explicitam seus critérios raciais, esse tipo de prática discriminatória no ambiente de trabalho ocorre de maneira sistemática e determina a dramática situação de vida da mulher negra hoje.

Em relação as consequências desses atos, ainda segundo Bento (1995),

Tais práticas bloqueiam visivelmente o acesso das negras a determinados tipos de empresas ou de empregos impedem a mobilidade profissional acarretam avaliações de desempenho tendenciosas e influenciam nos processos de demissão. Os agentes dessas práticas são os mais variados contudo são os ocupantes de cargos de chefia e profissionais de recursos humanos os que com mais frequência encarnam a figura do discriminador nas entrevistas. (BENTO, 1995, p. 484).

Para Benedito (2008), o processo de inserção já é discriminatório uma vez que acontece de forma distinta, sendo que os negros costumam ocupar as vagas de trabalho mais vulneráveis, com menor remuneração, menor proteção e que exigem maior esforço físico, enquanto que para os brancos a maior concentração de mão de obra está em setores com maior remuneração, mais estabilidade e que exigem menos esforço físico.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O desenvolvimento desse estudo se dá com a proposta de analisar os motivos que levam ao baixo índice de mulheres negras em empresas brasileiras. Essa análise foi feita com base em textos acadêmicos, reportagens de sites, entrevistas televisas, produções cinematográficas e da internet (Youtube, podcast e afins) que tratam sobre o tema. O material foi acessado e coletado ao longo do período de elaboração do presente trabalho acadêmico. Essa pesquisa tem por sua definição a natureza qualitativa, da qual Minayo traz:

É o que significa ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, dos produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. As abordagens qualitativas se conformam melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discursos e de documentos. (MINAYO, 2010, p. 57).

Dessa forma a análise será com foco na trajetória da mulher negra brasileira no mundo do trabalho brasileiro. Busca-se apreciar as oportunidades, os limitadores e as soluções desenvolvidas para a quebra dos paradigmas sociais vividos. É preciso contar que o material de estudo e pesquisa sobre o tema, em grande parte, não se orienta para o grupo delimitado pela proposta. Assim a pesquisa se deu a nível exploratório, que segundo palavras de Gil são:

[...]desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. (GIL, 2007, p. 27).

Ao buscar material para essa produção ficou latente que a questão da mulher no mercado de trabalho, normalmente, se dá sob uma ótica mais generalista e euro centrada. Por esse motivo definiu-se que a pesquisa a nível exploratória melhor se adequa a proposta, levando em conta o delineamento de pesquisa documental, já descrito anteriormente. Sendo assim será utilizado o método de análise documental, descrito por Bardin como:

Um conjunto de técnicas de análises das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das

mensagens [...] A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção ou eventualmente, da recepção, inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não). (BARDIN, 2006, p. 38).

Por fim o método de trabalho foi realizado com a proposta de analisar obras que contemplem informações sobre a mulher negra e o mercado de trabalho.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com o fim do regime escravocrata no Brasil, a mulher negra se torna a protagonista de um cenário excludente na sociedade. Desempenhando o seu papel no mercado trabalhista como vendedoras, lavadeiras, cozinheiras, cuidadoras e muitas vezes sonhando com a possibilidade de ser a doutora, a advogada, a reitora, a juíza, a gerente, a presidente.

Almeida (2017) traz que até os dias de hoje, a mulher negra, enfrenta forte resistência ao buscar profissionalização, conhecimento escolar, pois ainda vivem as marcas deixadas por esse passado escravocrata.

No Brasil, a mulher negra é duplamente discriminada, ou seja, por seu gênero e pela cor da sua pele. Esse ato discriminatório impossibilita, na maioria das vezes, que a mulher negra seja reconhecida no mercado de trabalho, pelas suas qualificações o que resulta em menores chances de crescimento profissional dentro de uma empresa. Conforme nos traz Trippia e Baracat (2013),

[...] as desigualdades de gênero e de raça em relação à trabalhadora brasileira, como produto de um amplo e complexo processo de reprodução de iniquidades e hierarquias sociais, há que ser enfrentada esta questão pelo Estado, o qual, uma vez que tenha chamado para si a responsabilidade pela organização social e jurídica, deverá lançar mão dos meios que possui para resolver esta questão. (TRIPPIA e BARACAT, 2013, p. 2).

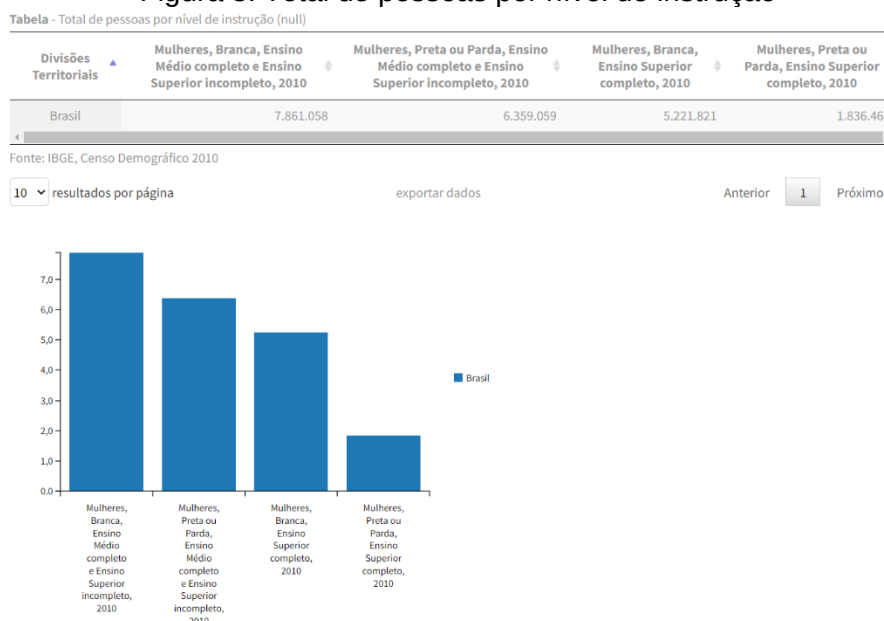
A partir disso, entende-se que o Estado tem o dever de ser o protagonista de ações que promovam a igualdade de direitos e de inclusão dentro das escolas e universidades. Da mesma forma fomentar o acesso ao mercado de trabalho para mulheres negras, acredita-se que a discriminação positiva em concursos, linhas de crédito diferenciadas para mulheres negras empreendedoras, políticas públicas voltadas a mulher negra, podem auxiliar na questão.

Pensa-se dessa forma, pois é visto que as cotas mudaram o cenário do mercado de trabalho no Brasil. Através delas o cenário do ensino superior começou a contar com um maior número de pessoas negras. Conforme Marcondes et. al (2013) em cenários em que há a universalidade do ensino básico e de políticas de acesso ao ensino superior, resultaram em incrementos na realização educacional das mulheres negras, mas não o suficiente para eliminar as desigualdades nesse campo.

[...]as cotas são muito importantes para o acesso e permanência à educação, o que não é um favor, ou um fato desqualificador do grupo negro, é uma Política Pública da qual o povo negro é credor social, pois foi através do seu trabalho que o país se desenvolveu. Não lhes foram oportunizadas, de forma igualitária e democrática, o acesso à educação, o que lhes proporcionaria de maneira mais rápida e eficiente a inserção no mercado de trabalho. (VARGAS, 2016, p. 32).

Como podemos observar na figura 3, conforme censo IBGE (2010), fica bem claro que o acesso de mulheres negras no ensino superior está ocorrendo, porém por conta das dificuldades encontradas durante o processo de estudo, que vai desde conciliar trabalho, família e estudos; a não ter como se descolar assiduamente até o local da instituição, vê-se que menos da metade que ingressa no ensino superior, têm condições de concluí-lo.

Figura 3: Total de pessoas por nível de instrução



Fonte: (IBGE, Censo Demográfico 2010)

Mas somente a aplicação de cotas não será o suficiente como traz Leal (2005), que entende que o estabelecimento de cotas tem caráter paliativo, porque não ataca a causa da desigualdade racial existente no acesso do ensino superior.

O mercado de trabalho apresenta um cenário claro sobre o acesso as suas modalidades. Falando sobre funcionalismo público e militares, conforme Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2009, as mulheres negras possuíam a menor taxa de ocupação entre os grupos estudados. Com base nesse estudo Marcondes et. al (2013) diz que:

[...]os diferenciais de raça e gênero têm peso expressivo quando combinados. As mulheres brancas, que, em geral, são muito mais escolarizadas, apresentam taxas de participação similares a dos os homens negros, que possuem piores taxas de escolarização. Ademais, as mulheres negras, que também são mais educadas em relação ao segmento masculino de seu grupo de cor, têm a menor participação nesta categoria. (MARCONDES et al, 2013, p. 69)

Já ao analisar os resultados do último censo, IBGE (2010), verifica-se que a mulher negra possui a menor taxa de ocupação formal. Tanto no cenário de 16 a 29 anos quanto no de 30 a 49, pouco mais de 50% da população negra feminina possuía um trabalho formalmente registrado sendo respectivamente 51,2% e 53,30%. Conforme se pode ver no infográfico abaixo:

Figura 4: Proporção da população ocupada em trabalhos formais (%)

Tabela - Proporção da população ocupada em trabalhos formais (%)

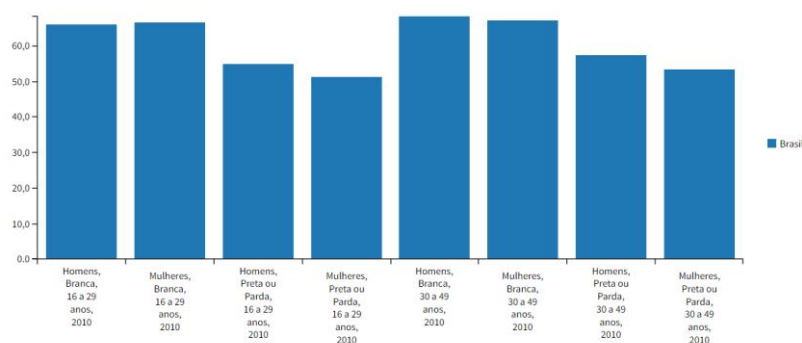
Divisões Territoriais	Homens, Branca, 16 a 29 anos, 2010	Mulheres, Branca, 16 a 29 anos, 2010	Homens, Preta ou Parda, 16 a 29 anos, 2010	Mulheres, Preta ou Parda, 16 a 29 anos, 2010	Homens, Branca, 30 a 49 anos, 2010	Mulheres, Branca, 30 a 49 anos, 2010	Homens, Preta ou Parda, 30 a 49 anos, 2010	Mulheres, Preta ou Parda, 30 a 49 anos, 2010
Brasil	65,9	66,4	54,7	51,2	68,2	67	57,2	53,3

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

100 resultados por página

exportar dados

Anterior 1 Próximo



Fonte: (IBGE, Censo Demográfico 2010)

Crê-se que em grande parte a mulher negra é direcionada a empregos com maior desgaste físico e menor remuneração. O trabalho para a mulher negra pode se iniciar pela manhã até o final do dia, servindo a terceiros e prosseguir em casa com os cuidados que precisa dispensar a família. Acredita-se que a identidade atribuída de servidão para com a mulher negra permita que, normalmente, ela seja vista como criada/empregada. Marcondes et. al. (2013) fala que:

A categoria de empregados domésticos é majoritariamente feminina, com cerca de 7% de homens. Entre as mulheres, a proporção de negras (21,6%) é bem maior que a de brancas (13,5%). A grande concentração de mulheres negras no emprego doméstico chama atenção dos pesquisadores desde meados do século XX. Muitos deles veem a presença negra nessa categoria como sendo uma herança arcaica da escravidão, por se tratar de um trabalho manual, pouco remunerado, com forte presença de informalidade, pessoalidade, sem perspectivas de ascensão na carreira [...]. (MARCONDES et. al., 2013, p.73)

E ainda assim, mesmo a mulher negra tendo todo o conhecimento e qualificação necessária para concorrer a cargos de maior importância dentro das empresas, ela ainda pode se deparar com barreiras de empresas que não possuem qualquer programa de diversidade e inclusão.

A discriminação contra negras em cargo de chefia sustenta-se na resistência do branco em aceitar alguém socialmente considerada subordinada ocupando o comando de outros brancos. A hierarquia social baseada na raça e igualmente no gênero estabelece que a uma posição inferior na relação ampla entre brancos/negros homem/mulher deve corresponder uma posição inferior no trabalho onde o lugar de um jamais seja ocupado pelo outro. (BENTO, 1995, p. 484).

Compreende-se com esses cenários que a mulher negra sempre esteve presente no mundo do trabalho. Geralmente em subempregos onde sua mão de obra é explorada e pouco recompensada, em uma clara precarização resultante do processo de mais valia.

Para reduzir o avanço das desigualdades dentro de empresas, é necessário ações de melhorias desde o ensino fundamental conscientizando desde cedo as gerações futuras do princípio da igualdade, como Leal (2005) explana que uma educação voltada à formação de consciência social do respeito às diferenças, bem como da ilegitimidade de discriminação negativa, qualquer que seja seu fundamento, é que poderão igualar efetivamente os indivíduos no acesso às mesmas oportunidades.

Salientando também, a necessidade de preparar gestores e funcionários para a visão de diversidade e inclusão. Ainda não se vê a representatividade em escolas, faculdades, em cargos de chefia nas grandes empresas, por isso a importância de propagar e promover ações menos excludentes nos ambientes. Almeida (2017) entende que,

[...] para diminuir os índices de racismo no ambiente empresarial é necessária postura dos gestores em assumir um compromisso com a diversidade ética e cultural em suas empresas e igual posicionamento para monitorar a sua realização. (ALMEIDA, 2017, p. 52).

A empresa também precisa entender a sua responsabilidade no desenvolvimento profissional da mulher negra. É necessário que políticas permanentes sejam criadas para que haja a oportunidade de ascensão profissional, possibilitando a viabilidade de workshops, eventos culturais e empresariais, cursos qualificantes, feedbacks assertivos e construtivos, análise de desenvolvimento individual através de ferramentas de gestão de pessoas. Há bastante insumos para o auxílio profissional da mulher.

E para além da empresa, uma vez mencionado no início desse trabalho, que a mulher negra é autônoma, ou seja, ela sempre irá encontrar uma maneira de se sustentar e à sua família, e para auxiliar nesse processo há diversos projetos de incentivo ao empreendedorismo negro que contribuem para a formação de líderes: PretaHub, Black Money, Afrobusiness, Afroya Tech Hub, FA. VELA, entre outras iniciativas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após estudo e análise dos materiais utilizados para a elaboração desse trabalho, conclui-se que há a necessidades de criação de ações afirmativas mais voltadas ao público negro feminino para os ambientes de trabalho. Somente as ações até hoje tomadas que se aplicam a cotas, ainda não são suficientes.

Mesmo as cotas possibilitando o acesso da mulher negra ao ensino superior, ainda há outra barreira a se transpor que é a discriminação no ambiente de trabalho. Poucas são as mulheres negras que chegam a trabalhar em grandes empresas que não estão em cargos como copeiras, cozinheiras ou agentes de serviços gerais. Ademais é necessário que além das empresas proporcionarem a diversidade em seus

ambientes e promover a inclusão, se faz necessário a preparação dos gestores para os vieses inconscientes que normalmente a diversidade traz.

Hoje vê-se diversas empresas nas mídias brasileiras com programas que visam a diversificar o quadro corporativo, porém não sabem como difundir a inclusão dentro das suas instituições.

É necessário que haja ações a longo prazo, começando por conscientização e essa conscientização, precisa ser feita o tempo todo: todos são iguais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte Letramento, 2018.

ALMEIDA, S. C. D. **Inserção da mulher negra no mercado de trabalho: por que as mulheres negras ocupam uma posição de desvantagem no mercado de trabalho?** Instituto de Educação e Ensino Superior de Campinas. Campinas. 2017. Disponível em: <http://iescamp.com.br> Acesso em 13 jun 2022

ARRAES, Jarid. **Heroínas Negras Brasileiras em 15 Cordéis.** Ed. Pólen. São Paulo, 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2006.

BARROSO, Luís Roberto. **“Cotas e Justiça Racial: de que lado você está?”**, artigo de 06 maio 2013. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2013-mai-06/luis-roberto-barroso-justica-racial-lado-voce>. Acesso em: 04 jun 2022.

BENEDITO, Alessandra. **Igualdade e Diversidade no Trabalho da Mulher Negra: superando obstáculos por meio do trabalho decente.** São Paulo. 2008. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/bitstream/handle/10899/23954/Alessandra%20Benedito.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 01 jun 2022.

BENTO, M. A. S. **A mulher negra no mercado de trabalho.** Revista Estudos Feministas. N. 02, 1995, p. 479-488.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Para uma história do negro no Brasil.** Rio de Janeiro, 1988.

CRUZ, Michelle. **As Pioneiras no Empreendedorismo Brasileiro.** 2016. Disponível em: <https://incultec.ufop.br/news/pioneiras-no-empreendedorismo-brasileiro>. Acesso em: 19 mai 2022.

DOSSIÊ IPHAN 6. **Ofício das Baianas de Acarajé**. 2012. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos_OficioBaianasAcaraje_m.pdf
Acesso em: 04 junho 2022

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo EDUSP, 2006. Disponível em: <https://mizanzuk.files.wordpress.com/2018/02/boris-fausto-historia-do-brasil.pdf>.
Acesso em: 25 mai 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo. Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de Gênero**. IBGE, Censo, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=1,2,3,4,99,100,128&ind=4733>
Acesso em 13 mai 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA et. al. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça**. 4. ed. Brasília. Ipea, 2011. Disponível em: cap https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_retradodesigualdade_ed4.pdf e faca (ipea.gov.br) Acesso em 10 jun 2022.

LEAL, Luciana de Oliveira. **O Sistema de Cotas Raciais como Ação Afirmativa no Direito Brasileiro**. Revista da EMERJ, v.8, nº. 31, 2005. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista31/Revista31_104.pdf
Acesso em 06 jun 2022.

MARCONDES, M. M. et al. **Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 29. Ed. Vozes. Petrópolis, RJ. 2010

NASCIMENTO, Beatriz. **A mulher negra no mercado de trabalho**. Portal Geledes. 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-mulher-negra-no-mercado-de-trabalho-por-beatriz-nascimento> Acesso em 09 jun 2022.

SANTOS, Genivalda. **Relações raciais e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial 1550-1835**. 1988. Ed. Schwarcz Ltda. São Paulo.

THEODORO, M. (org.) et al. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008.

TRIPPA, Luciane Maria. BARACAT, Eduardo Milleo. **A discriminação da mulher negra no mercado de trabalho e as políticas públicas**. São Paulo, 2013.

Capítulo 2
DIÁLOGOS SOBRE SENTIDO(S) DO
TRABALHO DOCENTE A PARTIR DE UMA
REVISÃO SISTEMÁTICA DA PRODUÇÃO
NACIONAL
Tânia Regina Raitz
Tarsilla Noemi Bertoli Alexandrino

DIÁLOGOS SOBRE SENTIDO(S) DO TRABALHO DOCENTE A PARTIR DE UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA PRODUÇÃO NACIONAL

Tânia Regina Raitz

Doutora em Educação. Professora e Pesquisadora no Programa de Mestrado e

Doutorado em Educação da Univali. E-mail: raitztania@gmail.com

Tarsilla Noemi Bertoli Alexandrino

Doutoranda em Educação. E-mail: tarsillabertoli@gmail.com

RESUMO

Discutir a categoria trabalho e sua natureza diversa frente à complexidade humana, de forma individual ou coletiva, colide nas transformações socioculturais-econômicas. Da mesma forma, estudar os sentidos atribuídos ao trabalho pelos sujeitos, demanda aprofundar questões das esferas públicas e privadas que envolvem o fazer docente. Portanto, neste texto o objetivo foi investigar a produção nacional realizada por meio da revisão sistemática sobre os sentidos do trabalho docente para dialogar sobre suas nuances particulares. Este estudo é de abordagem qualitativa e descritiva, em que foram aplicados descritores combinados com operadores booleanos no Portal de Periódico Capes, no mês de setembro de 2022. Após a aplicação de critérios de exclusão foram incluídos 20 (vinte) artigos com destaques no que diz respeito às origens dos periódicos nos estados do Rio Grande do Sul e São Paulo, com 3 (três) ocorrências e 10 (dez) revistas que são de origem “eletrônicas”. Os estudos discutem diversos aspectos sobre o(s) sentido(s) do trabalho docente, em espaços públicos e privados, centrando o foco nas percepções negativas e positivas sobre a profissão e com docentes de diferentes níveis de ensino. Neste processo a plataforma Rayyan foi decisiva como instrumental na metodologia abordada. Esta plataforma possibilita a organização das informações relativas aos estudos selecionados, contribuindo na sistematização de revisões sistemáticas. Como resultados analíticos consideramos que o sentido do trabalho passa a ter nuances diferentes de acordo com os contextos e espaços a que se aplica e que as subjetividades da docência ocasionam a atribuição de inúmeros sentidos, e que nesta

riqueza de interpretações que cada sujeito realiza reside a necessidade de continuarmos dialogando sobre o tema.

Palavras-chave: Diálogos; Sentido do Trabalho Docente; Revisão Sistemática da Literatura; Rayyan.

ABSTRACT

Discussing the work category and its diverse nature in the face of human complexity, individually or collectively, collides with sociocultural-economic transformations. In the same way, studying the meanings attributed to work by the subjects requires deepening issues in the public and private spheres that involve teaching. Therefore, in this text, the objective was to investigate the national production carried out through a systematic review on the meanings of teaching work to dialogue about its particular nuances. This study has a qualitative and descriptive approach, in which descriptors combined with Boolean operators were applied in the Portal de Periódico Capes, in September 2022. After applying exclusion criteria, 20 (twenty) articles were included with highlights in terms of regarding the origins of periodicals in the states of Rio Grande do Sul and São Paulo, with 3 (three) occurrences and 10 (ten) magazines that are of “electronic” origin. The studies discuss several aspects about the meaning(s) of teaching work, in public and private spaces, focusing on negative and positive perceptions about the profession and with teachers from different levels of education. In this process, the Rayyan platform was decisive as an instrument in the methodology addressed. This platform makes it possible to organize information related to selected studies, contributing to the systematization of systematic reviews. As analytical results, we consider that the meaning of work takes on different nuances according to the contexts and spaces to which it is applied and that the subjectivities of teaching lead to the attribution of innumerable meanings, and that in this wealth of interpretations that each subject performs lies the the need for us to continue the dialogue on the subject.

Keywords: Dialogues; Meaning of Teaching Work; Systematic Literature Review; Rayyan.

INTRODUÇÃO

A categoria trabalho sempre ocupou um lugar preponderante e central desde a formação e o desenvolvimento histórico da sociedade. Desde os primórdios do pensamento social um conjunto significativo de pensadores já destacava o trabalho como um elemento central e de grande importância para o entendimento do indivíduo na vida social. Portanto, quando discutimos sobre essa categoria refletimos que

continua se constituindo num tema relevante de investigação, dado que se configura num dos valores fundamentais do ser humano e, ainda, exerce relevante papel com vistas à autorrealização e a subjetividade dos indivíduos, bem como contribui para o desenvolvimento da identidade dos trabalhadores.

Desta maneira, quando falamos de trabalho nos referimos a uma atividade humana, individual ou coletiva, de caráter social, complexa, dinâmica, mutante e que se distingue de qualquer outro tipo de prática animal por sua natureza reflexiva, analítica, consciente, propositiva, estratégica, instrumental e moral. Por isso é tão importante atribuímos sentidos ao trabalho. Portanto, cada sujeito emprega os sentidos do trabalho a partir de sua trajetória de vida e em sua relação com o mundo do trabalho, em cada época, tempo e contexto, os sentidos são atribuídos a essas atividades humanas como a educação e o trabalho (TIBOLA, AQUINO E RAITZ, 2020).

Entendemos que uma vida cheia de sentido em todas as esferas do ser social, considerando a multilateralidade humana, somente poderá efetivar-se através da demolição das barreiras existentes entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho [...] se o trabalho se tornar dotado de sentido, será também através da arte, da poesia, da pintura, da literatura, da música, do tempo livre, do ócio, que o ser social poderá humanizar-se e emancipar-se em seu sentido mais profundo (ANTUNES, 2015, p. 135).

Nos últimos anos muitas transformações estão ocorrendo no mundo do trabalho alterando substancialmente as relações de trabalho e as relações socioculturais-econômicas, conseqüentemente modificando também os sentidos que vão sendo atribuídos ao trabalho e, por conseguinte, impõem-se aos indivíduos novas percepções acerca desta categoria. Como salienta Coutinho (2009, p.193), o “trabalho deve ser entendido como fruto dos sentidos individuais e significados sociais, logo, a análise dos sentidos produzidos pelos sujeitos, deve sempre considerar suas relações com os significados produzidos coletivamente e vice-versa”. Desse modo, este estudo tem como objetivo de pesquisa investigar a produção nacional, em uma revisão sistemática, sobre os sentidos do trabalho docente para dialogar sobre suas minuciosidades.

O(S) SENTIDO(S) DO TRABALHO DOCENTE

Tanto na literatura pedagógica como na psicológica assistimos a um aumento de produções e pesquisas que utilizam os conceitos de sentido e de significado. É nítida a quantidade de trabalhos em que esses conceitos aparecem logo no título quando participamos de congressos, conferências, encontros ou simpósios. Desta forma, fica evidente a ampla profusão na literatura pedagógica de estudos que fazem uso destes termos, portanto, chama-se a atenção os riscos de banalização de uma determinada categoria quando “está em moda” e passa a ser usada acriticamente, deslocada de seu campo teórico.

Muitos usam estas duas palavras, muitas vezes, como sinônimos, sem se dar conta do que realmente representam e por que temos que escolher entre uma ou outra e não como sinônimos, pois semanticamente elas são diferentes. Na perspectiva histórico-cultural se revela a diferença entre significado e sentido, em que o primeiro é da ordem do público e o segundo é da ordem do privado. Os significados podem ser compreendidos pela internalização de normas e práticas sociais que afetam os processos psicológicos e são produtos das interações sociais, portanto, conhecer os significados que permeiam o sujeito é o início, pois por meio desta apropriação, pode-se mergulhar nas zonas do sentido.

É justamente essa a beleza do sentido, a interpretação do mundo que cada pessoa faz e tem. Em relação dialética com a realidade, o sentido exprime uma produção pessoal decorrente da apreensão individual das experiências cotidianas e dos significados coletivos que estão apresentados nas representações sociais. Isto quer dizer que a possibilidade de acessar a subjetividade dos sujeitos acontece a partir do sentido, tão logo, esta subjetividade tem um caráter social, construído e determinado pelos grupos em que se está inserido, pelo contexto cultural que está permeado, pela compreensão de situações e fenômenos à sua volta.

Vigotski (2000) entende o significado da palavra como unidade de análise da relação entre pensamento e linguagem. Assim, conforme o autor são produtos históricos e transitórios e as relações sociais neles se refletem. São produtos das condições objetivas que lhes deram origem e refletem a realidade objetivamente existente de um modo especial, por meio de uma generalização. Já Leontiev (1978) diz que, “o homem encontra um sistema de significações pronto, elaborado

historicamente, e apropria-se dele tal como se apropria de um instrumento, esse precursor material da significação” (LEONTIEV, 1978).

Em sua trajetória, o ser humano interage com outros seres enquanto busca compreender-se e integrar-se em seu mundo movimentando-se entre linguagens. O indivíduo não nasce integrado a este mundo, mas integra-se, paulatinamente, movimentando-se entre palavras e a linguagem é o meio pelo qual o ser humano constitui-se sujeito, atribui significados aos eventos, aos objetos, aos seres, tornando-se, portanto, ser histórico e cultural. Por isso, é importante ressaltar que há uma diferenciação na obra deste autor, entre as palavras significado e sentido. Contudo, muitas pessoas confundem e usam de forma aleatória e às vezes até como sinônimos.

Segundo Leontiev (1978), o sentido é criado pela relação objetiva entre aquilo que provoca a ação no sujeito (motivo da atividade) e aquilo para o qual sua ação se orienta como resultado imediato (fim da ação). O sentido pessoal traduz a relação do motivo com o fim, isso quer dizer que para encontrar o sentido pessoal é necessário descobrir seu motivo correspondente. Para um melhor entendimento traduzimos uma situação: a imagem de um aluno lendo uma obra científica se torna um processo consciente que visa um objetivo preciso. O seu fim consciente é assimilar o conteúdo da obra. São os significados que vão propiciar a mediação simbólica entre o indivíduo e o mundo real, constituindo-se no “filtro”; através do qual o indivíduo é capaz de compreender o mundo e agir sobre ele.

O autor também faz uma distinção muito interessante entre motivos geradores de sentido ou motivos realmente eficazes e motivos-estímulos, ou motivos apenas compreensíveis. Isso significa dizer que não há sentidos puros, todo sentido é sentido de algo, é sentido de uma significação. Por sua vez, os significados são mais estáveis, já os sentidos modificam-se de acordo com a vida do sujeito e traduzem a relação do sujeito com os fenômenos objetivos conscientizados. Desta maneira, resalta-se, assim, o papel das condições objetivas na determinação da diferenciação entre sentido e significado na consciência individual.

Uma situação trazida por Leontiev (1978) e que nos pareceu muito relevante discutir direciona a algumas consequências da lógica capitalista para a relação do sujeito e a atividade que ele desempenha neste caso o trabalho. Conceitualmente, a ótica capitalista define o trabalho como sendo o processo de compra da força de trabalho do trabalhador, em que ocorre a venda do seu valor de uso (MARX, 2013). Assim, o trabalho passa, constantemente, por inúmeras transformações que

demandam que as pessoas ajustem seus modos de atuação e percepção sobre os processos produtivos. Neste movimento, constrói-se a relação entre os indivíduos e o mundo ao seu redor, tendo o trabalho uma função delimitada (BENDASSOLLI; GONDIM, 2014) e, retomando a égide do capital, alienante.

Com isso, o sentido do trabalho passa a ter nuances diferentes de acordo com os contextos e espaços a que se aplica. Tolfo e Piccinini (2007) definem o sentido do trabalho como sendo um constructo psicológico permeado por dinâmicas e multidimensionalidades, em virtude da diversidade de variáveis envolvidas no trabalho, corroborado por Bardini e Tolfo (2018). Estas inúmeras possibilidades tornam o fenômeno passível de ser visto com diferentes perspectivas, já que se trata de um objeto que se molda a diferentes instâncias.

Na sociedade capitalista opera-se uma ruptura alienada e alienante entre o significado da ação do trabalhador e o sentido que essa ação tem para ele, ou seja, uma ruptura entre o conteúdo da ação do trabalhador e o motivo pelo qual o ele age. A divisão social do trabalho proporciona essa dissociação (LEONTIEV, 1978). Aqui está o problema da alienação por isso é importante a análise. Há, portanto, uma dissociação entre o significado e o sentido da ação proporcionado pela divisão social do trabalho e pela propriedade privada, quando ampliamos, por exemplo, a discussão do trabalho docente e as relações de gênero que devem ser aprofundadas.

Os tensionamentos e as contradições que aparecem na exigência de investimento afetivo para a realização do trabalho e a impossibilidade de fazê-lo devido às mediações da relação que impedem seu retorno, deverão incluir questões que discutam também categorias como autonomia, emancipação etc. Para pensarmos sobre estes dois termos sentido e significado, Tolfo e Piccinini (2007, p. 40) também contribuem e fazem uma distinção, definem o primeiro termo como a: “representação social que a tarefa executada tem para o trabalhador”, que se traduz pelo reconhecimento do seu trabalho para se alcançar os resultados pretendidos, no sentimento de pertencimento a um grupo ou na importância de seu trabalho para toda a sociedade.

Ao coligar os conceitos, importa observar que sobre o sentido do trabalho, encontram-se diferentes perspectivas que, por vezes, mostram-se antagônicas e que tornam o estudo complexo. Para Pereira e Tolfo (2016), o sentido do trabalho associa-se à missão, fonte de prazer, satisfação e autorrealização. Já Castro e Cançado (2009) trazem aspectos positivos como realização, reconhecimento, valorização e

gratificação. Mateus e Honório (2018) mencionam como aspectos negativos, a tensão, alienação, ansiedade, depreciação, fadiga, entre outros que impactam nas ações do trabalhador. As discrepâncias sobre os sentidos que podem ser atribuídos ao trabalho evidenciam as reflexões pelas quais o trabalhador passa quando é colocado para retratar sua ótica.

O sentido é entendido pelas autoras como “o valor que o trabalho possui para o indivíduo no âmbito pessoal, sua satisfação e autorrealização”. Em síntese: enquanto significados do trabalho são frutos das construções elaboradas coletivamente em um contexto histórico, econômico e social, os sentidos do trabalho referem-se à apreensão individual do que foi construído coletivamente nas experiências cotidianas (FERRAZ, FERNANDES, 2019, p. 167).

Em relação ao trabalho docente, Mateus e Honório (2018) mencionam a rotina de trabalho como processo repleto de conflitos, também permeada pelos vínculos afetivos e emocionais estabelecidos com os estudantes. Soma-se a isso, a desvalorização sofrida pela classe em virtude de parecer que o trabalho do educador possui menos valor frente às outras profissões. Neste contexto, há que se considerar, ainda, as dificuldades enfrentadas pelos professores nos diversos âmbitos em que atuam, em relação à carga horária excessiva de trabalho, burocracia, excesso de alunos em sala de aula, espaços inadequados para o labor, entre outros, que possibilitam a atribuição de diversos sentidos ao trabalho.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Este estudo é parte de uma tese de doutoramento, que trabalha com o(s) sentido(s) do trabalho docente para professoras e professores que participam de conselhos municipais de educação. Este fragmento é de cunho qualitativo e descritivo porque busca retratar aspectos relativos ao fenômeno sentido(s) do trabalho docente e tem como universo de pesquisa os artigos disponíveis no Periódico Capes. A opção pela realização de uma revisão sistemática se deu por características como a replicabilidade, organização, técnica clara e transparente. Além disso, por se tratar de uma pesquisa que foi iniciada em 2022 e que, por compor um projeto maior, terá continuidade nos próximos anos e passará por atualização(ões).

O primeiro passo da pesquisa foi durante o mês de setembro de 2022, em que o Portal de Periódico Capes¹ foi acessado e foram aplicados os descritores: “sentidos do trabalho” OR “sentido do trabalho” AND “docente” OR “professor” OR “professora”, combinados com operadores booleanos, conforme a Figura 01.

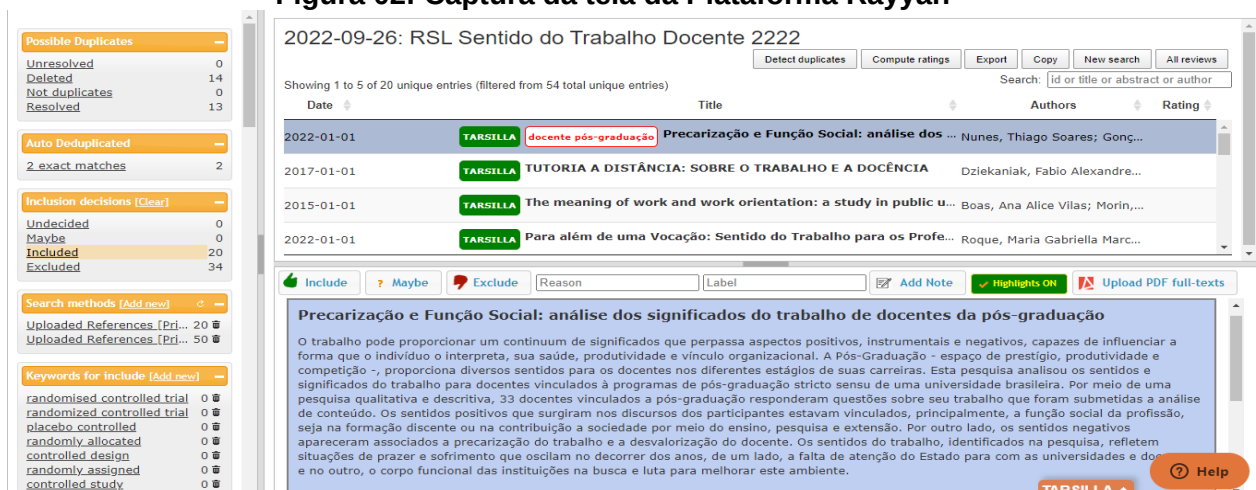
Figura 01: Captura da tela do Periódico Capes



Fonte: Captado pelas autoras no decorrer da pesquisa

Depois deste procedimento, os resultados foram salvos em formato RIS e transferidos para a plataforma Rayyan². Esta plataforma possibilita a organização das informações relativas aos estudos selecionados, contribuindo na sistematização de revisões sistemáticas conforme a Figura 02.

Figura 02: Captura da tela da Plataforma Rayyan



Fonte: Captado pelas autoras no decorrer da pesquisa

¹ <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscaador-primo.html>

² <https://www.rayyan.ai/>

A primeira busca, na base de dados dos Periódicos Capes, contabilizou 70 (setenta) achados iniciais que foram transportados para a plataforma *Rayyan*. Posteriormente, 16 (dezesesseis) estudos foram excluídos porque estavam duplicados. Dos 54 (cinquenta e quatro) restantes, realizou-se a tabulação e análise de títulos e resumos para seleção dos estudos que seriam incluídos efetivamente.

Dos 54 (cinquenta e quatro) trabalhos que restaram, foram aplicados critérios de exclusão que culminaram na eliminação de 34 (trinta e quatro) estudos categorizados por falta de alinhamento ao escopo da pesquisa, foco no ensino superior, saúde mental, comunicação, pós-graduação, gerencialismo, assistência social, lazer, felicidade e associações. A seguir, apresentamos a caracterização dos 20 (vinte) estudos que permaneceram após a aplicação dos critérios de exclusão.

ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS ENCONTRADOS

No que se refere aos periódicos que publicaram os artigos incluídos, o Quadro 01 apresenta o título da revista e local de publicação.

Quadro 01: Periódicos em que os estudos foram publicados

Periódico	Local
Avaliação	Sorocaba, SP
Informática na Educação: teoria & prática	Porto Alegre, RS
Revista GUAL	Florianópolis, SC
Revista Gestão & Conexões	Vitória, ES
Psicologia & Sociedade	eletrônica
Id on Line, Revista de Psicologia: Periódico Multidisciplinar	eletrônica
Nuances: estudos sobre Educação	Presidente Prudente, SP
Revista Alcance – Eletrônica	eletrônica
Polyphonía	eletrônica
Sociedade, Contabilidade e Gestão	Rio de Janeiro, RJ
Revista Ambivalências	eletrônica
Revista Alcance – Eletrônica	eletrônica
REVISTA BRASILEIRA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA	eletrônica
Revista de Administração Mackenzie	eletrônica

Configurações [Online]	eletrônica
Cad. CEDES	Campinas, SP
Linhas Críticas	Brasília, DF
REVELLI, Revista de Educação, Linguagem e Literatura	eletrônica
educação	Santa Maria, RS
Revista Práxis	Novo Hamburgo, RS

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir da tabulação dos dados

Dentre as vinte revistas em que as publicações foram realizadas, dez são eletrônicas, três do Rio Grande do Sul, três do estado de São Paulo, e uma em cada estado que segue: Santa Catarina, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal.

No tocante aos autores dos artigos, foram encontrados 50 (cinquenta) pesquisadores. Estelle M. Morin com 3 (três) publicações, Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva e Ana Alice Vilas Boas com 2 (duas) publicações cada uma e com uma publicação cada os que seguem: Vanise dos Santos Gomes; Vânia Medianeira Flores Costa; Thiago Soares Nunes; Tânia Regina Raitz; Synara Sepúlveda Sales; Shalimar Gallon; Rosiris Pereira de Souza; Roseli Vieira Pires; Rodrigo Fideles Fernandes Mohn; Renan Gomes de Moura; Rejane Prevot Nascimento; P. A. F. Brandão; Marisa Oliveira Santos; Maria Nair Rodrigues Salvá; Maria Julia Pegoraro Gai; Maria Helena Santana Cruz; Maria Gabriella Marchiori Roque; Maria de Fátima Barbosa Abdalla; Malena Piloni Petri; M. G. M Santos; Lutumba Antônio Sebastião Simão; Luis Felipe Dias Lopes; Luciana Netto Dolci; Lucia B. Oliveira; Luana Rosa de Araújo Silva; Lisliane dos Santos Cardôzo; Kátia Barbosa Macêdo; Júlia Gonçalves; Jorge Luiz da Cunha; J. K. C Moraes; Itacy Salgado Basso; Hélio Arthur R. Irigaray; Fernando Santos Sousa; Fabio Alexandre Dziekaniak; Fabiane Santana Previtali; Eliana Marcia Martins Fittipaldi Torga; Elem Duarte Vaz; Elaine S. T. Barbosa; Deise Ramos da Rocha; Débora Vargas Ferreira Costa; Daniele Letícia Meinerz; Christie Dinon Lourenço da Silva; Álvaro Luiz Moreira Hypolito; Almiralva Ferraz Gomes; Alfrancio Ferreira Dias; Alessandra Batista de Oliveira e Adller Moreira Chaves.

Em relação às palavras-chave dos artigos, encontramos 41 (quarenta e uma), dentre as quais há predominância de aparição daquelas que coadunam com o(s) sentido(s) do trabalho docente, conforme o Quadro 02.

Quadro 02: Frequência das palavras-chave nos artigos

Palavra-chave	Quantidade
Trabalho do professor.	10
Sentido do trabalho.	7
Trabalho.	3
Docente do Ensino Superior; Docentes; Formação de professores; Pós-graduação; Professoras universitárias; QVT; Sentido do trabalho docente.	2
(Auto) biografia; Carreira; Condições objetivas e subjetivas de trabalho; Defesa da Escola Pública; Educação a Distância; Educação Infantil; Educação profissional; Ensino de História; Ensino superior; Envelhecimento; Gênero; Gestão de Pessoas; Instituição de ensino; Mobilização subjetiva; Pandemia; Prazer; Professor; Profissionalização; Projeto de Escola; Representações sociais; Sentido e significado do trabalho; Significado do trabalho; Significados/Sentidos; Sobrecarga de trabalho; Sofrimento; Trabalho Precarizado; Trajetórias identitárias; Tutoria; Universidades públicas; Vínculos de trabalho; Vocação.	1

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir da tabulação dos dados

Partimos agora para a análise dos estudos encontrados, iniciando pelo primeiro artigo que analisa os sentidos e significados do trabalho de docentes na pós-graduação. Identificou como questões positivas suas contribuições à sociedade como sendo a função social da profissão; como negativas, os sujeitos de pesquisa mencionaram a precarização do trabalho e desvalorização docente (NUNES; GONÇALVES; TORGA, 2022). Dziekaniak, Gomes e Dolci (2017) problematizam o capitalismo na educação que ocorre por meio da terceirização de serviços temporários nas tutorias a distância. Este processo, segundo a pesquisa, precariza e explora a mão de obra trabalhadora.

Para Vilas Boas e Morin (2015), a relação entre trabalho, emprego e carreira para professores universitários possui diferentes percepções. Estes indicadores são impactados em virtude da orientação vocacional docente e como os gestores universitários utilizam estas informações para proporcionar a qualificação das condições do ambiente de trabalho, englobando aspectos físicos e de relacionamento.

O quarto artigo compreende o sentido do trabalho docente como sentimento de desvalorização que abarca questões salariais, falta de reconhecimento e cansaço derivado do excesso de tarefas relativas à sua atuação. Em contrapartida, evidencia sentimentos como satisfação pelo trabalho, orgulho pela profissão e o ambiente de trabalho descrito como agradável e prazeroso no estudo de Roque et al. (2022).

Esta ambivalência emerge no estudo de Raitz e Silva (2014) ao analisar a trajetória identitária de professoras universitárias. As autoras identificaram que os sentidos atribuídos por elas demonstram sentidos diversificados, entrecruzados e contraditórios, corroborando com o mundo que se transforma constantemente e reconfigura a identidade profissional.

Já o estudo de Gai et al. (2021), realizado com docentes argentinos, percebeu que fatores analisados na ótica qualitativa da pesquisa configuram uma percepção positiva sobre o trabalho. O sétimo estudo analisou representações sociais dos professores de cursos de licenciatura. Abdalla (2011) constatou que o processo de profissionalização, para estes docentes, é um espaço diferenciado de sentidos sob duas vertentes: a primeira, que (re) constrói a identidade profissional e a segunda, que segue a lógica da “resistência” e/ou “inovação”, enfatizando limites da formação para a mudança dos sujeitos com suas intenções/tensões sobre o processo de profissionalização, conscientes dos desafios que enfrentam constantemente.

Piloni Petri, Gallon e Vaz (2019) analisaram os sentidos do trabalho para professores de pós-graduação. Encontraram resultados relativos a um trabalho que tem sentido, principalmente no que se refere à organização do trabalho docente composta por burocracia, reuniões, carga excessiva de trabalho e má divisão dos cargos de gestão, podendo a pesquisa ser utilizada para que a IES repense suas ações. Souza et al. (2021) trataram sobre significados e sentidos do trabalho docente na educação infantil a partir do materialismo histórico-dialético. Pontuaram a singularidade desta atividade profissional como produto histórico-social com predominância feminina em sua prática.

O décimo artigo abordou o envelhecimento e o sentido do trabalho para docentes do ensino superior (NASCIMENTO et al., 2016). A partir das mudanças no perfil demográfico da população brasileira, os autores afirmam que o trabalho é extremamente importante, o que pode tornar a aposentadoria um processo temido e indesejado, já que existe preconceito sobre questões de idade e gênero, desvelando um preconceito não declarado dos homens frente ao trabalho das mulheres.

Para Dias e Cruz (2013), a abordagem de representações de gênero na educação ocasionou a inferência de que os docentes vivenciam mudanças nas relações no interior do trabalho e da família. Este processo causa atribuição de sentidos ao trabalho em virtude de suas identificações como homens/mulheres, elaboradas ao longo de suas trajetórias de vida.

O décimo segundo artigo avaliou fatores de qualidade de vida no trabalho e sua relação com o sentido do trabalho (VILAS BOAS; MORIN, 2016). As pesquisadoras identificaram, por meio de entrevistas com professores no Brasil e no Canadá, que o segundo grupo encontra mais autonomia, oportunidades de desenvolvimento profissional e reconhecimento no ambiente de trabalho, quando comparados ao primeiro grupo que afirmou trabalhar mais horas por semana e ter maior carga mental ocasionada pelo trabalho.

O estudo de Santos, Moraes e Brandão (2017) analisou conceitos de trabalho e trabalho docente com professores que atuam na educação profissional. Verificaram que a concepção de trabalho docente é diferente de outros tipos de trabalho, sem conseguir sinalizar os trabalhos específicos necessários à prática docente. Irigaray et al. (2019) exploraram o sentido do trabalho com professores do ensino superior submetidos a diferentes vínculos empregatícios. Os autores verificaram que as condições de emprego dos profissionais constituem importante desafio a ser enfrentado pelas organizações, já que causam diferentes sentimentos nestes docentes.

Como décimo quinto artigo, Previtali (2013) realizou um ensaio teórico a partir de Ricardo Antunes que em 1999 tratou sobre os sentidos do trabalho. A autora contextualiza a obra e discorre sobre o processo de afirmação e negação do trabalho. Basso (1998) interpretou o trabalho docente nas categorias de sentido, que é realizado pelo professor, e o significado desta atividade fixada socialmente. Para o autor, a ruptura entre sentido e significado aliena o trabalho, o que pode comprometer ou descaracterizar o trabalho docente.

Rocha e Hypolito (2020) buscaram compreender os sentidos do trabalho docente constituídos na historicidade dos embates por um projeto hegemônico da educação pública escolar. Concluíram que o humanismo tradicional cristão estabeleceu sentido centrado no conhecimento orientado pela igreja, tendo o humanismo moderno formado sentido ambivalente entre a profissionalização e a vocação e o humanismo neoliberal empenhado ao professor a mediação da autoaprendizagem, ocasionando a perda de sentidos.

Já o estudo de Pires e Macêdo (2020) estudou a mobilização subjetiva do trabalhador docente. Revelou vivências de prazer, sofrimento e estratégias de enfrentamento que estes profissionais encaram, configurando o trabalho docente não apenas como uma atividade, mas também como viver e conviver com a experiência

da pressão, da vida em comunidade, no relacionamento com o próximo, enfrentando a resistência do real, construindo o sentido do trabalho, situação e sofrimento.

O décimo nono artigo é de Cunha e Cardôzo (2015) em que os autores pesquisam como a formação inicial implicou no trabalho de professores formados no curso de História de determinada universidade. Com o estudo, afirmam que o ensino de história precisa estar inserido na cultura histórica para que tenha papel orientador e que o aprendizado histórico não compreenda apenas aprender conteúdos do passado, como também se trata do engajamento do sujeito social que se entende pela história e que a interpreta objetiva e subjetivamente.

Por fim, Sousa et al. (2021) discute os sentidos atribuídos ao trabalho docente no contexto da pandemia de Covid-19. Para os autores, o movimento dialético e contraditório evidenciado na pesquisa constitui de forma significativa os sentidos para o trabalho docente, que precisam ser analisados sob uma concretude social atípica e histórica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que se refere ao trabalho docente, faz-se necessário considerar as subjetividades envolvidas nesta profissão, bem como a desvalorização que vem ocorrendo ao longo do tempo. Ser professor não é um ofício com início, meio e fim, em que as ações realizadas apresentam resultados em curto prazo. Neste contexto, é natural que exista a preocupação com a função social da profissão e a expectativa de que os alunos sejam indivíduos afetados significativamente pelo processo educativo, o que não pode ser mensurado nem codificado, mas que evidencia a riqueza da profissão.

Portanto, quando discutimos sobre essa categoria não podemos esquecer que o trabalho docente não diz respeito somente à sala de aula ou ao processo de ensino formal, mas sim envolve atenção, cuidado, afetividade, além de diversas outras atividades inerentes à educação. De forma genérica, é possível definir o trabalho docente como todo ato de realização no processo educativo. E nesse ato educativo temos que considerar no trabalho docente os elementos que propiciam ou favorecem as mudanças das práticas pedagógicas dos docentes, a promoção ou aceleração das transformações do trabalho de modo a alcançar o êxito do processo de aprendizagem dos alunos.

Também o tema dos sentidos do trabalho docente evidenciam as condições que podem proporcionar a superação de práticas que têm levado ao fracasso do aluno, práticas rotineiras, estereotipadas, muitas vezes, baseadas em ideários pedagógicos simplificados, o que se perdeu em termos de potencial de análise crítica da realidade e do enfrentamento dos problemas educacionais. Isso tudo representado pela preocupação de uma formação com qualidade e a valorização das atribuições do trabalho docente.

É importante destacar que o sentido do trabalho docente se forma pela experiência e pela formação que tem a finalidade da ação de ensinar, isto é, pelo conteúdo concreto efetivado através das operações realizadas conscientemente pelo professor, considerando as condições reais e objetivas na condução do processo de apropriação do conhecimento pelo aluno.

Portanto, para esse entendimento o sentido do trabalho docente deve ser compreendido pela ação mediadora realizada por outro ou outros indivíduos no processo de apropriação dos resultados da prática social. São muitos os questionamentos e as possíveis respostas dependem dos fundamentos teóricos que o pesquisador utilizar para a análise da realidade investigada.

No âmbito da revisão sistemática, ponderamos que diante dos resultados encontrados, há predominância de periódicos eletrônicos publicando sobre a temática, o que pode revelar uma conjuntura acadêmica no que se refere às revistas científicas. Este achado pode contribuir para os autores que estão pesquisando e produzindo sobre este objeto. Como limitação desta pesquisa, existe o interesse por realizar revisões sistemáticas em outras bases de dados para contextualizar mais amplamente as pesquisas realizadas sobre o tema, mas que precisarão ser realizadas posteriormente.

REFERÊNCIAS

ABDALLA, M. de F. B. Representações sociais dos professores formadores: o sentido do trabalho docente e a profissionalização. **Nuances**, Volume 16, Issue 17, 2011. DOI: 10.14572/nuances.v16i17.319

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2015.

BARDINI, C.; TOLFO, S. R. O sentido do trabalho para empregados de uma empresa do setor elétrico sediada em Santa Catarina. **Revista Especialize**, 15 (1), 1-29, 2018. Disponível em: <https://assets.ipog.edu.br/wp-content/uploads/2019/12/07013922/crislaine-bardini-101761313.pdf>. Acesso em: Jul. 2023.

BASSO, I. S. Significado e sentido do trabalho docente. **Cadernos do CEDES**, Volume 19, Issue 44, pp. 19-32, 1998. DOI: 10.1590/S0101-32621998000100003

BENDASSOLLI, P. F.; GONDIM, S. M. G. Significados, sentidos e função psicológica do trabalho: discutindo essa tríade conceitual e seus desafios metodológicos. **Avances en Psicología Latinoamericana**, Bogotá, v. 32, n. 1, p. 131-147, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/apl/v32n1/v32n1a10.pdf>>. Acessado em: Jun. 2023.

CASTRO, P. M.; CANÇADO, V. L. Prazer E Sofrimento No Trabalho: A Vivência De Profissionais De Recursos Humanos. **Revista Gestão e Planejamento**, 10(1), 19-37, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277228450_PRAZER_E_SOFRIMENTO_NO_TRABALHO_A_VIVENCIA_DE_PROFISSIONAIS_DE_RECURSOS_HUMANOS. Acesso em: Jun. 2023.

DZIEKANIAK, F. A.; GOMES, V. Dos S.; DOLCI, L. N.. TUTORIA A DISTÂNCIA: SOBRE O TRABALHO E A DOCÊNCIA. **Informática na educação: teoria & prática** - Volume 19, Issue 3, 2017. DOI: 10.22456/1982-1654.60079

COUTINHO, M. C. Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 2009, vol. 12, n. 2, pp. 189-202.

CUNHA, J. L. Da; CARDÔZO, L. dos S. Os sentidos do trabalho do professor e o lugar social do ensino de História. **Educação**, Volume 40, Issue 3, pp. 529-544, 2015. DOI: 10.5902/1984644418702

DIAS, A. F.; CRUZ, M. H. S. As representações dos sentidos e significados atribuídos ao trabalho docente na perspectiva de gênero. **Ambivalências**, Volume 1, Issue 2, pp. 104-128, 2013. DOI: 10.21665/2318-3888.v1n2p104-128

FERRAZ, D. L. da D.; FERNANDES, P. C. de M. Desvendando os sentidos do trabalho: limites, potencialidades e agenda de pesquisa. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, vol. 22, n. 2, p. 165-184, 2019.

GAI, M. J. P. et al. O sentido do trabalho: um estudo de caso com docentes argentinos. ID on line. **Revista de psicologia**, Volume 15, Issue 57, pp. 186-202, 2021. DOI: 10.14295/online.v15i57.3181

IRIGARAY, H. A. R. et al. Vínculos profissionais e sentido do trabalho: uma pesquisa com professores do ensino superior. **Revista de administração Mackenzie**, Volume 20, Issue 1, pp. 1-27, 2019. DOI: 10.1590/1678-6971/eRAMG190070

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

Marx, K. **O capital**. 4. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MATEUS, F. J. A.; HONÓRIO, L. C. Psicodinâmica do Trabalho no Ensino Fundamental Público e Privado: Comparando a Docência em Escolas do Interior de Minas Gerais. **Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração**, Curitiba, PR, Brasil, 42, 2018.

NASCIMENTO, R. P. et al. Trabalhar É Manter-Se Vivo: Envelhecimento e Sentido do Trabalho para Docentes do Ensino Superior. **Sociedade, contabilidade e gestão**, Volume 11, Issue 2, pp. 2016. DOI: 10.21446/scg_ufrj.v11i2.13382

NUNES, T. S.; GONÇALVES, J.; TORGA, E. M. M. F. Precarização e Função Social: análise dos significados do trabalho de docentes da pós-graduação. **Avaliação** (Campinas) - Volume 27, Issue 1, pp. 68-90, 2022. DOI: 10.1590/s1414-40772022000100005

PEREIRA, E. F.; TOLFO, S. da R. Estudos sobre sentidos e significados do trabalho na psicologia: uma revisão das suas bases teórico-epistemológicas. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 34, n. 86, p. 302-317, 2016. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-835192>. Acesso em: Jul. 2023.

PILONI PETRI, M.; GALLON, S.; VAZ, E. D. Os sentidos do trabalho para docentes de pós-graduação stricto sensu: um estudo com docentes das áreas de administração e educação. **Revista Alcance**, Volume 25, Issue 3, pp. 366-380, 2019. DOI: 10.14210/alcance.v25n3(Set/Dez).

PIRES, R. V.; MACÊDO, K. B. Labor e muito amor: mobilização subjetiva do trabalho docente. **Revelli**, Volume 12, Issue 0, 2020. DOI: 10.51913/revelli.v12i0.10966

PREVITALI, F. S. Ricardo Antunes. Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. **Configurações**, Volume 0, Issue 12, pp. 241-245, 2013. DOI: 10.4000/configuracoes.2192

RAITZ, T. R.; SILVA, C. D. L. da. Trajetórias identitárias e sentidos do trabalho docente para professores universitários. **Psicol. Soc.**, Volume 26, Issue 1, pp. 204-213, 2014. DOI: 10.1590/S0102-71822014000100022

ROCHA, D. R. da; HYPOLITO, Á. L. M. Disputas pela escola pública: contribuições históricas para pensar o trabalho docente. **Linhas críticas**, Volume 26, Issue 0, pp. 1-15, 2020. DOI: 10.26512/lc.v26.2020.31908

ROQUE, M. G. M. et al. Para além de uma Vocação: Sentido do Trabalho para os Professores da Unidade Escolar Municipal Conveniada Belo Campo. **Revista Gestão & Conexões**, Volume 11, Issue 2, pp. 28-51, 2022. DOI: 10.47456/regec.2317-5087.2022.11.2.36267.28-51

SANTOS, M. G.; MORAIS, J. K. C.; BRANDÃO, P. A. O CAMINHO DOS PROFESSORES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: percepções sobre o sentido do

trabalho e do trabalho docente. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica** (Online), Volume 1, Issue 12, pp. 96-110, 2017. DOI: 10.15628/rbept.2017.5717

SOUSA, F. S. et al. Os sentidos atribuídos ao trabalho docente por professoras e professores no contexto da pandemia da covid-19. **Revista Práxis**, Volume 3, Issue 0, pp. 77-95, 2021. DOI: 10.25112/rpr.v3.2591

SOUZA, R. P. de. et al. Significados e sentidos do trabalho docente na educação infantil: reflexões a partir do materialismo histórico-dialético. **Polyphonía** (Universidade Federal de Goiás. Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação), Volume 32, Issue 2, pp. 255-270, 2021. DOI: 10.5216/rp.v32i2.70851

TIBOLA, N. G.; AQUINO, D. C. C. ; RAITZ, T. R. . Sentidos do trabalho na perspectiva de jovens universitários. **Boletim Técnico do Senac**. A Revista da Educação Profissional, v. 46, p. 121-132, 2020.

TOLFO, S. da R.; PICCININI, V. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 38-46, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/18252/17670>>. Acessado em: Jun. 2023.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes. 2000.

VILAS BOAS, A. A.; MORIN, E. M. The meaning of work and work orientation: a study in public universities of Minas Gerais and Quebec. **Revista Gestão universitária na América Latina**, Volume 8, Issue 4, pp. 117-133, 2015. DOI: 10.5007/1983-4535.2015v8n4p117

VILAS BOAS, A. A.; MORIN, E. M. Sentido do trabalho e fatores de qualidade de vida no trabalho: a percepção de professores brasileiros e canadenses. **Revista Alcance**, Volume 23, Issue 3, pp. 272, 2016. DOI: 10.14210/alcance.v23n3(Jul-Set).p 272-292.

Capítulo 3
PODER JUDICIÁRIO E OPORTUNIDADES
POLÍTICAS: ARTICULAÇÃO LGBT
PERANTE O SUPREMO TRIBUNAL
FEDERAL
CleiLton Pazini Santana

PODER JUDICIÁRIO E OPORTUNIDADES POLÍTICAS: ARTICULAÇÃO LGBT PERANTE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

CleiLton Pazini Santana

Mestrando em Política Social (UFES). Especialista em Direito de Família (FAVENI).

Bacharel em Direito (FDV). Contato: cleopaziny@gmail.com.

RESUMO

Considerando a importância da atuação de movimentos sociais no contexto político brasileiro e na aquisição e garantia de direitos, pretende-se verificar a possibilidade de o poder judiciário constituir palco de oportunidades políticas para atuação desses movimentos, especialmente a partir da atuação do movimento LGBT junto ao Supremo Tribunal Federal em processos referentes a direitos dessa população. Para tanto, procede-se uma revisão bibliográfica para apreender as categorias teóricas relevantes, a seguir acompanha-se brevemente a evolução de oportunidades políticas para o movimento LGBT na última década e, por fim, explora-se a possibilidade de atuação junto ao STF analisando a ação prática da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT). Dessa forma, observa-se que o STF mostra-se como relevante palco de atuação de movimentos sociais, em especial a partir da participação como *amicus curiae*, e que essa atuação é importante para fomentar uma maior abertura democrática da interpretação constitucional.

Palavras-chave: Movimentos sociais; ativismo institucional; cidadania; Direitos LGBT.

ABSTRACT

Considering the importance of the performance of social movements in the Brazilian political context and in the acquisition and guarantee of rights, it is intended to verify the possibility that the judiciary may constitute a stage of political opportunities for the performance of these movements, especially from the LGBT movement's performance with the Supreme Federal Court in cases concerning the rights of this population. To this end, a bibliographic review is carried out to apprehend the relevant theoretical categories, then briefly follows the evolution of political opportunities for the LGBT movement in the last decade and, finally, explores the possibility of acting with the STF analyzing the practical action of the Brazilian Association of

Lesbians, Gays, Bisexuals, Transvestites, Transsexuals and Intersex (ABGLT). Thus, it is observed that the STF is shown as an relevant stage for the performance of social movements, especially from the participation as *amicus curiae*, and that this performance is important to foster a greater democratic opening of the constitutional interpretation.

Keywords: social movements; institutional activism; Citizenship; LGBT rights.

INTRODUÇÃO

A atuação de movimentos sociais no debate democrático constitui um importante fator de movimentação das engrenagens políticas no contexto contemporâneo. No horizonte dos estados democráticos, é no embate de ideias e propostas que se podem encontrar caminhos para soluções possíveis aos problemas sociais complexos que caracterizam a sociedade do século XXI.

No caso do Brasil, grande parte dos direitos e deveres fundamentais incorporados à Constituição da República é produto da ação empenhada dos movimentos civis organizados ao longo das décadas que precederam a constituinte. Assim, os estudos sobre movimentos sociais são importantes para fomentar uma melhor compreensão sobre o quadro político brasileiro e sobre a aquisição de direitos de diversos grupos.

Nesse sentido, o objetivo desse estudo é lançar um olhar incipiente sobre as possibilidades de atuação institucional de movimentos sociais junto ao poder judiciário. Mais especificamente, pretende-se uma aproximação sobre a forma de atuação possível de movimentos sociais junto ao Supremo Tribunal Federal, tomando como exemplo a atuação do movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgêneros (LGBT) no contexto em que parecem se fechar as oportunidades políticas de atuação desse grupo nas esferas executiva e legislativa.

Para alcançar o objetivo exposto, primeiramente apresenta-se uma incursão teórica para entender como é possível a atuação de movimentos sociais a partir das burocracias estatais e não de forma combativa em relação a essas.

A seguir, explora-se a possibilidade de o poder judiciário constituir palco de oportunidades políticas de atuação de movimentos sociais, principalmente a partir da participação processual como *amicus curiae* em ações de controle concentrado de

constitucionalidade. Por fim, a partir da atuação do movimento LGBT junto ao STF pretende-se verificar se as construções teóricas elaboradas se sustentam na prática processual exercida pela militância social junto àquele órgão. Metodologicamente, o trabalho utiliza-se de revisão bibliográfica e análise documental.

1 MOVIMENTOS SOCIAIS, REPERTÓRIOS E OPORTUNIDADES POLÍTICAS

O Termo “movimentos sociais” foi cunhado nos estudos sociológicos da década de 1960 para descrever multidões que clamam por mudanças pacíficas sem dependerem ou requererem necessariamente [d]o poder do Estado (Alonso, 2009, p. 49). Exemplos clássicos de movimentos sociais que podem ser citados são: o movimento pelos direitos civis dos negros e os movimentos feministas americanos, ambos ganhando importância e significação no contexto político mais ou menos na mesma época em que o próprio termo “movimentos sociais” emerge na literatura.

A atuação de movimentos sociais pode ser analisada sobre diversos vieses, tanto de forma empírica como de forma teórica. Nesse sentido, Mario Diani (1992), buscando sintetizar os pontos comuns às principais correntes teóricas que estudam o fenômeno, apresenta quatro características para os movimentos sociais, a saber:

As definições apresentadas acima enfatizam pelo menos quatro aspectos da dinâmica dos movimentos sociais: a) redes de interação informal; b) crenças e solidariedade compartilhadas; c) ação coletiva em questões conflitantes; d) ação que se manifesta amplamente fora da esfera institucional e dos procedimentos rotineiros da vida social (Diani, 1992, p. 7, tradução nossa)³.

Não se mostra útil adentrar profundamente a uma conceituação mais elaborada do termo “movimento social”, posto que a ideia em si já se encontra de maneira mais ou menos correta no ideário ou no senso comum. Para esse estudo, é interessante entender, a partir da caracterização posta por Diani, que movimentos sociais prestam-se à luta por aquisição de direitos e afirmação de cidadania, de forma coletiva e mais ou menos organizada, por redes de indivíduos com crenças compartilhadas.

Quanto à ação coletiva dos movimentos sociais, essa ocorre a partir da utilização de repertórios disponíveis e das oportunidades políticas abertas em

³ No original: *The definitions introduced above emphasise at least four aspects of social movements dynamics: a) networks of informal interaction; b) shared beliefs and solidarity; c) collective action on conflictual issues; d) action which displays largely outside the institutional sphere and the routine procedures of social life.*

determinado contexto cultural e em determinado momento político. Pode-se conceituar repertório, de forma simples, como “o pequeno leque de maneiras de fazer política num dado período histórico” (Alonso, 2012, p. 22). Ou seja, repertórios incluem as táticas e performances de atuação utilizadas por certos grupos em certos contextos sócio-político-culturais. Nesse sentido:

A palavra repertório identifica um conjunto limitado de *rotinas* que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha. Repertórios são criações culturais aprendidas, mas eles não descendem de filosofia abstrata ou tomam forma como resultado da propaganda política; eles emergem da luta. [...] Em qualquer ponto particular da história, contudo, elas [as pessoas] aprendem apenas um pequeno número de maneiras alternativas de agir coletivamente (Tilly, Charles, *apud* Alonso, 2012, p. 26).

Quanto à ideia de oportunidades políticas, Sidney Tarrow (2011) afirma que são “[...] dimensões consistentes - mas não necessariamente formais ou permanentes - do ambiente político ou de mudança nesse ambiente que fornecem incentivos para a ação coletiva afetando as expectativas de sucesso ou fracasso” (Tarrow, 2011, p. 163, tradução nossa)⁴. Ou seja, oportunidades políticas se verificam na forma como o contexto político se organiza em determinado momento.

Então, tem-se que a atuação dos movimentos sociais ocorre a partir da verificação de oportunidades políticas adequadas em determinado momento e com a utilização de rotinas inseridas no repertório disponível desse movimento. Vale destacar que as oportunidades políticas não são estáticas, pelo contrário, essas variarão conforme a configuração social e política da sociedade.

Nesse sentido, é necessário ter em conta o que Tarrow (2011, p. 159) chama de “espiral de oportunidades e ameaças”⁵. Trata-se de um movimento natural do confronto político, uma vez que as oportunidades são variantes de acordo com as configurações do contexto e das ameaças a certos grupos em determinados momentos, o autor entende que essas se apresentam em um movimento que ele chama espiral. Ou seja, com a modificação do contexto político e o aumento de ameaças, a atuação de determinados grupos tende a deslocar-se no palco de atuação possível.

⁴ No original: “[...] consistent – but not necessarily formal or permanent – dimensions of the political environment or of change in that environment that provide incentives for collective action by affecting expectations for success or failure”.

⁵ No original: “*spiral of opportunities and threats*”.

Para Tarrow (2011), a ação dos movimentos sociais ocorre num contexto de confronto político permanente. Nesse sentido, o autor afirma que “a violência é o traço mais visível da ação coletiva” (Tarrow, 2011, p. 105, tradução nossa)⁶. Isso não quer dizer, entretanto, que a ação coletiva ocorra em um palco de guerra civil contínua, Tarrow mesmo faz um adendo nesse sentido ao afirmar que:

A violência pode assumir tantas formas que até o termo “violência coletiva” é uma aproximação. Além disso, a violência e as formas não-violentas de confronto são frequentemente encontradas no mesmo movimento, que é outra razão para incorporar o estudo da violência a uma estrutura mais ampla de confronto político (Tarrow, 2011, p. 105, tradução nossa)⁷.

Sendo assim, deve-se abandonar, ou pelo menos relativizar, a última característica de movimentos sociais adotada por Diani (1992). Afirmar que os movimentos sociais seriam caracterizados por formas de ação que ocorreriam sempre fora da esfera institucional seria pressupor que o confronto político se daria sobre bases que impossibilitam a aquisição de direitos por via do diálogo, o que não é verdade.

Apesar de o conflito ser inerente às relações políticas, a prática e estudos mais recentes têm demonstrado não ser impossível que o ativismo de movimentos sociais se dê por vias institucionais e de forma, até certo ponto, colaborativa com a burocracia do governo instituído. Nesse sentido, Matheus M. Pereira identifica que movimentos sociais podem utilizar táticas institucionais combinadas com táticas extrainstitucionais de ação na sua rotina de interação com o estado e que essa institucionalização do movimento social não necessariamente caracteriza cooptação e tampouco desmobilização dos movimentos civis (Pereira, 2020, p. 232-233).

No âmbito do poder executivo, o ativismo institucional pode ocorrer, por exemplo, através da ocupação de um cargo burocrático por uma pessoa simpatizante ou militante de determinado movimento que, a partir de sua posição interna, buscará articular o direcionamento e implantação de políticas públicas benéficas para os membros de sua categoria política (Pereira, 2020, p. 231-232).

Sendo a atuação institucional uma forma válida e capaz de gerar resultados

⁶ No original: “Violence is the most visible trace of collective action”.

⁷ No original: “Violence can take so many forms that even the term “collective violence” is an approximation. In addition, violence and nonviolent forms of contention are often found within the same movement, which is another reason to embed the study of violence within a broader framework of contentious politics”.

positivos para os movimentos sociais, interessa a esse estudo identificar como os movimentos sociais podem atuar junto ao Poder Judiciário a fim de movimentar suas pautas políticas e impulsionar suas demandas.

Nesse sentido, observa-se que na última década o Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu algumas decisões que asseguram direitos importantes à comunidade LGBT, decisões essas que se referem a assuntos sensíveis e que refletem demandas cruciais desse grupo social. Destacam-se três decisões de maior relevância, a saber: (i) equiparação das uniões entre pessoas do mesmo sexo com as uniões estáveis (2011); (ii) desburocratização da alteração de registro civil para pessoas transexuais (2018); e (iii) criminalização da homofobia (2019).

Os julgamentos listados acima ocorreram em um momento de recrudescimento da configuração dos poderes executivo e legislativo, em que as oportunidades políticas para o movimento LGBT fechavam-se naqueles espaços. Sendo assim, nos próximos capítulos explora-se o contexto em que foram promulgadas as referidas decisões e também a forma de participação dos movimentos sociais na formação do convencimento judicial, principalmente a partir da atuação como *amici curiae*.

2 PODER JUDICIÁRIO COMO PALCO DE OPORTUNIDADES POLÍTICAS

O Brasil, enquanto Estado Democrático de Direito, é marcado pela ideia de soberania popular, tendo como um de seus fundamentos a máxima de que “todo poder emana do povo” (p. único do art. 1º da Constituição da República). Dessa forma, aqueles que ocupam cargos públicos, em especial os cargos mais elevados nos órgãos soberanos, devem agir em respeito e em atendimento ao interesse do povo. No caso dos representantes eleitos, do executivo e do legislativo, estes atuam a partir de mandatos temporários. Ou seja, são eleitos para representar a vontade popular por um tempo determinado, o que deixa claro, pelo menos na teoria, que não atuam em seus próprios interesses, mas no interesse do povo que os elegeu.

No caso dos integrantes do poder judiciário, estes não são eleitos pelo voto popular, mas selecionados por mérito, a partir de concursos públicos ou por indicação dos chefes das esferas executivas a partir de critérios constitucional e legalmente estabelecidos. Em geral, isso não afetará o caráter democrático da atuação dos magistrados, em especial nas instâncias jurisdicionais ordinárias. Isso porque a atuação judicial é pautada pelos princípios da inércia e da imparcialidade. Com isso,

os juízes só se manifestam sobre questões específicas e quando provocados para tanto e suas decisões, em regra, vincularão apenas as partes do processo. Além disso, desses princípios resulta que suas decisões não devem se pautar em interesses pessoais ou ideologias políticas.

Contudo, quando se observa a atuação dos tribunais superiores, em especial do STF, percebe-se que os limites desses dois princípios se apresentam de forma tênue, uma vez que muitas das ações que tramitam naquela instância podem afetar diretamente o rumo da política nacional ou, ainda, dialogar, limitar ou impulsionar, de várias formas, demandas populares que poderiam muito bem ser decididas através do debate democrático, e não necessariamente a partir da atuação do poder judiciário.

Esse é exatamente o caso das decisões citadas anteriormente sobre direitos da comunidade LGBT. A desburocratização da retificação de registro civil para transexuais, o casamento igualitário e a criminalização da homofobia são demandas que há anos fazem parte da agenda política de movimentos LGBT e não necessariamente dependeriam da intervenção judicial para serem movimentadas.

Sobre a demanda por identidade de gênero de travestis e transexuais, essa foi objeto, por exemplo, do Projeto de Lei da Câmara nº 5.002 de 2013, de autoria do então deputado Jean Wyllys. O deputado em questão, inclusive, enquadra-se na ideia de ativista institucional apresentada no início deste trabalho, tendo atuado fortemente em seu cargo eletivo para impulsionar as demandas da população LGBT a partir de dentro da burocracia institucional.

No mesmo sentido, o casamento igualitário foi objeto do Projeto de Lei do Senado nº 612 de 2011, de autoria da senadora Marta Suplicy, que buscava alterar disposição do código civil sobre casamento para permitir o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Já a criminalização da homofobia foi prevista no Projeto de Lei da Câmara nº 122 de 2006, de autoria da Deputada Iara Bernardi, que pretendia, dentre outras medidas, alterar o Código Penal e a Lei que institui o racismo para que passassem a enquadrar também o crime de homofobia.

A existência desses projetos de lei reflete demandas dos movimentos sociais e demonstra que, como dito, todas essas pautas poderiam ser resolvidas através do debate democrático, por mais sensíveis que sejam. Entretanto, é exatamente o caráter sensível dos temas em questão que torna difícil o avanço dessas demandas pelo debate comum do processo legislativo, tanto que todos os projetos de lei citados foram arquivados sem votação.

Soma-se a isso que, na segunda década do século XXI, o Brasil passa por um processo de recrudescimento dos órgãos políticos, legislativo e executivo, o que contribui para uma maior resistência dessas instâncias para com as demandas da comunidade LGBT. Esse movimento de recuo em relação às demandas LGBT pode ser observado na obra de Matheus Mazzili Pereira (2018a). Em resumo do próprio autor, a evolução das oportunidades políticas e conquistas institucionais do movimento LGBT durante os governos Petistas pode ser descrita da seguinte forma:

É possível observar a seguinte trajetória. No primeiro Governo Lula, há um número pequeno de iniciativas governamentais voltadas exclusivamente a pessoas LGBT, o que, provavelmente, pode ser explicado pelo estágio inicial de desenvolvimento dessas iniciativas. Esse número cresceu significativamente no segundo Governo Lula, no qual as principais demandas do movimento LGBT foram atendidas. No início do primeiro Governo Dilma, o ano de 2011 também foi marcado por um número alto de iniciativas. A partir de 2012, no entanto, observa-se uma diminuição nesse número, excetuando-se encontros e seminários, muitos deles, na área da saúde (Pereira, 2018a, p. 120).

Dialogando as observações de Pereira (2018) com a ideia de espirais de oportunidades e ameaças verificada na obra de Tarrow (2011), o que se percebe é que durante os governos petistas, as oportunidades políticas de atuação institucional do movimento LGBT aparecem de forma um tanto quanto errática, mas, de modo geral, apresenta-se um quadro de ampliação dessas oportunidades nos governos Lula e um recuo dessas mesmas oportunidades no governo Dilma (Pereira, 2018b, p. 234).

Essa mudança no panorama de oportunidades políticas para o movimento LGBT durante os governos petistas poderia ser associada, ou pelo menos ocorre de forma simultânea, com a mudança de configuração na coalizão governamental entre um e outro governo e também com o aumento da influência de setores do legislativo e do executivo que se opõem à ampliação de direitos dessa população (como a Frente Parlamentar Evangélica, por exemplo).

Pereira (2018b) identificou que houve um aumento de membros da Frente Parlamentar Evangélica na coalizão do primeiro governo Dilma. Associa essa mudança com as alianças feitas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) durante as eleições presidenciais. Isso teria influenciado no recuo do governo em relação a pautas ligadas às demandas LGBT, uma vez que a presidência precisou se adaptar às pressões de seus aliados conservadores.

Como se vê, o quadro político institucional no legislativo e no executivo se

mostra, de modo geral, desfavorável às demandas da população LGBT, indicando um fechamento das oportunidades políticas nesse palco. Assim, uma vez que o poder judiciário, no caso dos tribunais superiores no contexto estudado, tem relevante papel político, não seria estranho supor que os esforços do movimento social em questão sejam deslocados para esse campo.

Nesse sentido, observa-se que uma forma possível de atuação de movimentos sociais junto ao poder judiciário, em específico junto ao Supremo Tribunal Federal, e que pode ser inserida no repertório de atuação desses movimentos seria como *amici curiae* em ações de relevância política. No caso desse estudo, destaca-se a possibilidade de participação dos movimentos sociais como *amici curiae* nas ações diretas de inconstitucionalidade (ADI) e ações diretas de inconstitucionalidade por omissão (ADO). Sobre o *Amicus Curiae*, ou amigo da corte,

Sua função é chamar a atenção da corte para alguma matéria que poderia, de outra forma, escapar-lhe à atenção. Um memorial de *amicus curiae* é a peça produzida por quem *não* é parte numa ação, com vistas a auxiliar a corte, com informações necessárias, para que ela possa tomar uma decisão correta ou com vistas a advogar um determinado resultado em nome de interesses públicos ou privados de terceiros, que serão indiretamente afetados pela solução da disputa (Coelho, 1998, p. 162).

Vê-se que a ideia da atuação processual do *amicus curiae* é exatamente permitir que, em ações de relevância para a sociedade como um todo, grupos estranhos à lide judicial, mas que possuem interesse social na questão, possam atuar na formação do convencimento jurisdicional. Trata-se de clara oportunidade política para a atuação de movimentos sociais em questões que sejam de seu interesse.

As ações diretas de inconstitucionalidade (ADI) e ações diretas de inconstitucionalidade por omissão (ADO) estão reguladas na Lei 9.868 de 1999. Referida norma não prevê a legitimidade de entidades da sociedade civil, movimentos sociais, para propor ADI e ADO. Inclusive, a regra desse tipo de ação é a proibição de intervenção de terceiros, conforme previsto no artigo 7º.

Entretanto, a mesma norma, admite que “o relator, considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, poderá, por despacho irrecorrível, admitir, observado o prazo fixado no parágrafo anterior, a manifestação de outros órgãos ou entidades” (§2º do art. 7º da Lei 9.868/99). Com isso, vê-se que, exatamente pelo caráter político-social desse tipo de ação, a legislação abre espaço para que haja uma maior participação da sociedade civil para a formação do convencimento dos

julgadores.

Nesse panorama, é possível entender que a possibilidade de atuação como *amici curiae* mostra-se como porta de oportunidades políticas de atuação institucional dos movimentos sociais junto ao poder judiciário em ações que tenham objeto de relevante interesse social e que possam afetar as demandas políticas desse grupo.

Contudo, deve-se tomar o cuidado de observar que essa atuação se dará de forma diferente da atuação institucional junto ao poder executivo. Nesse, os movimentos sociais atuariam com o objetivo de influenciar na tomada de decisões políticas de forma a beneficiar o grupo que representam ou com o qual simpatizam. Já na atuação junto ao poder judiciário, o objetivo seria influenciar na tomada de decisões judiciais, ou seja, influenciar na interpretação ou hermenêutica jurídica a fim de preservar, afirmar ou garantir direitos para o grupo que esteja atuando.

Com isso, a atuação de movimentos sociais como *amici curiae* junto ao STF seria uma forma de oportunidade política apta a fomentar uma hermenêutica jurídica mais democrática. Isso porque, conforme assevera Inocêncio M. Coelho:

[...] no contexto de um Estado de direito, que se pretende democrático e social, torna-se imperioso que a *leitura* da Constituição se faça *em voz alta e à luz do dia*, no âmbito de um processo verdadeiramente público e republicano, pelos diversos atores da cena institucional - agentes políticos ou não - porque, ao fim e ao cabo, todos os membros da sociedade política *fundamentam na Constituição, de forma direta e imediata, os seus direitos e deveres* (Coelho, 1998, p. 158, grifos do autor).

Dessas palavras é possível extrair que a interpretação da constituição, para ser democrática, precisa ser feita por todos os atingidos pela norma constitucional. Dessa forma, a abertura do judiciário, em especial do STF, como palco de oportunidades políticas não é apenas possível, mas necessária para garantir que as decisões ali proferidas respeitem a soberania popular. Assim, a autorização para atuação de movimentos sociais como *amici curiae* não é uma benesse, mas uma necessidade para que o processo constitucional não perca seu caráter democrático.

3 O AMICUS CURIAE COMO FORMA DE PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

As oportunidades políticas de atuação de movimentos sociais pela via judicial não se mostram muito diversas. Contudo, percebe-se que no âmbito dos processos constitucionais (ADI e ADO), a atuação como *amicus curiae* é uma possibilidade

importante de atuação, que se mostra capaz de conferir maior caráter democrático a esses processos.

Sobre o processo constitucional como ferramenta de participação democrática e, portanto, como palco de oportunidades políticas, cabe retomar os estudos de Peter Häberle (1997) e sua ideia de “sociedade aberta dos intérpretes constitucionais”. O autor defende que a abertura da interpretação constitucional é condição necessária para se sustentar o caráter democrático e a efetividade do texto constitucional. Nesse sentido, sustenta a tese de que

no processo de interpretação constitucional estão potencialmente vinculados todos os órgãos estatais, todas as potências públicas, todos os cidadãos e grupos, não sendo possível estabelecer-se um elemento cerrado ou fixado com *numerus clausus* de intérpretes da Constituição (Häberle, 1997, p. 13).

Essa defesa da ampliação dos legitimados para proceder a interpretação constitucional repousa sobre o entendimento defendido pelo mesmo autor de que “quem vive a norma acaba por interpretá-la ou co-interpretá-la” (Häberle, p. 13, *sic*). Assim, embora o autor reconheça que a interpretação constitucional em sentido estrito cabe à corte constitucional, defende que essa interpretação deve ser feita com participação mais ampla possível, pois todos os atores sociais são agentes e forças produtivas de interpretação.

Pelo exposto, vê-se que a atuação do *amicus curiae* perante a corte suprema, com todos os limites que porventura o instituto possa conter, acaba por se mostrar como importante instrumento de participação popular, tornando aquela corte em palco de oportunidades políticas para que movimentos sociais atuem em defesa dos direitos que avocam ou movimentando agendas de seu interesse quando forem objeto de processos constitucionais.

No caso dos movimentos que defendem direitos LGBT, essa porta de participação tem se mostrado especialmente importante nos últimos anos para garantir a participação desse grupo em direcionamentos políticos que lhe afetam, em um panorama no qual as oportunidades políticas no poder legislativo e executivo tem se fechado, conforme se demonstrou alhures.

Em consulta ao sítio eletrônico do STF, é possível perceber que o instituto de *amicus curiae* tem sido utilizado regularmente por movimentos sociais organizados em todos os processos que tratam de direitos do público LGBT, em especial naqueles

três processos citados acima.

Apenas para demonstrar, de forma prática, como um movimento social pode aproveitar o instituto de *amicus curiae* como palco de oportunidade política, cabe analisar brevemente a atuação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) junto àquele órgão. Trata-se de associação criada, dentre outros objetivos, para defender direitos da população LGBT no Brasil, conforme se verifica em seu site.

Na descrição da entidade no site dessa, é possível perceber que um de seus objetivos é, precisamente o aproveitamento de oportunidades políticas institucionais na defesa dos direitos da população representada, o que se verifica no trecho a seguir:

A criação da ABGLT representa um marco importante na história do movimento LGBT brasileiro, pois possibilitou a criação de uma rede nacional de representação com capacidade e legitimidade para levar as reivindicações do segmento até o Governo Federal e a sociedade como um todo, o que até então havia sido impossível (ABGLT).

Essa associação é uma das principais entidades de proteção dos Direitos LGBT e funciona como articuladora de movimentos sociais afins a nível federal, sendo que a mesma tem forte atuação junto ao poder público. Nesse sentido, Pereira (2018^a), quando pesquisou a evolução das oportunidades políticas para o movimento LGBT junto ao executivo concedeu grande importância à atuação dessa entidade, que é citada 49 (quarenta e nove) vezes na tese desse autor.

Junto ao poder judiciário a atuação da entidade não se mostra menos ativa. Essa esteve presente como *amicus curiae* em todos os processos citados nesse trabalho que tratam de direitos LGBT, a saber: ADI nº 4277 sobre uniões homoafetivas; ADI nº 4275 sobre registro civil de transexuais; e ADO nº 26 sobre criminalização da homofobia⁸.

Essa atuação mostra que a própria instituição já percebe o poder judiciário, em específico na atuação do STF, como um palco de oportunidades políticas e que o instituto de *amicus curiae* já está incorporado ao seu repertório de atuação, sendo utilizado regularmente junto a outras estratégias e formas de articulação.

Como se vê, o panorama desenhado é suficiente para demonstrar que a atuação institucional de movimentos sociais pode, de fato, ocorrer junto ao poder

⁸ A respeito da discussão em torno do princípio da legalidade, cf.: PEDRA, Adriano Sant'Ana; FREIRE JUNIOR, Américo Bedê. **Crime de homofobia**. In: A Gazeta, 04 jun. 2019, p. 13.

judiciário e que esse, em especial no âmbito do STF e na atuação de *amici curiae*, pode constituir palco de oportunidades políticas que, se bem aproveitadas, mostram-se como importante ferramenta de democratização da interpretação constitucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações apresentadas no decorrer desse estudo consideraram conceitos importantes para o estudo de movimentos sociais em geral, tais como as noções de repertórios e oportunidades políticas, dando especial atenção aos movimentos sociais LGBT na luta por direitos dessa comunidade.

Percebe-se a importância dos movimentos sociais para o debate democrático e, também, que é possível a atuação desses movimentos junto aos poderes estatais sem que isso ocorra de forma combativa. Verificou-se ainda que essa atuação institucional não caracteriza necessariamente uma cooptação ou desmobilização, mas mostra-se como uma possibilidade viável e que merece ser explorada, o que tem ficado claro nos estudos sobre movimentos sociais mais recentes.

Apontou-se ainda, de forma breve, para a evolução das espirais de oportunidades políticas disponíveis ao movimento LGBT em âmbito institucional nas primeiras décadas do século XXI. Tem-se um quadro de variação errática dessas oportunidades, mas fica claro que ao final dos governos petistas mostra-se um quadro de fechamento dessas oportunidades nos espaços executivo e legislativo, desenhando-se um quadro de recrudescimento das políticas destinadas a esse público.

Nesse sentido, no que concerne ao movimento LGBT, quando se verifica o fechamento de oportunidades políticas junto ao poder executivo e legislativo, explorou-se a possibilidade de atuação desse movimento junto ao poder judiciário, tendo sido identificada a atuação na condição de *amicus curiae* como uma forma de oportunidade política de atuação desse movimento.

A atuação como *amicus curiae* permite aos movimentos sociais atuar na formação do convencimento jurídico dos julgadores. No caso de ações constitucionais, revestidas de relevância política ímpar, essa atuação se apresenta como ferramenta apta a influir na própria formação de uma hermenêutica constitucional mais plural e democrática. Essa forma de atuação, além de útil aos movimentos sociais constitui importante fator de democratização das decisões

judiciais proferidas pelo STF e, tomando como exemplo a atuação da ABGLT, percebeu-se que o instituto já vem sendo inserido no repertório de atuação do movimento LGBT.

Assim, conclui-se que o poder judiciário, de fato, pode constituir palco de oportunidades políticas para movimentos sociais no âmbito dos processos constitucionais a partir da atuação dos *amici curiae*. Essa atuação mostra-se, na verdade, necessária para a ampliação do rol de interpretes da constituição e para conferir um caráter mais democrático à atuação do Supremo Tribunal Federal em questões que tenham ampla relevância política e social.

REFERÊNCIAS

ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos. **História de luta**. [s.l.: s.d.]. Disponível em <<https://www.abglt.org/copia-quem-somos>> Acesso em 19/08/2020.

ALONSO, Ângela. **As teorias dos movimentos sociais**: um balanço do debate. In: Lua nova. n. 76, p. 49-86. São Paulo: 2009.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei da Câmara nº 122 de 2006**. Arquivado. Disponível em <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/79604>> Acesso em 25/07/2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei da Câmara nº 5.002 de 2013**. Arquivado. Disponível em <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichade tramitacao?idProposicao=565315>> Acesso em 25/07/2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 175/2013**. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_175_14052013_16052013105518.pdf> Acesso em 14/07/2020.

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm> Acesso em 14/07/2020.

BRASIL. **Lei 9.868 de 1999**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19868.htm> Acesso em 29/07/2020.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado nº 612 de 2011**. Arquivado. Disponível em <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/102589>> Acesso em 25/07/2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI nº 4275**. Requerente: Procuradoria-geral da República. Relator: Ministro Ayres Britto. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/portal/>>

peticaolnicial/pesquisarPeticaolnicial.asp> Acesso em 10/08/2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI nº 4277**. Requerente: Procuradoria-geral da República. Relator: Ministro Marco Aurélio. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/portal/peticaoInicial/pesquisarPeticaoInicial.asp>> Acesso em 10/08/2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADO nº 26**. Requerente: Partido Popular socialista. Relator: Ministro Celso de Mello. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/portal/peticaoInicial/pesquisarPeticaoInicial.asp>> Acesso em 10/08/2020.

COELHO, Inocêncio Mártires. **As idéias de Peter Häberle e a abertura da interpretação constitucional no direito brasileiro**. In: Revista de Informação Legislativa. Ano 35. n. 137. p. 157-164. Brasília: 1998. Disponível em <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/343/r13716.pdf?sequence=4&isAllowed=y>> Acesso em 25/07/2020.

DIANI, Mario. **The concept of social movement**. In: *The Sociological Review*. v.40, n.01. [S.l.]: 1992.

HÄBERLE, Peter. **Hermenêutica Constitucional: a sociedade aberta dos intérpretes da constituição: contribuição para a interpretação pluralista e "procedimental" da constituição**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 1997.

PEDRA, Adriano Sant'ana; FREIRE JUNIOR, Américo Bedê. **Crime de homofobia**. In: Jornal A Gazeta, 04 jun. 2019, p. 13.

PEREIRA, Matheus Mazzilli. **Um confronto político no presidencialismo de coalisção: os resultados do confronto entre o movimento LGBT e o movimento cristão pro-vida e profamília (2003-2014)**. Tese: Doutorado em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRS: Porto Alegre, 2018a.

PEREIRA, Matheus Mazzilli. **Oportunidades políticas em um presidencialismo de coalizão**. In: Lua Nova. n. 105. p. 228-263. São Paulo: 2018b. DOI: 10.1590/15174522-95594.

PEREIRA, Matheus Mazzilli. **Trazendo os governos de volta: a chefia do executivo e os resultados do ativismo institucional LGBT (2003-2014)**. In: Sociologias. Ano 22. n. 53. p. 228-263. Porto Alegre: 2020. DOI: 10.1590/15174522-95594.

TARROW, Sidney. **Power in Movement: Social movements and contentious politics**. 3.ed. Nova York: Cambridge University Press, 2011.

Capítulo 4
INFLUÊNCIAS CONSERVADORAS NAS
ESTRATÉGIAS E TÁTICAS DO SERVIÇO
SOCIAL

Fábio da Silva Calleia
Ingrid Adame Moreira

INFLUÊNCIAS CONSERVADORAS NAS ESTRATÉGIAS E TÁTICAS DO SERVIÇO SOCIAL

Fábio da Silva Calleia

Doutorando em Serviço Social (UFJF) e Assistente Social da política de Assistência Social de Juiz de Fora – MG. Email: fabiocalleia@yahoo.com.br

Ingrid Adame Moreira

Doutoranda em Serviço Social (UFJF) e Assistente Social do Hospital Universitário da UFJF. Email: ingridadameuff@gmail.com

RESUMO

O trabalho expõe as raízes do pensamento conservador, especialmente pela influência Foulcaultiana e a incorporação desta nas estratégias e táticas utilizadas pelos profissionais nas políticas públicas, principalmente na área da saúde. Iniciamos com a conceituação de estratégias e táticas para posteriormente analisarmos como estas são capturadas pelo conservadorismo no Serviço Social quando da aproximação do discurso do descentramento do poder e o culto à filosofia do *empowerment*. Terminamos o artigo ressaltando a saúde como a principal área de expansão desse pensamento de autores apenas críticos em sua aparência.

Palavras-chave: "Estratégias"; "Táticas"; "Serviço Social"; "Conservadorismo"; "Saúde".

ABSTRACT

The work exposes the roots of conservative thinking, especially by foulcaultian influence and its incorporation into the strategies and tactics used by professionals in public policies, especially in the health area. We started with the conceptualization of strategies and tactics to later analyze how these are captured by conservatism in Social Work when approaching the discourse of the descent of power and the cult of the philosophy of empowerment. We finished the article highlighting health as the main area of expansion of this thought of authors only critical in their appearance.

Keywords: "Strategies"; "Tactics"; "Social Work"; "Conservatism"; "Health"

Introdução

Em *Microfísica do poder*, Foucault está interessado em atacar à marteladas todos os progressos científicos, principalmente os da medicina. Para o autor, a área criada a partir do século XVIII – os grandes hospitais – passou a estruturar uma forma de poder dada pelo saber científico e estas instituições se tornaram locais de experimentação da verdade e execução do poder. “Diz” o autor:

O hospital do século XVIII devia criar as condições para que a verdade do mal explodisse. Donde, um lugar de observação e de demonstração mas também de purificação e de prova. Constituída uma espécie de aparelhagem complexa que devia ao mesmo tempo fazer aparecer e produzir realmente a doença. Lugar botânico para a contemplação das espécies, lugar ainda alquímico para a elaboração das substâncias patológicas.

As grandes estruturas hospitalares instauradas no século XIX tornaram para si durante muito tempo esta dupla função. E durante um século (1760-1860) a prática e a teoria da hospitalização, e de uma forma geral a concepção da doença, foram dominadas por este equívoco: o hospital, estrutura de acolhimento da doença, deve ser um espaço de conhecimento ou um lugar de prova. (FOUCAULT, 2011, p.118 e 119)

Ao contrário de Foucault, Marx (1980), apesar de ser um pensador crítico à razão moderna, deixa claro que os avanços estabelecidos pelo modo de produção não deixam de ser avanços pelo fato de estarem alicerçados aos interesses de uma classe ou ao “poder” – para nos aproximarmos do discurso de Foucault. Em uma passagem de *Teorias da mais valia* essa ideia fica explícita em Marx:

com razão para seu tempo, Ricardo considera o modo capitalista de produção o mais vantajoso para a produção em geral, o mais vantajoso para a geração de riqueza. Quer a produção pela produção, e está certo. Quer sustentar, como o fizeram os adversários sentimentais de Ricardo, que a produção como tal não é o objetivo, é esquecer que a produção pela produção significa apenas desenvolvimento das forças produtivas humanas, ou seja; desenvolvimento da riqueza da natureza humana como fim em si. (MARX, 1980, p.549)

A filosofia foucaultiana anti-poder científico – que coloca em xeque a razão moderna – faz assim um duplo movimento simultâneo. O primeiro é que ao atacar a razão moderna não só ataca a sua especificidade moderna como ataca a razão em si – e por isso devemos identificar o pensamento do autor não no campo pós-moderno, como pretendem seus adeptos, e sim no irracionalismo. Assim, Foucault ao

desmerecer o progresso da medicina em virtude do discurso do poder que ele exerce, não consegue estabelecer mediações que defendam os avanços científicos e apesar de parte das suas críticas “acertarem” em vieses conservadores atrelados à estes avanços alicerçados à lógica do capital, ela se torna um instrumento com finalidade destruidora a qualquer tipo de razão.

E o segundo momento – mais importante para nós – ao realizar a crítica ao poder estabelecido pela razão o autor estabelece mecanicamente um descentramento deste poder e propõe que este seja devolvido ao indivíduo (o tal do poder de fala) e é tal descentramento e filosofia que poderíamos dizer que é uma das raízes do que conhecemos como *empowerment*.

As bases desse conceito que flertam assim com o irracionalismo também realizam uma outra importante característica: uma tendência ímpar de negação da objetividade. O *empowerment* muito presente em discursos profissionais travestidos “marxisticamente” mediado pelo discurso da garantia de direitos é um clássico no Serviço Social. Para explicar melhor: é muito comum que nesse discurso que defende a garantia de direitos para uma promoção da autonomia do indivíduo e consequentemente ao seu empoderamento frente ao mundo. É o auxílio “A” ou a bolsa “B” que faz a mãe solteira e pobre ter o básico; é o curso de corte e costura no CRAS que faz com que ela tenha uma renda extra e superar muitas adversidades; é o acolhimento seguido de orientações para busca de direitos na Rede que transfere o poder ao indivíduo antes tido como tutelado, louco ou carente. Agora eles têm o poder e podem andar sozinhos. Um pouco de orientação, uma pitada de direitos, três doses de acolhimento humanizado e, como em um passe de mágica, o indivíduo recebe a dádiva e o poder que outrora estava na instituição para o seu próprio corpo. E, *voilà*, eis o descentramento do poder! Alguns assistentes sociais para camuflar esse discurso Foucaultiano apresentam isso como a autonomia do usuário. Mas nas entrelinhas estamos na verdade é aniquilando com a objetividade e fortalecendo um discurso do “querer é poder”.

Tal discurso do incentivo e do “tapinha” nas costas dão início a uma verdadeira revolução! Assim, com esse discurso, muitas vezes torna-se complicado realizar a distinção entre programas televisivos como o antigo caldeirão do Huck com algumas práticas de assistentes sociais por aí afora.

No trabalho que segue veremos como no debate das estratégias e táticas, no campo da dimensão técnico-operativa do Serviço Social, o pensamento de Foucault

se faz presente e também identificaremos autores do serviço social e da área de saúde que são influências importantes para os assistentes sociais – principalmente nesta área.

Desenvolvimento

1- Estratégias e Táticas em Clausewitz

Os termos estratégias e táticas possuem origem militar e são, por este motivo, trabalhados em temáticas relacionadas à guerra. Nosso debate, então, centra-se em um grande estrategista: Carl Von Clausewitz. Mas cabe ressaltar que tanto em Sun Tzu, na *Arte da Guerra*, como também em Clausewitz, no *Princípios da Guerra*, as estratégias e táticas são elaboradas em contexto de guerra com o objetivo de alcançar e ser vitoriosos, atacar e se defender dos inimigos, invadir territórios, identificar pontos fortes e fracos nos inimigos, ações estas podemos dizer prescritivas, muito bem planejadas e desenhadas e em total desconsideração à conjuntura, ao contexto no qual se delineia uma guerra. Como se fosse possível antever um ataque ou um contra-ataque de forma tão desenhada ao ponto de poder responder a eles com total êxito com os escritos dos líderes mencionados anteriormente.

Conforme Clausewitz (2008) é por meio do domínio da teoria da guerra que encontramos reflexões acerca de todas as situações possíveis encontradas durante a guerra. Então, os líderes de guerra precisam estabelecer uma meta e persegui-la para alcançar a vitória. Clausewitz (2008) expõe que deve ser dado a cada comandante uma direção principal para sua respectiva marcha, além de apontar aos mesmos o inimigo como objetivo e a vitória como a meta que cada um deve perseguir nas batalhas. Importa destacar que para ele, cada guerra é composta por diversas batalhas.

De acordo com Clausewitz (2008), a estratégia é uma “combinação de batalhas individuais para alcançar o objetivo da campanha ou da guerra” (CLAUSEWITZ, 2008, p. 104). Sendo assim, podemos entender que a estratégia pode ser entendida enquanto o plano a ser seguido sendo desta forma mais geral que as táticas. Para Clausewitz (2008), o elemento surpresa tem um papel mais importante no campo das estratégias do que nas táticas em si. Esse elemento, de forma bem delineada no plano estratégico tende a pegar o adversário desprevenido. Sem contar com tal elemento, o inimigo não conseguirá contra-atacar, levando, assim, à vitória na batalha.

Clausewitz (2008) reconhece que podem surgir obstáculos a serem superados durante a guerra e aponta que tais obstáculos só serão vencidos com grande aplicação dos líderes. Desta forma, observar, antever e planejar são de extrema importância para alcançar o fim almejado pelo líder e é o que define uma boa estratégia.

Em Bogo (2008), na unidade dedicada ao Clausewitz, “tática é a teoria do uso das forças armadas no reencontro. Estratégia é a teoria da utilização de reencontros para o objetivo da guerra” (BOGO, 2008, p.81). Assim, estratégia e tática muitas vezes são tomadas como sinônimos. Entretanto, há diferenças entre elas. As estratégias se relacionam aos planos para que os combates aconteçam. As táticas são o modo como os combates vão acontecer: vamos utilizar artilharia, cavalaria ou infantaria nos combates? Vamos atacar de que maneira? Por onde?

Como sinalizado por Paula (2021) “a tática consiste na formulação racional de formas de organização e de realização dos combates- das batalhas isoladamente” (PAULA, 2021, p.42). O exército, então, deve estar preparado para atacar o adversário e assim alcançar o mais rápido possível ao objetivo da guerra. Concordamos com a autora que a essa ação imediata, essa manobra de guerra constitui a tática (PAULA, 2021).

As estratégias respondem às seguintes perguntas: O que? Quando? Onde? As respostas a estas indagações compõem o plano estratégico. Uma medida estratégica contém intencionalidade. Já as táticas são decisões em torno da forma, da maneira como as forças serão usadas e com quais instrumentos. Conforme Paula (2021), “a estratégia organiza as táticas à luz de um objetivo final” (PAULA, 2021, p. 43). A guerra não se configura em um único momento específico. Ela é constituída de diversos combates, reencontros. E as estratégias não podem ser pensadas exclusivamente para os momentos de combate. Bogo (2008) ressalta como parte do plano estratégico os suprimentos para o exército, hospitais para os feridos. Sendo assim, a subsistência da tropa compõe também a estratégia. Já o uso, a distribuição das tropas, compõe as táticas.

De acordo com Bogo (2008)

para a estratégia, a vitória, ou seja, o sucesso tático é primeiramente um meio e aquilo que leva diretamente à paz é o seu objetivo final. A aplicação desses métodos ao objetivo é do mesmo modo, pensada de acordo com circunstâncias que possuem maior ou menor influência sobre ele (BOGO, 2008, p.107).

Isso quer dizer que a vitória supõe sucesso tático, e que o objetivo está ligado à estratégia. Ou seja, antes de direcionarmos nossa atenção à estratégia e tática, devemos já ter traçado um objetivo. A estratégia e a tática são as mediações que nos levarão a alcançar o objetivo. Sendo assim, primeiro nossa ação deve ser direcionada a um objetivo. Após tecê-lo, elaboramos a estratégia que vai nos guiar a alcançá-lo. E somente após pensarmos a estratégia que vamos elaborar as ações táticas para alcançar ao objetivo almejado. Porém não podemos ser inocentes em considerarmos que traçados estratégia e táticas e definido o objetivo da ação alcançaremos tal objetivo. Conforme Paula (2021), as estratégias e táticas podem melhor direcionar nossas ações à realização do objetivo traçado, mas de modo algum asseguram que vamos conquistar tal objetivo.

Partimos da ideia de que estratégias e táticas não devem ser tomadas enquanto um manual prescritivo de inúmeras ações. Devem, então, oferecer possibilidades de construção, reflexão que partam da realidade, da conjuntura vivenciada, que somente o método crítico-dialético é capaz de oferecer.

Mas não podemos nos esquecer que queremos chegar nas estratégias e táticas do Serviço Social na saúde e demonstrar que sua ação prática – muitas vezes irrefletida – tem bases em pensadores diversos e distantes do pensamento de Marx. Mesmo que de forma imediata e também irrefletida, muitos assistentes sociais se entendem como marxistas - apesar desta afirmação ainda se configurar como uma hipótese a ser confirmada! Portanto, devemos buscar as bases do pensamento de outros autores – principalmente na saúde – que influenciam o Serviço Social (principalmente no seu fazer prático) e também – para fins deste trabalho – demonstrar que estes autores possuem raízes no pensamento de Michel Foucault.

2- Estratégias e táticas conservadoras no Serviço Social- o debate teórico-metodológico em Faleiros iluminado por Foucault

Neste item refletimos sobre o debate teórico-metodológico acerca das estratégias e táticas do Serviço Social tendo por base as reflexões construídas por Paula (2014) em sua tese de doutoramento intitulada: *Um debate sobre estratégias e táticas- problematizações no campo do Serviço Social*.

Em sua tese a autora aponta a existência de dois campos onde estão centradas as discussões sobre estratégias e táticas no Serviço Social, mas neste artigo apenas deteremos nossas discussões ao campo conservador (PAULA, 2014). Tal campo tem como sua principal expressão o autor Vicente de Paula Faleiros, cuja obra, onde problematiza a temática, tem como título: *Estratégias em Serviço Social*. Nesta obra o debate é realizado tendo como centralidade a defesa do *empowerment*. O *empowerment* tomado pelo autor como objeto do Serviço Social. Segundo Paula (2014), *empowerment* exige dos assistentes sociais a construção de estratégias que articulem novas relações entre os próprios sujeitos e entre eles e a estrutura para daí serem suscitadas transformações nas situações e demandas apresentadas.

No primeiro campo a temática de estratégia e táticas é construída em articulação ao conceito de *empowerment*, como exposto anteriormente. Mas antes de problematizarmos estas estratégias, importa ressaltar que Faleiros defende que o assistente social não detém poder global que possa propiciar mudanças na estrutura que conforma as políticas e os serviços (PAULA, 2014). Por este motivo, muitos assistentes sociais acreditam que o objetivo do seu fazer profissional é oferecer acolhimento, que podemos chamar aqui de, psicossocial, psico-emocional, como uma possibilidade de alavancar alterações nos sujeitos no sentido de que eles próprios consigam superar sua condição de aviltamento. A proximidade aqui com o pensamento foucaltiano é explícita.

Em síntese encontramos em Paula (2014) quatro estratégias que os profissionais podem implementar no cotidiano das instituições defendidas por Faleiros. A primeira dela seria os profissionais se tecnicarem, para se tornar, assim, eficientes e eficazes, descolados do engajamento político. A segunda estratégia seria negar o trabalho institucional na perspectiva de que os sujeitos encontrassem respostas às suas demandas em alternativas particulares. A terceira seria contra institucional “onde a ordem, disciplina e a hierarquia fossem colocados de lado” (PAULA, 2014, p. 377). E a quarta e última estratégia é a proposta de alianças entre os sujeitos, entre eles e os profissionais e entre os profissionais em si.

Conforme Paula (2014) a formação de alianças proposta por Faleiros seria interessante se não estivesse localizada na base de sua “teoria do fortalecimento”. Faleiros, então, defende que os assistentes sociais fortaleceriam os usuários de modo que não serviriam exclusivamente às estratégias dominantes (PAULA, 2014). Podemos inferir, então, que Faleiros aposta na mudança do indivíduo e não da

estrutura. Os indivíduos, para o autor, são os únicos responsáveis pelas suas condições materiais de vida e por este motivo depende exclusivamente deles a superação de tais condições.

Outro elemento equivocado que Paula (2014) aponta em Faleiros está relacionado à afirmação de Faleiros de que as forças populares podem fazer o inimigo recuar à curto prazo. Tal afirmação está equivocada porque a força popular pode ou não fazer o inimigo recuar a depender do momento histórico vivenciado. O autor apenas superestima as forças populares e esquece da dimensão histórica.

De acordo com Paula (2014), Faleiros também incorre no messianismo ao acreditar que a intervenção dos assistentes sociais seja capaz de alterar a dinâmica da correlação de forças dentro e fora das instituições. A autora reconhece que o fazer profissional dos assistentes sociais interfere nos modos de agir, pensar, mas essa influência do exercício profissional sobre a realidade vivida pelos usuários e suas famílias é superestimada em Faleiros (PAULA, 2014). O autor não identifica como cerne do aviltamento as estruturas sociais capitalistas e segue identificando que os sujeitos são os responsáveis pela superações dessa condição. Por este motivo que Faleiros defende o *empowerment* como estratégia profissional. Através desta estratégia os profissionais fortalecem os sujeitos para que eles possam “realizar mudanças comportamentais que os levem a uma mudança de suas trajetórias de vida” (Paula, p.390, 2014). Para Faleiros empoderar significa fortalecer o poder dos usuários. Assim, para o autor, o assistente social construiria estratégias de fortalecimento dos seus usuários, não servindo, desta forma, apenas às estratégias dominantes (PAULA, 2014).

A estratégia do *empowerment* exige, desta forma, que o sujeito busque

o que ele quer e pode construir a partir de forças de que dispõe, através da construção de apoios mobilizáveis na conjuntura, em confronto com as oportunidades e forças que o fragilizam (FALEIROS, 1997, p. 59) apud in (PAULA, 2018, p. 213).

Assim Faleiros defende que é o próprio indivíduo o responsável por superar suas fragilidades e que através do fortalecimento de seu poder os mesmos seriam capazes de conseguir tal superação. Desta forma, a intervenção do assistente social estaria focada no indivíduo, no fortalecimento de sua autonomia e na construção de uma identidade própria (PAULA, 2014). Os assistentes sociais devem, portanto, concentrar seu fazer na mudança dos comportamentos dos sujeitos, pois para

Faleiros, é a partir dessas mudanças que se operam alterações nas estruturas sociais.

Conforme nos informa Paula (2014) o que em síntese encontramos em Faleiros é uma proposta de orientação teórico-prática para o Serviço Social. O autor defende uma determinada compreensão de Serviço Social e a partir dela reflete propostas teórico-práticas para o fazer profissional. A ausência de um debate aprofundado na perspectiva marxiana pode assim levar muitos assistentes sociais a construir estratégias e táticas fundadas em autores como Michel Foucault – com traços significativos como vimos na obra de Faleiros –fazendo avançar assim o lastro conservador ainda tão presente na nossa profissão. A tese de Paula (2014) nos leva a um novo patamar na história do Serviço Social.

3- Expressões conservadoras de estratégias e táticas no Serviço Social no espaço sócio-ocupacional da Saúde

Diante do exposto acima precisamos ressaltar, então, que o Serviço Social não é uma ilha. Se a influência de autores como Foucault, Nietzsche e Bourdieu se faz presente em diversos campos das ciências humanas, o Serviço Social não é alheio à tal influência. Além disso, a profissão é atravessada pelas mudanças operadas na sociedade capitalista. Concordamos com Yamamoto e Yasbek (2019) que tais mudanças vêm alterando as requisições colocadas ao Serviço Social, sua inserção no trabalho coletivo, os recursos disponíveis, dentre outras. Na atualidade, o capitalismo vem expressando sua face conservadora, onde há o esforço de substituir a universalidade por análises micro-focais. As causalidades não são consideradas, os fenômenos são tomados não em sua essência, mas de forma fragmentada, singular e individualista. Assim, o pensamento conservador se configura como uma estratégia capitalista de difusão da ideologia dominante e manutenção da ordem social hegemônica (PAULA, 2014) mesmo quando esse pensamento se apresenta enquanto crítico a própria sociedade capitalista e alguns traços de sua sociabilidade tal como aparece em diversos momentos em obras de Foucault, Adorno, Bourdieu, entre outros. E o Serviço Social permanece sendo requisitado enquanto uma profissão para propiciar o controle social e o amansamento dos indivíduos à ordem – e, mesmo sem muitas vezes saber, os assistentes sociais os fazem!

Em tempos da pandemia pelo vírus Covid-19, assistimos, no Serviço Social na saúde, à retomada do conservadorismo, mas sob uma nova roupagem que tem se

expressado, por exemplo, na requisição de que os assistentes sociais ofereçam apoio terapêutico aos usuários dos serviços, que ofereçam conforto emocional na comunicação do óbito. Essas requisições se articulam com a prática do Serviço Social Clínico, que defende que a intervenção profissional deve fortalecer de maneira psicossocial os usuários a partir de um tratamento social (PAULA, 2014). É evidente que o sofrimento psíquico dos usuários podem ser agravados em virtude das múltiplas expressões da questão social que os sujeitos vivenciam. Portanto não se trata de negar o impacto que tal objetividade infere à subjetividade, entretanto, a subjetividade é o objeto de trabalho da psicologia e não do serviço social⁹. Cabe ressaltar que existem muitos assistentes sociais que defendem as práticas clínicas enquanto uma área de atuação do Serviço Social e, este fato, demonstra que o conservadorismo vem ganhando adeptos na categoria profissional. São eles, assistentes sociais, que tomam o “psicossocial” enquanto objeto de trabalho, e não como uma área de atuação e acabam por psicologizar as expressões da questão social, oferecendo “tratamento social” as mesmas. E aqui reside a influência de pensadores como Foucault. Esses profissionais operacionalizam como estratégias de atendimento, aos usuários e suas famílias, as terapias comunitárias, as terapias de família, visando ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, visando ao empoderamento.

Em linhas gerais, as intervenções pautadas na prática clínica resgatam a individualidade exarcebada pelo capitalismo. Tal prática reitera ações praticadas no passado pelos assistentes sociais na saúde: ações que objetivam o ajustamento dos sujeitos, que colocam neles a possibilidade de, individualmente, superar as condições que geram seu aviltamento, ações que buscam remover o que “bloqueia” o desenvolvimento pessoal, que buscam trabalhar as potencialidades dos sujeitos a partir do seu empoderamento. Ações que maquiagem a raiz da pobreza e da miséria na sociedade capitalista e camuflam a relação de exploração (VASCONCELOS, 2015).

Ainda no rol das práticas clínicas, temos outra requisição institucional que nos tem chamado atenção em tempos de pandemia: a mediação de conflitos. Esta que sempre acontece de forma a dar recomendações as partes envolvidas e apoiá-las, como se os assistentes sociais tivessem um aporte técnico-operativo ou teórico-metodológico próprio para solucionar essas questões. Ainda nesse “âmbito familiar”, os assistentes sociais tem sido requisitados também para comunicar altas, óbitos,

⁹ Importa destacar que o conjunto CFESS/CRESS tem publicações e normativas que vedam a prática do Serviço Social Clínico. Para aprofundamento quanto à temática, verificar o site do CFESS.

transferências, a entrar em contato com os familiares para requisitar documento, exames anteriores, entre outros. O Serviço Social é entendido enquanto a profissão que cuida da família e não por acaso essas atividades são demandadas aos assistentes sociais, que ainda são encarados como moças boazinhas, recatadas, educadas, que sabem falar e tratar as famílias. Os contatos com as famílias devem ser realizados por aqueles que desejam que tal contato seja realizado, afinal, são eles que conhecem o motivo de tal solicitação. A comunicação de óbito deve ser realizada por quem tem competência técnica para explicar a causa-morte, ou seja, o médico. O assistente social tem importante e delimitado papel nas situações de óbito, que tem a ver com as orientações sobre o acesso aos benefícios assistenciais, previdenciários, conforme resolução 03/2020 publicada pelo CFESS.

Outro autor com forte influência na área de saúde e que começa a aparecer em discussões no Serviço Social brasileiro é Emerson Mehry onde também podemos com certa facilidade encontrar traços característicos do pensamento foucaltiano. Vejamos duas passagens de um artigo do autor:

Qualquer abordagem assistencial de um trabalhador de saúde junto a um usuário-paciente, produz-se através de um trabalho vivo em ato, em um processo de relações, isto é, há um encontro entre duas “pessoas”, que atuam uma sobre a outra, e no qual opera um jogo de expectativas e produções, criando-se inter-subjetivamente alguns momentos interessantes, como os seguintes: momentos de falas, escutas e interpretações, no qual há a produção de uma acolhida ou não das intenções que estas pessoas colocam neste encontro; momentos de cumplicidades, nos quais há a produção de uma responsabilização em torno do problema que vai ser enfrentado; momentos de confiabilidade e esperança, nos quais se produzem relações de vínculo e aceitação. Diante desta complexa configuração tecnológica do trabalho em saúde, advogamos a noção de que só uma conformação adequada da relação entre os três tipos é que pode produzir qualidade no sistema, expressa em termos de resultados, como: maior defesa possível da vida do usuário, maior controle dos seus riscos de adoecer ou agravar seu problema, e desenvolvimento de ações que permitam a produção de um maior grau de autonomia da relação do usuário no seu modo de estar no mundo. (MEHRY, 1999, p.3)

Procurando criar nos trabalhadores, através do uso de dispositivos interrogadores, a possibilidade de refletirem sobre duas questões chave para a configuração de qualquer modelo de atenção preocupado centralmente com o usuário: Uma, que diz respeito ao modo como se usa privadamente - com um compromisso com o coletivo de forma restritiva e com uma maneira de se responsabilizar e prestar contas do que se faz dentro de limites do tipo corporativo - a capacidade e autonomia que todo trabalhador de saúde tem de

“autogovernar” o seu trabalho, por ser como trabalhador em ação o próprio trabalho vivo em ato. E, neste sentido podendo-se interrogar a essência do modo como vem se instituindo a gestão do processo de trabalho, e a que interesses e intencionalidades ele obedece; e, outra, que coloca em dúvida o sentido dos modelos instituídos capturadores, seus conteúdos tecnológicos e possibilidades, abrindo a chance de pensar sobre seus pressupostos ético-políticos, e sobre os procedimentos eficazes na produção dos resultados pretendidos, com a captura que fazem do trabalho vivo em ato; abrindo dúvidas quanto aos paradigmas perseguidos, permitindo interrogar mais sistematicamente os modelos que têm servido como predominantes e seus possíveis limites no modo como o trabalho vivo vem se conformando no seu interior. Com estas descrições o que temos interrogado e levado a campo é a relação entre o trabalho vivo em ato que é capturado por estes modelos e a possibilidade de que o mesmo seja desterritorializado e (ré)capturado para gerar o oposto, isto é, um melhor equacionamento do uso dos meios e dos benefícios produzidos e uma diminuição da dependência, gerando-se maior autonomia dos "usuários" nos seus modos de andar as suas vidas. (MEHRY, 1999, p.18)

Na primeira passagem podemos observar novamente o objetivo-fim de empoderamento do indivíduo com “a produção de um maior grau de autonomia da relação do usuário no seu modo de estar no mundo”. E na segunda passagem podemos também perceber uma crítica às estruturas de poder além novamente do descentramento deste poder aos indivíduos empoderados. Na segunda passagem também fica evidente a desresponsabilização das instituições no sentido de que ao equacionar os benefícios é produzida uma diminuição da dependência, gerando uma maior autonomia na vida dos usuários. Pensemos aqui para além do campo da saúde como isso adentra no universo profissional: Um assistente social que trabalha em um CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), equipamento da Política de Assistência Social, com dispensação de cestas básicas. O CRAS recebeu 100 cestas, mas há uma fila de 500 famílias cadastradas para receber as cestas básicas. O assistente social não tem um “fomômero”, mas tem que escolher quais famílias serão beneficiadas. E aquelas que não receberão as cestas, o assistente social é chamado a trabalhar a autonomia das mesmas. E o pior é que muitos profissionais acreditam que é inserindo essas famílias nos programas de geração de renda: curso de manicure, tricot, crochê, que elas conseguirão superar seu aviltamento, porque, afinal, a autonomia delas está em desenvolvimento. Foucault novamente se faz presente!

Foucault é muito presente nos debates e discussões da área de saúde. A discussão da humanização, das tecnologias leves, dos projetos singulares terapêuticos, do empoderamento do indivíduo, entre outras, são quase que em sua

totalidade desconectados de características objetivas que interferem em todos esses processos. O modo de produção capitalista é questionado não pela sua característica de exploração e valorização do valor, mas sim pelas suas estruturas de poder que tiram do indivíduo sua autonomia diante do mundo.

O subjetivo vem na frente, o objetivo não deixa de ser importante, mas está dado e não se têm o que fazer. A dialética se esvai. O fim da história só nos apresenta uma alternativa: Salve-se quem puder! E por isso um trabalho mais voltado aos indivíduos e suas estratégias personalísticas diante deste mundo ganha adeptos.

Considerações Finais

Foucault, Nietzsche, Bourdieu, entre outros autores, são cativantes em seu discurso anti-sistema. A influência destes autores nas ciências humanas, filosofia e ciências sociais aplicadas – tal como o Serviço Social – são extremamente densas seja de forma direta ou indireta. Apesar de parte das suas narrativas apresentarem críticas duras e corretas à sociabilidade do capital, sua maior preocupação não reside em si na objetividade que conforma e molda tal sociedade. Como a realidade caótica, para esses autores, é impossível de compreensão, seus ataques são direcionados a tudo e a todos e, sobretudo, à razão!

Ao rechaçar a modernidade atacam não só a razão desta modernidade, mas a razão em si. Com seu desapego pela história e o tratamento desta como algo descontínuo desconsideram todos os progressos humanitários. Só há um objetivo: É necessário desconstruir e combater o discurso e todas as formas de poder. E como o poder adentrou todos os poros de nossa sociedade a única luta possível é uma luta subjetiva! Uma luta de nós contra nós mesmos na tentativa de não nos assujeitarmos diante desse poder que adentra os nossos corpos e nos fazem interiorizar as suas normas, O que fazer? Refundar nossa subjetividade.

Essa filosofia à marteladas, anti-dialética, com profundo desapego à história, irracionalista e, portanto, perigosa, se camufla e aparece travestida de pensamento crítico e, por vezes, até se proclama marxista! E aqui, suspeito que estamos no interior do Serviço Social de hoje que é hegemonicamente marxista até amanhã. Sendo sorrateiramente influenciados por esse pensamento não são poucos os assistentes sociais que, ali no seu cotidiano profissional, e longe dos olhares críticos da academia, se deixam levar pela sua “verdadeira paixão” e implementam estratégias que em nada

se vinculam à dimensão teórico-metodológica ancorada na perspectiva marxista e reforçam no cotidiano de trabalho práticas conservadoras.

Portanto, estamos diante de um cenário – ou na verdade sempre estivemos – de que precisamos enxergar se, de fato, no seu plano operacional, na sua dimensão técnico-operativa, os assistentes sociais se utilizam de estratégias e táticas vinculadas ao seu arsenal teórico ofertado na sua formação – aí sim com bases marxistas (não vou entrar aqui em uma análise qualitativa desse marxismo) –, ou, se está se valendo de outras influências teóricas – mesmo que não saibam conscientemente dessas influências. Qual é a perspectiva teórica hegemônica que está sedimentada no fazer profissional então? Aqui está uma caixa de pandora do Serviço Social que muitos insistem em abafar!

Referências

BOGO, A. **A Teoria da Organização Política III. Escritos de Sun Tzu, Maquiavel, Clausewitz, Trotsky, Giap, Fidel Castro, Carlos Fonseca e Florestan Fernandes**. 1ª Edição. São Paulo. Expressão Popular, 2008.

CLAUSEWITZ, C. V. **A arte e os Princípios da Guerra**. São Paulo. Universo dos Livros, 2008.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

IAMAMOTO, M. **Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social**. 2ªed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Os desafios da profissão de Serviço Social no atual contexto de retrocessos das conquistas da classe trabalhadora**. CFESS, 2021.

IAMAMOTO, M., e YAZBEK, M. C. **Serviço Social na História – América Latina, África e Europa**. São Paulo: Cortez, 2019.

MEHRY, E. **O ato de cuidar: a alma dos serviços de saúde?** Campinas 2009. Disponível em <https://www.pucsp.br/prosaude/downloads/territorio/o-ato-de-cuidar.pdf>.

PAULA, L. G. P. **Estratégias e Táticas. Reflexões no campo do Serviço Social**. 2ª Edição. Curitiba, Editora CRV, 2021.

_____. **Um debate sobre estratégias e táticas- problematizações no campo do Serviço Social**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, Escola de Serviço Social, 2014.

RAICHELIS, R. D. **Serviço Social, trabalho e profissão no capitalismo contemporâneo**. In: RAICHELIS, R. D; VICENTE, D. P. (Org.); ALBUQUERQUE, V. O. (Org). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2018; pgs. 25-65.

VASCONCELOS, A. M. **A/o Assistente Social na luta de classes. Projeto Profissional e Mediações Teórico-Práticas**. 1ª Edição. São Paulo: Cortez, 2015.

Capítulo 5
ENSAIOS SOBRE O BOLSONARISMO EM
NOSSA ERA: O DESEJO DE
ANIQUELAMENTO DA DIFERENÇA COMO
PRODUÇÃO ESTÉTICA

Enzo Mazzotti Almeida

Waldenilson Teixeira Ramos

Pedro Quadra de Araujo Machado Ferreira

Richard Silva dos Santos

Matias Pereira Martins

Lucas Moratelli Teixeira

Carlos Eduardo Gomes

ENSAIOS SOBRE O BOLSONARISMO EM NOSSA ERA: O DESEJO DE ANIQUILAMENTO DA DIFERENÇA COMO PRODUÇÃO ESTÉTICA

Enzo Mazzotti Almeida¹⁰

Integrante do Coletivo Independente de Produção Acadêmica (CIPA)

Waldenilson Teixeira Ramos¹¹

Psicólogo sob o registro CRP 05/72529, extensionista na UFF e UFRJ, pesquisador no Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura (CLAEC), integrante do núcleo de pesquisa Da Subjetividade à Verdade (UFF), membro do Coletivo Independente de Produção Acadêmica (CIPA)

Pedro Quadra de Araujo Machado Ferreira¹²

Integrante do núcleo de pesquisa Da Subjetividade à Verdade (UFF), Integrante do Coletivo Independente de Produção Acadêmica (CIPA)

Richard Silva dos Santos¹³

Integrante do Coletivo Independente de Produção Acadêmica (CIPA)

Matias Pereira Martins¹⁴

Integrante do Coletivo Independente de Produção Acadêmica (CIPA)

Lucas Moratelli Teixeira¹⁵

Integrante do Coletivo Independente de Produção Acadêmica (CIPA)

Carlos Eduardo Gomes¹⁶

Integrante do núcleo de pesquisa Da Subjetividade à Verdade (UFF), Integrante do Coletivo Independente de Produção Acadêmica (CIPA)

¹⁰ Graduando em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: enzomazzotti@id.uff.br

¹¹ Graduado em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: waldenilsonramos@id.uff.br

¹² Graduando em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: pedroq@id.uff.br

¹³ Graduando em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: silvarichard@id.uff.br

¹⁴ Graduando em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: matiasmartins@id.uff.br

¹⁵ Graduando em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: lucasmoratelli@id.uff.br

¹⁶ Graduando em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: carlooseduardogomes@id.uff.br

RESUMO

No dia 1º de janeiro de 2019, ocorreu uma grande consolidação política relativa à posse de um novo chefe de Estado, que integrou diversos subgrupos preexistentes com fundamentação antidemocrática, direcionada a práticas, diretas e indiretas, que propagam o repúdio às minorias, o ódio às mulheres e a repressão da diversidade sexual como valor de superioridade. Nesse sentido, para perpetuar a angariação de apoio popular, tornou-se necessário, por parte desses grupos específicos, mais que demonstrações diretas de apoio, como protestos e passeatas de seu nicho eleitoral; utilizou-se uma estética que difunde os discursos defendidos e, simultaneamente, ataca aqueles que não compartilham do mesmo ponto de vista, transformando o outro em inimigo. O sentido da estética, portanto, destinou-se ao combate de minorias e à produção de padrões desejados, como o estereótipo do pai de família “superprotetor”, que defende seus amados filhos e esposa das ameaças provenientes das ações dos inimigos dos bons costumes. Concomitantemente a isso, aqueles que não se submetem à perspectiva bolsonarista de anulamento da diferença e amor ao ódio são sintetizados como antagonistas — em suas palavras, os comunistas, inimigos da nação. Indubitavelmente, a gramática dessas estéticas efetivou, enquanto uma tecnologia de subjetividade, a difusão de um desejo de aniquilamento da diferença, reapresentando modalidades de opressão, discriminação e separação de corpos dissidentes. Sob esse ponto de vista, o papel do afeto se mostra como uma engrenagem articuladora de uma subjetividade no mesmo movimento que apresenta uma estilística neofascista à brasileira. Assim sendo, partindo de uma perspectiva teórico-metodológica transdisciplinar, este trabalho pretende confeccionar reflexões de cunho ético-político acerca do bolsonarismo enquanto força de subjetivação e da estética, dinamizado com a ratificação de uma estilística como força de contágio afetivo e de estabelecimento de padrões. Devido ao recente e acentuado engajamento, mesmo que não seja inédito, das ideias bolsonaristas, potencializado pelo uso de uma estética específica, torna-se urgente a discussão sobre como esse movimento tenta excluir da sociedade subjetividades dissidentes à medida que propõe o anulamento da diferença como um de seus principais pilares. Sendo assim, a reflexão destinada ao assunto é imprescindível não somente como ato estritamente teórico de observação, mas como movimento que disputa por mundos outros. Este trabalho interessa por reafirmar o compromisso de uma psicologia crítica e ética e por denunciar as urgências democráticas do nosso tempo.

Palavras-chave: Estética. Afeto. Política. Subjetividade. Clínica.

ABSTRACT

On January 1, 2019, there was a major political consolidation related to the inauguration of a new head of state, which integrated several pre-existing subgroups with anti-democratic rationale, directed to practices, direct and indirect, that propagate the repudiation of minorities, hatred of women and the repression of sexual diversity as a value of superiority. In this sense, in order to perpetuate the garnering of popular support, it became necessary, on the part of these specific groups, more than direct demonstrations of support, such as protests and marches of their electoral niche; an aesthetic was used that disseminates the defended discourses and, simultaneously, attacks those who do not share the same point of view, transforming the other into an enemy. The sense of aesthetics, therefore, was aimed at combating minorities and producing desired standards, such as the stereotype of the "overprotective" family father, who defends his beloved children and wife from threats arising from the actions of enemies of good customs. Concomitantly, those who do not submit to the Bolsonaro perspective of nullification of difference and love of hate are synthesized as antagonists — in their words, the communists, enemies of the nation. Undoubtedly, the grammar of these aesthetics has made effective, as a technology of subjectivity, the diffusion of a desire for the annihilation of difference, re-presenting modalities of oppression, discrimination and separation of dissident bodies. From this point of view, the role of affection is shown as an articulating gear of a subjectivity in the same movement that presents a Brazilian neo-fascist stylistics. Therefore, from a transdisciplinary theoretical-methodological perspective, this work intends to make reflections of an ethical-political nature about Bolsonarism as a force of subjectivation and aesthetics, dynamized with the ratification of a stylistics as a force of affective contagion and establishment of standards. Due to the recent and accentuated engagement, even if not unprecedented, of Bolsonaro's ideas, enhanced by the use of a specific aesthetic, it becomes urgent to discuss how this movement tries to exclude dissident subjectivities from society as it proposes the annulment of difference as one of its main pillars. Thus, reflection on the subject is essential not only as a strictly theoretical act of observation, but as a movement that disputes for other worlds. This work is of interest for reaffirming the commitment of a critical and ethical psychology and for denouncing the democratic urgencies of our time.

Keywords: Aesthetics. Affect. Politics. Subjectivity. Clinic.

INTRODUÇÃO

No dia 31 de outubro de 2022, o Brasil finalmente pôde assistir à derrocada de Jair Messias Bolsonaro nas urnas eleitorais. O evento decerto marcou um profundo deslocamento simbólico de uma figura que, regendo a grande máquina política de nosso país, vociferava ódio e repúdio às experiências minoritárias. É imperioso refletir, agora, sobre a estética do movimento bolsonarista e seus modos de subjetivação, visto que esse movimento apresentou recentes modulações, no que se refere às forças de apagamento e aniquilamento da diferença. O filósofo brasileiro Henry Bugalho (2020) usou uma das infames frases do ex-presidente para melhor descrever este representante da extrema direita no Brasil: um especialista em matar (BUGALHO, 2020). O autor lança um dos seus livros que haveria de se tornar um *best seller* naquele mesmo ano, *Minha especialidade é matar: como o bolsonarismo tomou conta do Brasil*. Bugalho fez de sua escrita mais do que uma descrição do contágio neofascista que acontecia naquele momento; sua escrita marcará um gesto de denúncia e disputa no cenário político brasileiro. Doravante, torna-se evidente que o bolsonarismo é muito maior do que a figura histórica de Jair Messias Bolsonaro. Por mais que, de fato, a derrocada de Bolsonaro seja uma vitória no campo progressista, a sua derrota nas urnas ainda é apenas um deslocamento de uma representação na grande esfera pública. Ao se dizer deslocamento, notifica-se a perpetuidade de uma disputa pela democracia e uma luta contra uma retórica do ódio que nutre uma *guerra cultural* no Brasil (ROCHA, 2021). Jair Bolsonaro não é mais presidente, mas o bolsonarismo segue presente, pois o bolsonarismo não é uma persona, mas uma força.

Talvez possamos tomar como evidência estética e afetiva o próprio resultado das urnas. Apesar do seu governo absolutamente desastroso no combate à pandemia e de sua política assentada em um projeto de destruição e produção de ódio, marcado por inúmeras polêmicas, Bolsonaro ainda obteve 58.206.354 de votos válidos no segundo turno de 2022 (TRIBUNAL..., 2022). Tais votos podem ser interpretados como a metáfora de um pedido de permanência de

[...] um candidato que não tinha nenhum programa de governo organizado, havia feito declarações racistas, machistas e homofóbicas, elogiara abertamente torturadores e a ditadura militar e prometera nomear como ministro da Fazenda um homem com experiência no governo de Augusto Pinochet e ideias claras para

estrangular a vida da maioria da população. Vale dizer que até agora o mito e seus ministros estão cumprindo, com notável competência, tudo o que prometeram (LÍSIAS, 2020, p. 8).

Faz-se jus ao se qualificar os votos favoráveis a Jair Bolsonaro como metáfora de um pedido, haja vista o teor figurativo de sua representação. É razoável a colocação do bolsonarismo como força política e fruto de um projeto de uma direita extremista no Brasil. Os votos são compreensíveis como resultado de um processo de disseminação de um afeto político — a incluir o próprio antipetismo. Não obstante, a compreensão do que é o bolsonarismo no Brasil leva à constatação dos sérios efeitos de um projeto de produção de ódio e polarização no país, o que Eduardo Wolf (2018) adjetiva como um plano de “guerra cultural no Brasil”:

Jair Bolsonaro é o presidente das guerras culturais no Brasil. [...] com a fantasia retórica poderosa do “inimigo da nação”, que precisa ser “varrido do mapa”. [...] Esse tipo de retórica depende de uma característica fundamental das guerras culturais: a crença de que existe uma essência, uma identidade profunda e inalterável da nação ou da sociedade, e de que ela está sob ataque (WOLF, 2018, p.1).

Tomar o bolsonarismo como efeito de um projeto político de ódio no Brasil possibilita a apreensão de uma conjuntura política, em termos macro e micropolíticos, resultante de uma tecnologia discursiva e, sobretudo, estilística. A disseminação do ressentimento e do desejo de aniquilação da diferença é a prova cabal de um processo de contaminação política, em que se apresenta uma crise, acima de qualquer coisa, estética. Nessa perspectiva, a estética bolsonarista é arrebatadora de paixão e de repúdio à diferença (GHERMAN, 2022).

CAMINHOS, TRILHAS E FERRAMENTAS

Em um Brasil cooptado por “sinal de arminha”, cloroquina, *fake news* e “Deus, pátria e família”, há um problema que vai além do absurdo dos mesmos discursos. Símbolos como esses nos alertam para uma estilística de vida no momento em que são usados para aproximar pessoas em um mesmo sentido e condensar um desejo que é próprio de um tipo de movimento cada vez mais comum no Brasil: o bolsonarismo. Pensar nesse problema é, portanto, pensar na estética como contágio molecular, dispositivo que faz ressoar, fortificar e multiplicar. Logo, cabe investigar como ela se configura como tecnologia dos afetos e força subjetivante. Neste

manuscrito, interessa pensar como esta força se coloca como base e alicerce para uma molarização de pequenos movimentos, como dá campo para a atualização de sentimentos e toma corpo. Diante disso, nasce o problema de como essa tecnologia está sendo usada para valorizar e legitimar um movimento neofascista no Brasil: o movimento bolsonarista. Estética, aqui, conjuga arte, estilo de vida, discurso, gestos... é um sentido que significa, vetoriza, sensibiliza e autoriza uma sensação.

Nessa aposta de pensamento, temos autores como Eduardo Passos e Regina Benevides (2000) e as ferramentas da transdisciplinaridade enquanto ponte para abrir o campo epistemológico da Psicologia. Isso, por sua vez, baseia a perspectiva que seguimos neste capítulo, indicada por meio de uma linha de pensadores da filosofia da diferença, desde o pensamento de Heráclito, a partir da concepção de que é impossível estar no mesmo rio duas vezes, e desenvolvendo os conceitos em Deleuze e Guattari (2012) e Foucault (2008), entre outros filósofos que nos auxiliam a pensar os modos de existência como construções histórico-políticas de um determinado espaço-tempo. A perspectiva teórico-metodológica se apoia, portanto, na aposta transdisciplinar, transgredindo os limites de um determinado *setting* clínico, da arte e da política, construindo, assim, um espaço-outro de análise.

Seguindo o caminho desses pensadores compreendemos a subjetividade como uma formação que emerge em determinado tempo e espaço, conforme as relações de poder que a produzem e a perpetuam. Aqui,

[...] o que nos interessa são modos de subjetivação e, neste sentido, importa-nos poder traçar as circunstâncias em que eles se compuseram, que forças se atravessam e que efeitos estão se dando. No lugar do indivíduo, individuações. No lugar do sujeito, subjetivação. Como nos conceitos, não se trata de modo algum de reunir, unificar, mas de construir redes por ressonâncias, deixar nascer mil caminhos que nos levariam a muitos lugares. (PASSOS; BARROS, 2000, p. 8 - 9).

A partir do momento que um processo investigativo se propõe a debruçar-se sobre condições sociais que possibilitam a emergência de modulações subjetivas específicas, tornam-se necessárias ferramentas metodológicas que abarquem uma análise mais ampla de cenas históricas, políticas e afetivas que circundam a problemática. A metodologia transdisciplinar, ao criar laços com áreas do saber que possuem objetos diversificados, nos permite certa maleabilidade para articular conceitos que estariam outrora apartados uns dos outros. Por meio da perspectiva transdisciplinar, nasce a possibilidade de entender objetos e conceitos num

movimento que nunca tende à estabilidade: os termos dos campos que se intercedem não performam uma simples interseção, como na interseccionalidade, mas uma intercessão que, conforme Passos e Barros (2000), performa uma transgressão entre os termos dos diferentes campos "de interferência, de intervenção através do atravessamento desestabilizador de um domínio qualquer (disciplinar, conceitual, artístico, sócio-político, etc.)" (PASSOS; BARROS 2000, p. 8). É assim que a metodologia transdisciplinar auxilia a pensar o problema da estética como uma tecnologia utilizada para valorizar e legitimar o movimento bolsonarista, ao colocar em interferência a subjetividade e a estética enquanto força de subjetivação e criação de mundos. Valer-se da transdisciplinaridade é estar sensível ao mundo que nos cerca.

Estilística, afeto e o virtual em questão

Pensar estética é debruçar-se sobre um determinado modo de constituição de corpo que vem se capilarizando junto ao tecido social nessas últimas décadas. Algo se contorce dentro desse período de tempo, uma torção que se dá ora por meio de tecnologias linguísticas, ora por meio da estruturação de maquinários de criação de (in)certezas. As redes informacionais tornam possível que outros modos de dizer e de fazer aparecer sejam colocados em jogo, de forma que a investigação dos modos existenciais — a partir de qualquer fenômeno contemporâneo — não pode deixar de se ver atravessada pelas permutações estéticas formuladas pelas estruturas de viralização digital.

Entretanto, a torção dos modos de discursividade proporcionada pelos meios de comunicação digitais não se limita apenas a movimentos de transfiguração técnica ou estética. McLuhan (1974) argumenta que os dispositivos informacionais operam, por si sós, cisões nos modos de relação com a realidade. Logo, pensar os meios digitais como dispositivos informacionais de altíssima frequência também é fazer aparecer entrelaçamentos que ligam, de forma íntima, o modo operacional das intervenções tecnológicas às dimensões de acesso à realidade. As redes de propagação de informação, aderindo às suas próprias ritualísticas, inauguram modos discursivos que muito bem se apropriam da velocidade intensiva da internet: *Stories*, *Shorts* e grupos de *WhatsApp* se apropriam de uma tensão cognitivo-temporal e recortam discursos em fragmentos de cinco a trinta segundos.

Linguagem e estética. Aqui se encontram armas poderosas vastamente utilizadas pela extrema direita no Brasil, principalmente no que tange às gramáticas virtuais. Pensar a estilística bolsonarista no Brasil, para além do político Jair Bolsonaro, e como esta estética se apresenta como técnica de aniquilação da diferença, através de uma lógica do psicopoder (TIBURI, 2019), são os problemas centrais deste capítulo. Essa linguagem estética apoia-se em uma gramática do ódio, segundo Gherman (2022), com elementos discursivos que remetem à exclusão de minorias políticas, à guerra cultural e a simbologias nazifascistas. O maior exemplo talvez seja o discurso do então secretário de cultura Roberto Alvim, que parafraseou o ministro da propaganda nazista Joseph Goebbels, além de outros signos que remetem ao antissemitismo e ao nazismo (GHERMAN, 2022).

A compreensão de que Jair Messias Bolsonaro é a metáfora de uma força política que se irradia para além dele evidencia um problema urgente – de caráter político, ético e estético – para a subjetividade contemporânea brasileira, e a propagação dessa força política é elemento direto de processos de exclusão social e aniquilação dos corpos dissidentes.

O bolsonarismo se apresenta na cena pública brasileira como máquina de destruição e força de ruptura institucional, representando de forma eminente um risco no espaço democrático. Dar notoriedade à estética bolsonarista como certa tecnologia dos afetos políticos é, decerto, uma tarefa de denúncia de um dispositivo que se assenta em uma gramática não só de ódio, mas de uma política de ressentimento. Cabe dar notoriedade ao fato de que a força bolsonarista se alinha com o fluxo de forças já anteriormente presentes no Brasil; e, sendo assim, a estética que o movimento bolsonarista acampa configura um processo de atualização. Portanto, vislumbrar a estética reacionária, principalmente na sua interface com o que estamos nomeando de bolsonarismo, é ampliar a discussão para o escopo de uma compreensão da própria história do Brasil. Tal tarefa de vislumbrar e de tomar como objeto essa estética torna-se, dessa maneira, um gesto urgente, para que se possa expandir a reflexão e as inflexões de tal temática.

RASTROS HISTÓRICOS DO BOLSONARISMO

Por todos os espaços com os quais o ser humano já teve contato ou interação rastros foram produzidos de diferentes formas. Consequentemente, evidências ideológicas, históricas e até mesmo culturais confluem para a constatação de rastros ainda mais facilmente perceptíveis. A confluência nos indica que os rastros não se fazem presentes para traçar comparações, mas análises específicas, uma vez que o tempo e o espaço são quesitos que devem ser severamente considerados. Nesse sentido, a estética, assim como as produções artísticas, se apresenta como um grande rastro para a visibilização do movimento bolsonarista, que se provou uma vertente neofascista contemporânea.

A estética se mostra como ponto nodal na ressonância dos modos de existência microfascistas. O movimento bolsonarista não surge na eleição de 2018, mas antes, em pequenos detalhes cotidianos, movimentos do dia a dia. Devemos rastrear e cartografar essas pequenas marcas, atos estéticos, morais e políticos para entender, em seguida, como a estética funciona enquanto discurso, tecnologia do poder e campo de legitimação do movimento neofascista. Essas marcas históricas, em uma breve primeira instância, se mostram sucintas, mas são capazes de elucidar a história de um caminho que está sendo trilhado. Sendo assim, é preciso compreender as modulações do bolsonarismo nos níveis macropolítico e micropolítico (DELEUZE & GUATTARI, 2012), acompanhando seus rastros e marcas na história e traçando pistas que nos auxiliem a cartografar essa realidade multivetorializada, compreendendo, assim, as condições de possibilidade de ressonância do *ethos* bolsonarista na estética.

É necessário apontar que essa estética é uma concreta força de subjetivação que impulsiona a realização de atos criminosos — como as invasões de 08 de janeiro de 2023 ao Palácio do Planalto, Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal (STF). Nesse sentido, rastros como esses crimes legitimados por meio do discurso bolsonarista não abrem mão de sua identidade estética, pelo contrário, buscam exibir suas características na cena pública, ilustrando que os crimes não foram cometidos por pessoas aleatórias, mas por um “povo unido”, trazendo à tona uma verdadeira disputa de sentido, com uma revolta direcionada ao outro, e não ao sistema.

A memória da história paira no bolsonarismo, memória de um passado de morte e fascismo que é atualizado e modulado nesse movimento. Sentimos nas “antípodas

do progresso e da grandeza que o futuro desejaria espelhar, a lembrança de que nosso berço esplêndido é também uma necrópole” (RESENDE, 2022, p. 36), lembranças onde rastejam os rastros do bolsonarismo. Os microfascismos brasileiros voltam à história de formação do país, atualizados na estética bolsonarista. Tal como “a vala comum dos anos de chumbo já era a atualização dos chamados 'cemitérios de escravos'” (RESENDE, 2022, p. 25), o movimento bolsonarista e sua estética são atualizações e modulações de uma estética e desejo fascistas existentes no Brasil desde a colonização dos povos originários. A Ação Integralista Brasileira, coordenada por Plínio Salgado; o Estado Novo, ditado por Getúlio Vargas; a ditadura civil-militar de 1964: rastros da emergência dos fascismos sentidos no corpo brasileiro, de suas ressonâncias em estéticas sempre atualizadas, fascismos modulados e capturados pela estética bolsonarista emergente na imagem de Bolsonaro. Rastros de seu afloramento já eram sentidos no passado distante e recente, na lembrança de morte que resta no tempo, que sempre resiste nos corpos.

ESTÉTICA E DISCURSO

Um dos pontos nodais deste capítulo é a compreensão da estética enquanto uma prática discursiva elementar à contemporaneidade e que, como tal, se apresenta como manifestação de determinadas forças emergentes em forma pictórica. Para que se possa efetivar essa apreensão, o pensador Michel Foucault (2008) fornece instrumentos de análise crítica importantes. Foucault é adjetivado por outros pesquisadores como um pintor no plano do pensamento, um intelectual que se debruça sobre as questões de luz e sombra, na mesma medida em que monta sua alegoria estética da sociedade moderna — contornando e descolorindo as formas de saber e poder na modernidade. Isso é visível nos enfoques que ele dá às produções estéticas como marcadores importantes de emergência de determinados enunciados em cada momento da história humana no Ocidente.

Como em tantas outras oportunidades, é atribuído a Deleuze o mérito de ter vislumbrado de um modo profundo o sentido da escritura foucaultiana e, neste aspecto, estabelecer um vínculo entre o exercício do cartógrafo — como aquele que traça o mapa do campo social — e a tarefa artesanal do pintor em seu fascinante trabalho com as imagens. Sobre o campo da visibilidade e das sombras, uma importante tecnologia lógica da linguagem se articula, o discurso. (ORELLANA, 2014, p. 5).

Muito curiosamente, Foucault fez da escrita um gesto de pintura. As denúncias de sua escrita marcarão o enquadramento das lógicas de visibilidades e sombra de cada época, e aquilo que ele tanto nomeou por discurso também se assenta na imagem das forças de subjetivação de cada território e época. Outrossim, a escrita deste pensador, em seu processo intelectual, sempre foi um gesto cartográfico dos *socius*. “Daí a tripla definição de escrever: escrever é lutar, resistir; escrever é devir; escrever é cartografar, ‘eu sou um cartógrafo...’” (DELEUZE, 2013, p. 53). Para Michel Foucault (1999, p. 11):

[...] a relação da linguagem com a pintura é uma relação infinita. Não que a palavra seja imperfeita e esteja, em face do visível, num déficit que em vão se esforçaria por recuperar. São irreduzíveis uma ao outro: por mais que se diga o que se vê, o que se vê não se aloja jamais no que se diz, e por mais que se faça ver o que se está dizendo por imagens, metáforas, comparações, o lugar onde estas resplandecem não é aquele que os olhos descortinam, mas aquele que as sucessões da sintaxe definem. [...] É, talvez, por intermédio dessa linguagem nebulosa, anônima, sempre meticulosa e repetitiva, porque demasiado ampla, que a pintura, pouco a pouco, acenderá suas luzes.

Sobre as formações dos discursos, as produções de enunciações, em tal perspectiva, se articulam como um canhão de luz: aos regimes de visibilidade interessa a formulação de novos objetos onde se sobressaíram novas práticas de psicossaber-poder (FOUCAULT, 2008). Por esse motivo, “Os enunciados, diferentes em sua forma, dispersos no tempo, formam um conjunto quando se referem a um único e mesmo objeto” (FOUCAULT, 2008, p. 36). O que interessa, em um regime de visibilidade, é o que lhe é posterior: toda a emergência de práticas assentadas nas codificações inscritas e cristalizadas nos objetos dessas luzes. As relações entre dispositivos e discursos são infinitas e absolutamente variáveis; no campo de suas práticas, os discursos produzem códigos e práticas, e os dispositivos inauguram as visibilidades e os objetos, sempre inter cruzando as suas forças. Os jogos de visibilidade de cada tempo se utilizam dos dispositivos que se apresentam à mão de cada período e, na era da informação digital, as redes sociais são dispositivos de visibilidade cruciais nos modos de subjetivação. As redes sociais são importantes dispositivos de visibilidade de nosso tempo, são estes dispositivos que tanto lançam luzes e confeccionam objetos na era digital. Os aparelhamentos dos discursos são concorrentes a esses jogos de visibilidades, e a extrema direita no Brasil, aparentemente, apreendeu tal jogo de luzes.

A estética bolsonarista é a fricção de dispositivo de visibilidade, discurso e prática. A jornalista Patrícia Campos Mello, infelizmente, sentiu na pele a força dessa tecnologia pictórica na propagação de repúdio e ódio. No livro *A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital* (MELLO, 2020), ela descreve a imagem de uma prostituta se aproximando de um carro e dialogando com um homem, em um certo ponto da conversa, tem-se:

“É... Fala aí, qual dos furos você vai querer, hein?”
“Eu quero um furo de reportagem, sua safada... Um furinho bem gostoso... Você só manipula notícia ou você também cria notícia falsa do zero? Uma outra coisa que eu também estou precisando é de uma fonte falsa, aquela que inventa história mesmo e se for preciso ela até vai depor se for intimada.”
A prostituta faz cara de ofendida.
“Como é que é?”
“Furo de reportagem, fake news, quanto é que você está cobrando?”
“Eu não faço esse tipo de coisa.”
“Você não é jornalista da Folha?”
A prostituta fica ultrajada.
“Do que é que você me chamou?”
“Jornalista da Folha.”
“Olha aqui, eu sou prostituta, seu babaca. Jornalista da Folha? Era só o que me faltava. O meu trabalho é um trabalho digno, eu não destruo a vida das pessoas! Serviço completo, né? Agora eu estou entendendo, serviço completo. Eu faço, sim, serviço completo, mas isso eu não faço, porque eu tenho dignidade, seu idiota! Sai daqui!” (MELLO, 2020, p. 75-76).

O campo virtual se tornou espaço fundamental de ocupação, para a propagação de ideias da extrema direita e, concomitante a isto, para uma disseminação, em lógica virtual e afetiva. A luta é, acima de qualquer coisa, pela *alma* do Brasil (WOLF, 2018). A transcrição que a jornalista Patrícia Campos Mello faz denota o uso claro da linguagem no processo de desumanização que ela sofreu, e é esta tecnologia discursiva/estética que autoriza violentar a jornalista em planos físicos e virtuais. A racionalidade patriarcal presente na qualificação da jornalista, tratada como alguém com quem uma prostituta se envergonharia de ser comparada, denuncia a misoginia e as lógicas de opressão contra todo e qualquer ato sexual feminino. Essa racionalidade misógina e opressora é performatizada em uma produção audiovisual; no núcleo dessa produção, a tecnologia estética bolsonarista arrebatou milhões de corações brasileiros. Evidencia-se, então, uma crise estética, pois a crise é o mal-uso da arte, na função de propagador de ódio. Nas trilhas do pensamento de Adorno (2020), é possível afirmar que o bolsonarismo é hoje uma matriz formal da indústria

cultural em nosso território. Para a extrema direita, no Brasil, a internet se apresentou como o perfeito alinhamento do virtual com o estético, um plano de contágio de fácil molecularização e uma terra sem lei ou qualquer tipo de garantias e direitos. Por isso, em termos de indústria cultural, o processo de massificação e aniquilamento de subjetividades se apresenta como algo “autorizado”. Dando prosseguimento ao seu relato, a jornalista Patrícia Campos Mello (2020) declara:

Em fevereiro de 2020, várias imagens ofensivas como esse vídeo começaram a circular nas redes sociais. Em uma delas, uma mulher aparece nua, de pernas abertas, em cima de uma pilha de notas de dólar. Em outra, o rosto dessa mesma mulher aparece com a legenda: “Folha da Puta — tudo por um furo, você quer o meu? Patrícia, Prostituta da Folha de S. Paulo — troco sexo por informações sobre Bolsonaro”. E tem uma em que essa mulher — sempre a mesma — aparece com a frase: “Ofereço o cuzinho em troca de informação sobre o governo Bozo”. (MELLO, 2020, p. 78).

Para além das implicações estritamente discursivas, as redes informacionais operam mutações em dimensões que perpassam processos linguísticos, enunciativos e afetivos. Ao tomar processos de valoração estética como princípio para a reconfiguração de técnicas de transmissibilidade comunicativa, o bolsonarismo parece saber muito bem como se utilizar das ritualísticas digitais a fim de lapidar posicionamentos que concomitantemente gozam tanto de uma endurecida forma estética quanto de um versátil amorfismo moral. Marcia Tiburi reflete sobre o cálculo político dos discursos e a efetividade do poder em linguagem:

Antes de serem puros e simples atos de comunicação, todos os atos da linguagem são atos de poder. O poder também é um ato de linguagem. Em um sentido puramente conceitual, poder é uma potencialidade dos corpos humanos. Poder é da ordem de algo que se exerce em relação ao que existe. Podemos dizer que ele é a ação de um corpo sobre outro corpo que se transforma por meio dos atos que produz ou sofre. A essa ação podemos dar o nome de linguagem. (TIBURI, 2019, p. 23).

Tomando-se a linguagem como expressão de poder, pode-se perceber sua relação direta com alguns anseios do bolsonarismo, ao passo que a estética formulada se configura como uma engrenagem articuladora de subjetivação. Nesse sentido, depreende-se que corpos são tornados abjetos não somente por meio de violência física direta — característica marcante neofascista —, mas também por serem alvos de uma agressão às suas subjetividades, efetuada pelos discursos presentes nas composições estéticas bolsonaristas.

A reafirmação e a disseminação de ideias fascistas promovidas por tais composições possuem um de seus pilares na adjetivação generalista e negativa do outro — aquele que não corrobora com os ideais extremistas enunciados e, conseqüentemente, será alvo das violências pretendidas.

Além da caracterização do outro como inimigo, há a criação de um contexto emergencial que incita um combate e subverte a relação entre agressor e vítima. Propaga-se a ideia de que os apoiadores do bolsonarismo precisam lutar constantemente contra as influências perigosas e crescentes dos intitulados adversários, que almejam destruir os “bons valores” defendidos pela extrema direita. Como consequência, tal tentativa de invenção da realidade incita o ódio à diferença e altera as posições entre quem sofre a violência e aquele que, de fato, incita tais agressões. Percebe-se isso, por exemplo, na caracterização da universidade como responsável pela censura — sendo que, na realidade, ela sofre forte censura e opressão —, uma vez que as ideias defendidas pela maioria de seus membros não vão de encontro a pautas “anticomunistas”. Com isso subverte-se a real relação de repressão, fazendo com que o bolsonarismo, que almeja o anulamento da diferença e a repressão de corpos dissidentes, atribua a seus inimigos idealizados o papel de perseguidores, como exposto abaixo por Olavo de Carvalho:

Pega as universidades brasileiras nos últimos 30 ou 40 anos e pergunta quantas teses anticomunistas foram aprovadas. Resposta é nenhuma. O anticomunismo está proibido nas nossas universidades. Está proibido nas nossas mídias. Não é a pregação comunista. É a supressão do anticomunismo. Esse que é o problema (PLANALTO CONSERVADOR, 2019).

Outro aspecto vital do discurso bolsonarista de aniquilação da diferença é a replicação dessa lógica da guerra cultural para dentro dos grupos minoritários, permitindo que até corpos dissidentes abracem a mentalidade fascista. Michel Gherman (2022), ao analisar principalmente os impactos do bolsonarismo na comunidade judaica, caracteriza essa dinâmica como uma ferramenta para neutralizar a diferença dentro de grupos racializados e, ao mesmo tempo, mascarar o ódio contra as minorias, ao colocar como inimigo não o negro ou o judeu, mas os negros e os judeus de esquerda, os que resistem à opressão. Dessa forma, as diferenças presentes nesses grupos dissidentes são assimiladas, aproximando o “bom judeu” ou o “bom negro” de um ideal de branquitude e conservadorismo.

“PELA MEMÓRIA DO CORONEL CARLOS ALBERTO BRILHANTE USTRA”

Michel Foucault, em uma entrevista dada em 1975, diz:

Eu me dei como objeto uma análise do discurso, fora de qualquer ponto de vista. Meu programa se fundamenta tampouco nos métodos da linguística. A noção de estrutura não tem nenhum sentido para mim. O que me interessa, no problema do discurso, é o fato de que alguém disse alguma coisa em um dado momento (FOUCAULT, 2006, p. 255).

O “dizer algo em dado momento”, na trajetória arqueológica do pensador francês, revela uma condição de campo, alguém diz porque faz sentido dizer, criando as condições para que se mantenha esse mesmo campo, ou seja, esse mesmo campo que possibilitou dizer é reforçado pelo enunciado proferido. Todo discurso se relaciona com o sentido de mundo que o possibilita, com os outros discursos que o invocam, tornando-se parte deles.

Com isso, a questão para o arqueólogo seria saber em que regras os enunciados foram constituídos permitindo a construção e a produção de novos enunciados. Isso porque, segundo nos mostra Foucault (2012), todo enunciado está inserido dentro de um contexto, o qual só tem existência na sua relação com outros enunciados, ou seja, dentro de um campo específico de relações: “[...] certos atos ilocutórios só podem ser considerados como acabados em sua unidade singular se vários enunciados tiverem sido articulados, cada um no lugar que lhe convém. Esses atos são, pois, constituídos por uma série ou soma desses enunciados [...]”. (FOUCAULT, 2012, p. 101 *apud* MORAIS, 2017).

Nessa perspectiva, em vista de uma urgência ética de disputa de campo enunciativo no país, faz-se ainda necessário analisar uma ética discursiva, cada vez mais atual em uma episteme brasileira: uma estética do ódio, um *ethos* bolsonarista. Dos muitos momentos de absurdo, destaca-se o do discurso proferido pelo então deputado Jair Bolsonaro por ocasião do impeachment da presidente Dilma Rousseff:

[...] Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff. Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim. (HÁ 5 ANOS..., 2021).

Esse pronunciamento marca um dos primeiros momentos de grande visibilidade do próximo presidente eleito. Ao mesmo tempo que invoca uma série de símbolos de seu futuro governo, Jair Messias saúda a vida do torturador de sua

opositora política, que viria a ser despossada naquela noite. Em um mesmo ato discursivo, um rebaixamento humanitário e uma “proposta de governo”, postura que se sustenta até o fim de 2022. Emergência de uma fala com pretensão de exercer, também, o poder.

Ao mesmo tempo, Foucault (2005) mostra que todo discurso se articula com relações de poder e saber. Para o Genealogista, o discurso não é uma simples “projeção desses mecanismos de poder”, mas é uma articulação de poder e saber. Com isso, não existe um discurso do poder e outro sem poder. Os discursos estão dentro do poder e do seu campo de forças. Com isso, o discurso produz, reforça, alimenta relações de poder. (MORAIS, 2017).

Pensar no discurso proferido por Bolsonaro no Impeachment de Dilma Rousseff é pensar na constituição de um campo enunciativo, condições de possibilidade de dizer. Concomitantemente, é pensar no sentido de existência que esse discurso carrega consigo. O discurso não é simplesmente uma manifestação da fala ou do ato de fala de um sujeito, mas um conjunto de enunciados que se torna um objeto do desejo e a verdade para o sujeito dentro de um conjunto de outros enunciados (MORAIS, 2017).

A partir dessa perspectiva, nota-se a possibilidade de potencialização da manifestação de pensamentos e atitudes ligados ao movimento bolsonarista, que alimentam discursos de ódio relacionados à sexualidade e ao gênero, assim como a aspectos políticos, sociais, raciais e até culturais.

Simultaneamente, esse processo torna-se mais perceptível ao analisar o *modus operandi* de predominância do discurso no campo enunciativo, por parte desse movimento. Cujo modo de obter predomínio no meio dos enunciados, a princípio, é constituído por uma estética que ,a partir do discurso, fomenta uma narrativa maniqueísta através da produção de significados. De modo que, as significações produzidas podem estar relacionadas com signos e figuras que tal movimento interprete como algo que ameace uma série de ideais que ele relaciona à “moral e aos bons costumes”. Entretanto, tais supostas ameaças podem, em sua grande maioria, ser interpretadas como signos alvos de um discurso de ódio já intrínseco na sociedade. Acerca dessa perspectiva, nota-se que os discursos presentes na estética bolsonarista não são originadores, mas sim potencializadores de um ódio já existente, se tornando ainda mais presente e intenso com a influência discursiva desse movimento reacionário.

Consequentemente, a partir da compreensão da estética bolsonarista como potencializadora de discursos de ódio que incidem sobre os indivíduos por ela atravessados, encadeia-se uma expressão potente e frequente de atitudes que ratificam tais ideias. Pode-se citar como exemplos os enunciados e atos preconceituosos, invasão e depredação de propriedades e, nos casos mais graves, assassinatos. Sob a perspectiva bolsonarista, tais atos seriam praticados em prol da conservação dos ideais do povo brasileiro e sua salvação diante da ameaça gerada por outros signos, que são considerados pelos neofascistas como nocivos a um Brasil exacerbadamente idealizado pelo desejo de aniquilamento da diferença.

Diante disso, os reflexos dessa potencialização são evidentes na recorrência de diversas notícias acerca de tragédias causadas pelos “salvadores da pátria”. Isso é evidenciado, por exemplo, no caso do homicídio cometido pelo policial Jorge Guarinho, um entusiasta do movimento bolsonarista, que assassinou um tesoureiro do Partido dos Trabalhadores (PT) após invadir a festa de aniversário da vítima aos gritos de “aqui é Bolsonaro!”, antes de alvejá-la a balas devido a divergências políticas (O GLOBO, 2022). Esse exemplo configura apenas um, dentre os vários casos de violência a que assistimos, evidenciando práticas de ódio pautadas pelo desejo de aniquilação da diferença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse diálogo entre estética, ética e política, buscou-se trazer à luz uma das tecnologias discursivas da força bolsonarista no Brasil e sua tentativa de legitimação. A composição estética bolsonarista endossa e sustenta uma ontologia de aniquilamento da diferença, produz subjetividades e autoriza discursos e práticas neofascistas. Ademais, ratifica-se também que o bolsonarismo, enquanto projeto político de ódio no Brasil, não se reduz à figura de Bolsonaro, sendo ele metáfora de uma força política que se evidencia por meio dos processos de exclusão social e aniquilação de corpos dissidentes. Os desejos fascistas que ressoam na estética bolsonarista já estavam presentes em todo o processo de formação do país, sempre se modulando e se atualizando na realidade brasileira, emergindo em níveis macropolíticos em diversos momentos históricos e capilarizando-se no micropolítico em pequenos discursos da vida – discursos estéticos, então, que são campos de enunciação desses desejos e produtores de subjetividades. A estética é central para

a perpetuação micropolítica do bolsonarismo e sua emergência macropolítica, elemento nodal dos movimentos de ódio, pois sustenta, endossa e ressoa esses desejos fascistas do movimento bolsonarista nas imagens de violência contra o outro.

Em decorrência da complexidade do assunto, pelas múltiplas linhas que se inter cruzam na problemática referente à disseminação de ódio por discursos potencializados pela estética bolsonarista, não foi possível esgotar a questão levantada, abarcando-se apenas um recorte do tema. Assim, reputamos como imprescindível a aposta em uma psicologia crítica compromissada com o entendimento de que, mediante a imensidão da questão-problema e suas infinitas possibilidades, a realidade abrangida não está dada, mas em constante disputa. E, se está em disputa, considera-se que o cenário, de constantes transformações, torna crucial a existência de um fazer psi que também esteja sempre em vias de se reinventar para possibilitar práticas de cuidado, mergulhando nas possibilidades da subjetividade. Nesse sentido, é reiterada a importância de abordar a temática como tema atual e urgente para a concretização de uma psicologia que cumpra com seus deveres ético-políticos e que sonha; sonha com uma realidade outra e, concomitantemente, luta por uma configuração social em que a subjetividade presente em corpos dissidentes possa aflorar, vencidos os discursos violentos reforçados por uma engrenagem articuladora de subjetivação específica: a estética bolsonarista.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Indústria Cultural**. São Paulo: Unesp, 2020.

BUGALHO, H. **Minha especialidade é matar: como o bolsonarismo tomou conta do Brasil**. Curitiba: Kotter, 2020.

CAETANO, G. Assassino de militante do PT tem 'script bolsonarista' nas redes sociais. **O Globo**, São Paulo, 10 jul. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/07/assassino-de-militante-do-pt-tem-script-bolsonarista-nas-redes-sociais.ghtml>. Acesso em: 01 jul. 2023.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2013.

FERRERO-VÁZQUEZ, Ó.; GHERMAN, M.; SCHURSTER, K. (Orgs.). **Negacionismo: a construção social do fascismo no tempo presente**. Rio de Janeiro: Autografia, 2022.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

Michel Foucault: **Estratégia, Poder-Saber**, 2ª edição, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2006.

GHERMAN, M. **O não judeu judeu**. São Paulo: Fósforo, 2022.

HÁ 5 ANOS, Câmara abria impeachment de Dilma e Bolsonaro louvava Ustra. **Poder 360**. 17 abril 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/ha-5-anos-camara-abria-impeachment-de-dilma-e-bolsonaro-louvava-ustra/>. Acesso em: 01 jul. 2023.

LÍSIAS, R. **Diário da catástrofe brasileira: ano I: o inimaginável foi eleito**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1974.

MELLO, P. C. **A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MORAIS, H. Michel Foucault e o discurso: as implicações teórico-metodológicas da análise do discurso a partir das perspectivas da arqueologia do saber e da genealogia do poder. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v. 6, n. 2, p. 183-196, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.51359/2238-8052.2017.231065>. Acesso em: 13 ago. 2022.

ORELLANA, R. C. As palavras e as imagens: uma arqueologia da pintura em Foucault. **Princípios: Revista de Filosofia** (UFRN), v. 21, n. 35, p. 5-35, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/6017>. Acesso em: 11 maio 2023.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. de A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, vol. 16, n. 1, p. 71-79, jan-abr. 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722000000100010>. Acesso em: 25 abr. 2023.

PLANALTO CONSERVADOR. Olavo de Carvalho fala com o IMBECIL COLETIVO Pedro Bial, com PIADA PRONTA na apresentação. *Youtube*, 12 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FIHGYWESLFA>. Acesso em: 18 de junho de 2023.

RESENDE, Gabriel de. Contar nossos mortos. **Mnemosine**, Campina Grande, vol. 18, n. 2, p. 24-37, 2022. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/mnemosine.2022.71180>. Acesso em: 15 jun. 2023.

Resultado — TSE [site]. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. 31 de out. de 2022. Disponível em: <<https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao/resultados>>. Acesso em: 21 de fev. de 2023.

ROCHA, João César. **Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político.** Goiânia: Editora Caminhos, 2021.

TIBURI, M. **Delírio do poder: psicopoder e loucura coletiva na era da desinformação.** Rio de Janeiro: Record, 2019.

WOLF, Eduardo. **“Luta pela alma do Brasil”, grifos meus.** Revista Veja [site], 30 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yy9z6z88>>. Último acesso em 26 de fevereiro de 2023.

Capítulo 6
NEOLIBERALISMO E CAPITALISMO
CONTEMPORÂNEO: NOVAS TENDÊNCIAS
DA POLÍTICA SOCIAL
Pedro Alves Gomes

NEOLIBERALISMO E CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: NOVAS TENDÊNCIAS DA POLÍTICA SOCIAL

Pedro Alves Gomes

Graduado e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Doutorando em Política Social pela mesma universidade. Email para contato: pedroag96@hotmail.com. Endereço Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3200110399782377>.

1. Introdução

O objetivo central do presente trabalho é apresentar algumas discussões centrais da relação entre neoliberalismo e capitalismo contemporâneo, estabelecendo mediações principais com a política social. Para tanto, optou-se aqui por lançar mão de algumas categorias centrais, assim como determinações e mediações importantes que longe de esgotarem tais discussões, pretendem estabelecer mediações que permitam a reflexão de questões-chave para discutir políticas sociais no capitalismo contemporâneo.

O fio condutor deste trabalho é o materialismo histórico-dialético, portanto, por meio do uso de categorias do pensamento marxista as mediações e determinações são estabelecidas. A fim de atingir o propósito central o trabalho será organizado em quatro tópicos centrais. O primeiro diz respeito a discussões mais centrais sobre aspectos históricos e teóricos de configurações mais recentes do capital. O segundo diz sobre mediações entre o Estado e as políticas sociais no capitalismo contemporâneo. O terceiro trata da relação entre o Estado de bem-estar e as políticas sociais. Já o último tópico diz sobre a colocações mais recentes sobre a “questão social” nessa sociedade do capital.

Compreender o neoliberalismo e o capitalismo contemporâneo exige necessariamente discutir a forma de capital dominante de tal período. Ainda que o capital fictício já exista de mais tempo, é a partir do avanço do neoliberalismo, datado aproximadamente dos anos 1970 em diante, que tal forma de capital começa a se

mostrar dominante sobre as outras. Ou seja, é um período histórico no qual essa forma de **produção fictícia de riqueza é dominante na sociedade**.

É preciso ressaltar, assim, um movimento do conceito que precisa acompanhar as mudanças do real. Nesse contexto instaurado as formas de expressão do capital se alteraram, mas sua natureza permanece a mesma. Dessa maneira, estamos falando de um período de crise de superacumulação, onde há superprodução de capitais. O princípio básico dessa forma do capital é o domínio da lógica especulativa.

2. Neoliberalismo e capitalismo contemporâneo

A forma dominante do capital fictício atualmente passa necessariamente por um processo de aumento excessivo da exploração do trabalho, ou seja, há uma superexploração da mão-de-obra do trabalhador. O surgimento do neoliberalismo e essa nova forma dominante no capitalismo contemporâneo estão atrelados a um período de crise do próprio capital. Uma crise que, dentro do ciclo do capital, se apresenta como uma **crise estrutural, sistêmica, permanente e civilizatória**.

A grande crise mundial do capital de 2008, por exemplo, é apenas um sintoma dessa crise maior anterior. Tais crises, vale dizer também, são provocadas pela própria dinâmica das soluções de problemas que se apresentam ao capital. Isso não significa dizer que a crise é experienciada de forma igualitária por todos os países, visto que o capital possui formas de existência diferenciadas em cada país. Onde o Brasil, por exemplo, país dependente periférico no sistema mundial do capital vivencia a crise de maneira muito mais austera do que países centrais do capital.

Fala-se do predomínio de uma nova forma de capital pois a atual etapa de acumulação capitalista se distingue da anterior que predominou aproximadamente da Segunda Guerra Mundial até meados dos anos 1970. Sendo assim, ainda que essa forma de capital já existisse a novidade é que há um caráter especial nesta nova etapa de acumulação de riquezas: a reprodução de uma **dominação massiva do capital fictício sobre outras formas de capital no mundo**. Assim, é preciso dizer que a atual lógica de expansão do capital se estrutura, fundamentalmente, na produção fictícia de riquezas e na apropriação centralizada de lucros fictícios (GOMES, 2015).

Tudo isso, entretanto, precisa ser compreendido a partir da materialidade histórico e dialética tanto em níveis de formulações mais abstratas quanto na realidade concreta. Nesse sentido, as categorias numa perspectiva dialética precisam sem

apreendidas como um constante processo de transformação, nunca como definições acabadas disponíveis para serem utilizadas em qualquer tempo ou espaço (GOMES, 2015).

Essa capital na sua forma fictícia, também considerada como sua forma mais perversa, sempre foi o centro de desencadeamento das crises nas últimas décadas que foram vivenciadas pela população mundial. No contexto de crise o capital busca constante recuperar níveis considerados “adequados” de taxa de lucro, entretanto ainda não o conseguiu comparada aos níveis de períodos anteriores (NAKATANI; MARQUES, 2020).

Enquanto configuração específica do capitalismo hoje em dia, o capital portador de juros está no centro das relações econômicas e sociais dessa sociedade. Nada mais é, portanto, do que uma forma específica de propriedade capitalista (CHESNAIS, 2005). Tal como o materialismo histórico nos propõe a analisar, pode ser entendida como “[...] uma situação atual tal como no passado” (CHESNAIS, 2005, p. 60).

Não se pode perder de vista, entretanto, ainda que o capital procure se apresentar como estável ou sob a forma de estoque, o mesmo só é capaz de existir em movimento. Em movimento em certa medida porque é uma relação social, mas também é uma forma social pela qual a riqueza produzida e acumulada pela sociedade é expressada (NAKATANI; MARQUES, 2020).

O neoliberalismo, assim, nada mais é do que uma nova fase do capitalismo que só pode ser compreendido no contexto global do imperialismo contemporâneo. Sendo que nesse cenário global, o neoliberalismo é um modelo desfavorável a acumulação e ao crescimento do capital que tem como finalidade central maximizar as rendas e os patrimônios da classe dominante. Ainda que nenhuma fase de expansão seja eterna no capitalismo é a luta de classes capaz de decidir a evolução ou não, decidi se haverá uma mutação ou até mesmo uma superação desse neoliberalismo (DUMÉNIL; LÉVY, 2005).

Essa nova fase do capitalismo é marcada de forma expressiva pela violência, ainda que seja preciso ressaltar que na história do capitalismo nunca existiu um período de não-violência ou harmonia (DUMÉNIL; LÉVY, 2004). Violência essa que se apresenta de maneira distinta a depender do tempo histórico e do país de inserção.

Vale destacar em relação a isso o dato de que após aproximados 25 anos esse novo rumo do capitalismo pode ser compreendido a partir de formas de violências acreditadas obsoletas que ressurgem. Violência que se apresenta na forma de guerra,

por meio da economia, e até subversão golpistas, todos elementos na ordem do dia do capital. Nenhum deles, entretanto, alteram a essência dessa sociedade, seja ela justificada sob uma forma de defesa da democracia ou luta contra o terrorismo (DUMÉNIL; LÉVY, 2004).

A violência e o neoliberalismo só podem ser verdadeiramente compreendidos a partir do aporte da categoria de imperialismo¹⁷. O imperialismo é aqui compreendido como uma característica dessa formação social que perpassa diversas fases do capital, fases essas que são inclusive reflexos das próprias transformações em países imperialistas (DUMÉNIL; LÉVY, 2004).

O imperialismo na fase neoliberal do capital possui características próprias, como, por exemplo, a importância das movimentações financeiras nas relações e na própria dinâmica da sociedade. Esse imperialismo, entretanto, não é feito de um só país, e sim de um conjunto de países. Potências mundiais do capital que mantêm relações de luta, as vezes até mesmo confronto armado, ou grupos de países inseridos num sistema de alianças, que numa relação dialética e contraditória mantêm ao mesmo tempo relações de cooperação. Nunca se esquecendo que nesse contexto cada Estado representa os interesses de sua classe dominante (DUMÉNIL; LÉVY, 2004).

Nesse mundo imperialista e neoliberal, apesar da globalização, Estados e países continuam desempenhando papéis centrais, ainda que de maneiras diversas. É essencial ressaltar, nesse sentido, que o neoliberalismo vindo sendo um sucesso brilhante tomando em consideração seus objetivos (DUMÉNIL; LÉVY, 2004).

O neoliberalismo, nesse sentido, é aqui entendido enquanto uma teoria de prática político-econômica que defende o que consideram como um “bem-estar humano” por meio de liberdades e capacidades empreendedoras individuais, numa defesa irrevogável do livre comércio, livre mercado e a propriedade privada (HARVEY, 2008).

Depende, assim, da formação de toda uma estrutura institucional que tem entre os anos de 1978 e 1980 um período fundamental para seu desenvolvimento. Essa estrutura pressupõe um Estado que garanta seus princípios básicos, mas de acordo com a sua teoria seja também um Estado de intervenção mínima (HARVEY, 2008).

¹⁷ Vale destacar que tal categoria é complexa e muito destrinchada no rol do marxismo, o presente trabalho não se propõe a discutir com profundidade tal categoria, apenas apresentá-la de maneira resumida com o fim de auxiliar a compreensão sobre neoliberalismo e violência.

As teorias neoliberais são totalmente compatíveis com o processo de desenvolvimento e acumulação capitalistas, portanto, é muito bem aceito e rapidamente difundido desde os anos 1970, se tornando hegemônico a ponto de afetar modos de pensamento cotidianos que moldam maneiras de interpretar, viver e compreender o mundo. Os fundadores desse pensamento neoliberal defendem ideais políticos que compreendem como, por exemplo, “dignidade humana e liberdade individual” transformando-os em valores universais da civilização, fatores que se apresentam como convincentes e sedutores para a população (HARVEY, 2008).

É importante ressaltar que a primeira experiência neoliberal no mundo foi implementada justamente na América Latina, na periferia do capital, no Chile após o golpe de Estado promovido por Pinochet. O fato de sua primeira experiência se dar na periferia do capital é importante pois o propósito é uma reorganização do capital em nível internacional, restabelecendo condições específicas de acumulação geral do capital e poder da classe dominante do capital (HARVEY, 2008).

Não somente a experiência chilena, como também a argentina, a uruguaia, nos anos 1970, revelam que há uma receita em comum para instauração desse processo: realização de golpes militares com o apoio das classes dominantes de tais países, assim como do governo dos EUA, sucedido de intensas repressões a todas as formas de movimentos sociais e principalmente movimentos trabalhistas que representavam uma ameaça ao processo em curso (HARVEY, 2008).

Para o neoliberalismo o Estado considerado “intrusivo” é um inimigo que precisa ser reformado. Pois para tais formulações teóricas o Estado precisa apenas ser capaz de garantir a propriedade privada, o livre mercado e as chamadas liberdades individuais. Esse mesmo Estado ainda precisa ser hostil a qualquer organização e manifestação social que vise impor algum tipo de restrição à acumulação do capital. Sindicatos e movimentos sociais, por exemplo, são considerados como ameaças e precisam ser disciplinados ou destruídos (HARVEY, 2008).

Vale ressaltar, assim, a contradição do Estado no neoliberalismo, ao mesmo tempo em que não se pode ter um Estado “intrusivo”, precisa ter um Estado forte capaz de garantir seu mercado forte e suas instituições legais fundamentais a manutenção de tal configuração social. Nesse cenário, as tecnologias são usadas como ferramenta de atividades especulativas e maximização de lucros e não como

instrumentos de aprimoramento das atividades de produção da sociedade (HARVEY, 2008).

O projeto neoliberal ainda tem características marcantes identificadas ao redor de todo o mundo que precisam ser destacadas, como, por exemplo, privatização e mercadificação de variados ativos públicos, privatização de benefícios sociais – como habitação social, assistência à saúde, pensões, educação etc., privatização de instituições públicas como universidades, laboratórios de pesquisas e presídios, por exemplo (HARVEY, 2008). Essas são apenas algumas de diversas características constitutivos desse mundo capitalista neoliberal que foi se expandido ao redor do mundo.

Vale dizer também que o neoliberalismo¹⁸, que começa a aparecer nos anos 50, se difunde e cria raízes institucionais sistemáticas. Essa difusão e consolidação dá ao neoliberalismo grande importância enquanto uma etapa própria de desenvolvimento do capitalismo. Esse processo de difusão e consolidação do neoliberalismo possui dois objetivos evidentes: o primeiro deles é a restituição de uma hegemonia frente a um ambiente de questionamento do próprio *status quo*; o segundo é uma reformulação dos países periféricos na divisão internacional do trabalho, principalmente aqueles que vinham lutando por parcial emancipação (RAMÍREZ, 2020).

O neoliberalismo possui grande compatibilidades com os desenvolvimentos culturais pós-modernos, que apesar de já estarem emergindo antes, encontram nessas teorias o terreno ideal para surgir e se consolidar enquanto configuração intelectual e cultural dominante (HARVEY, 2008).

Por fim, no que tange à aspectos mais essenciais, esse neoliberalismo que surge justamente num período de crise de acumulação na década de 70, tem nas crises financeiras sua ferramenta essencial à contenção de suas próprias contradições e políticas internas (HARVEY, 2008). Ou seja, à sua própria manutenção enquanto teoria social, política e econômica dominante na sociedade.

¹⁸ Vale a pena fazer a distinção entre teoria neoliberal (o neoliberalismo como doutrina econômica-política e como projeto de sociedade) e política econômica neoliberal (como forma de reajuste do mecanismo de acumulação do capital e como agenda de política promovida/imposta). Ambos têm inícios históricos diferentes.

3. O Estado e as políticas sociais no capitalismo contemporâneo

O capitalismo contemporâneo no bojo do neoliberalismo apresenta configurações sociais específicas. Entre essas configurações é possível identificar elementos particulares em relações as mediações entre o Estado e as políticas sociais, que se diferenciam de configurações anteriores, e se defrontam principalmente com alguns Estado de bem-estar social, ou Estado social desenvolvidos em alguns países do mundo.

Antes de discutir aspectos relacionados às políticas sociais e o capitalismo contemporâneo, vale retomar uma afirmação importante de teóricos neoliberais, que é a defesa da chamada “Lei dos Mercados” contrariamente à um intervencionismo (BYLUND, 2018). Essa constatação tem implicações importantes principalmente num cenário de austeridade e arrocho imposto pelo capitalismo atualmente, sentido de maneira muito mais violenta por países de capitalistas dependentes, como o Brasil, localizados na periferia do capital.

Um bom ponto de análise para melhor compreensão dessa austeridade, dos impactos do neoliberalismo no capitalismo contemporâneo é a pandemia da Covid-19, e principalmente, a maneira como essa crise sanitária é gerida pelo Estado, tendo o Brasil como um caso bem representativo.

O processo de difusão e consolidação do neoliberalismo para se tornar insustentável, até mesmo numa perspectiva biológica, onde, por exemplo, não há uma infraestrutura de saúde pública em nível internacional para lidar com um vírus. E tal infraestrutura não irá existir enquanto permanecerem o poder da indústria farmacêutica e os cuidados de saúde a fins lucrativos (DAVIS *et al.*, 2020).

A gestão da crise durante esse período mais recente (últimos 3 anos) mostra que há alternativa é a construção de outro projeto de sociedade para a sobrevivência humana. Estudos já apontavam que esse modelo econômico vigente tenderia em breve a existências de crises (DAVIS *et al.*, 2020). Vale ressaltar que a crise sanitária (Covid-19) se some a crise estrutural do capital em dimensão muito mais complexa.

O atual modelo de sociedade, relações e produções modifica condições ambientais a ponto de gerar condições que ameaçam sua própria sobrevivência, como é o caso das mudanças climáticas, por exemplo. Os quarenta anos vividos de neoliberalismo pelas populações de América do Sul e América do Norte geraram uma

exposição e falta de preparo para lidar com uma crise de saúde pública de tamanha dimensão, como foi e ainda é a crise sanitária da Covid-19 (DAVIS *et al.*, 2020).

É importante, no entanto, que esse fracasso nas políticas neoliberais da saúde, por exemplo, não apenas sirva como exemplo para demonstrar a falência do neoliberalismo como um todo, mas também que seja transformado em ferramenta para a denúncia de responsabilidades de governantes, passados e presentes, que conduzem essas políticas ao ponto desastroso ao qual se encontram hoje. O preço do fracasso de tais políticas quem paga é novamente a população, a classe trabalhadora (DAVIS *et al.*, 2020).

De maneira geral, portanto, é preciso dizer que frente a essa nova pandemia, na verdade não estamos lidando com nada de novo no sol contemporâneo do capitalismo. Essa pandemia não representa, em nenhuma instância, algo sem precedentes ou substancialmente novo na história da sociabilidade do capital (DAVIS *et al.*, 2020).

As crises vividas nos últimos anos, principalmente por aqueles na periferia do sistema, demonstram que os sinais de que não é possível continuar no caminho tomado até então já foram dados (DAVIS *et al.*, 2020). Só uma mudança radical é capaz de alterar a condição da classe trabalhadora e lidar com esse cenário de crises e austeridade.

Quando se fala em crise é preciso demarcar que crise é essa, ou crise do que. Em grande medida uma das dimensões mais importantes é a crise da democracia que oriunda desses processos anteriormente destacados. Nesse sentido é essencial compreender que essa democracia vivida no capitalismo, sempre foi uma democracia muito restrita, uma democracia de aparência, uma democracia de uma só classe. Ainda assim, traz conquistas importantes para e pela classe trabalhadora. Por isso mesmo, pensadores do recrudescimento do neoliberalismo escrevem contra até mesmo essa forma de democracia.

Sobre democracia e crise, em primeiro lugar, é essencial marcar que a crise é uma crise estrutural da democracia em sua forma liberal-capitalista, sendo essa nunca verdadeiramente representativa da “vontade do povo”. Essa democracia liberal em crise também se manifesta de maneiras diferentes historicamente, tanto em medidas quanto em formas (HIRSCH, 2019).

Para esses pensadores e pensadores localizados à direita, no ceio do neoliberalismo, a democracia até poderia ter tido um bom ideal em seu início, mas o

resultado após anos demonstraria que não é algo positivo. De acordo com tais ideais a democracia seria um “arranjo tirânico” que iria no mesmo caminho de países socialista e se tornaria burocratizada, opressora e corrupta. E isso não se daria por há um corrompimento do ideal democrático, e sim porque tais acontecimentos são inerentes a esse ideal (KARSTEN; KAREL, 2014).

A democracia, nessa perspectiva, teria uma “natureza coletivista” que gera um “inchaço burocrático”, onde quem tem menos educação e os pobres sofrem mais. Essa democracia seria um Estado assistencialista que gasta muito, tirando dinheiro dos ricos para dar aos pobres. **Ou seja, por esse matiz teórico a democracia é um sistema que pune o sucesso empreendedor e a excelência** (KARSTEN; KAREL, 2014).

Seguem ainda na compreensão de que esses “governos inchados” geram altos impostos e aumentam a dívida pública. Para eles a solução seria menos democracia e não mais. O pensador Frank Karsten (2013), ainda diz que a esquerda acredita que a democracia corresponde a prosperidade, igualdade, justiça e união, mas que não há nenhuma evidência disso. Para Karsten (2013) a democracia só tem base em três princípios: o direito ao voto, o direito a concorrer a cargos públicos, e a decisão da maioria. Não havendo, assim, em nenhum lugar uma garantia à liberdade de expressão, e nem uma lógica que demonstre prosperidade.

Karsten (2013) faz ainda uma analogia entre a democracia e um carro alugado, ambos não são propriedade de ninguém e utilizados por todos, segundo o autor, o que gera rápida destruição. A democracia, dessa maneira, gera discórdia que não existiria em uma sociedade livre. A liberdade que existe hoje seria fruto de uma tradição e sentimento de liberdades nossos, e não à democracia.

Em suma, de acordo com essa perspectiva teórica o próprio sistema da democracia é que causa os problemas, a solução seria alterar o sistema tornando-o menos democrático e não mais. Um caminho apresentado para isso seria a retirada de poderes do governo e a descentralização das tomadas de decisão (KARSTEN, 2013).

Dois elementos centrais dessa perspectiva teórica apresentada precisam ser destacados: o primeiro deles é que tais ideais tomam a democracia como um valor “universal” abstrato, ou seja, não levam em consideração a materialidade histórica das sociedades; um segundo fator a ser destacado é a defesa aberta de que essa democracia colocada é um problema que precisa ser alterado.

Quanto ao primeiro elemento vale dizer que a democracia não existe enquanto um valor universal em abstrato, ela é construída a partir das relações sociais, da materialidade concreta da vida. Assim como, essa democracia erigida sob e pelo capitalismo – como acima mencionado – é uma democracia liberal burguesa, nunca foi de fato um regime do povo ou para o povo.

Isso, entretanto, não apaga importantes conquistas que algumas sociedades democráticas conseguiram por meio da luta organizada dos trabalhadores. **Assim, caracterizar essa democracia que vivemos como liberal-burguesa é muito diferente de dizer que precisamos de menos democracia, de um discurso que caminha sempre a derrubada de direitos, a austeridade e o recrudescimento das condições de vida da classe trabalhadora no capitalismo, principalmente em países periféricos como o Brasil.**

O primeiro passo num processo de reflexão crítica é ser capaz de analisar essa democracia vivida a partir do que ela é, de seus elementos concretos. Atualmente, por exemplo, a grande maioria dos Estados são democráticos-constitucionais e neoliberais. Isso quer dizer que é possível visualizar democracias representativas e neoliberalismo juntos em várias partes do mundo (DEMIER; GONÇALVES, 2017).

Assim, é preciso destacar que “missões” ou “guerras civilizatórias” em nome dos direitos humanos, políticas europeias de discriminação para com refugiados, encarceramento em massa da população negras nos EUA, são todas realidades construídas por Estados democráticos. Dessa maneira, sendo o Estado capitalista burguês, ou seja, um instrumento de dominação de classe, a democracia nesse Estado se constituirá necessariamente como liberal e representativa (DEMIER; GONÇALVES, 2017).

É preciso sim, portanto, demarcar que essa democracia possui limitações, exclusões, exceções e obstáculos à classe trabalhadora. **Essa democracia liberal é um regime político característico do Estado capitalista, ou seja, uma forma política que o Estado capitalista pode assumir em determinadas condições históricas, assim como assume outras formas como o fascismo, por exemplo.** Em vias gerais, pode-se dizer que essa democracia é uma forma assumida por um Estado, que é burguês, se constituindo assim enquanto um regime de classe (DEMIER; GONÇALVES, 2017).

Alguns períodos históricos são emblemáticos para a formação e desenvolvimento dessa forma de democracia. É possível, por exemplo, que a partir

da dissolução na União Soviética em 1991, essa democracia liberal-burguesa se espalha pelo mundo na mesma medida em que deixa cada vez mais evidente sua incapacidade de cumprir suas próprias promessas. A crise dessa democracia liberal pode ser percebida a partir de diversos elementos, pode-se destacar a presença de extremistas autoritários em posições de governo; o crescimento de discursos fundamentalistas ou xenófobos; crescimento da antipolítica (MIGUEL, 2021).

Para correntes de pensamento mais críticas, o neoliberalismo – aqui já caracterizado, se apresenta como uma importante ferramenta de destruição da própria democracia até aqui conquistada. Portanto, o neoliberalismo enquanto essa racionalidade da totalidade das relações humanas, é preciso pensar se no neoliberalismo é possível acreditar com o retorno do modelo de democracia liberal anteriormente existente (MIGUEL, 2021).

O processo que é chamado de “desdemocratização” é ele próprio resultado da pressão do capital. Não obstante, a história dessa democracia liberal-burguesa até aqui conquistada evidencia que ela mesma é consequência de um enfrentamento sistemático à lógicas próprias do capital, como, por exemplo, a exclusão e a desigualdade. Ou seja, é resultado de pressão histórica dos dominados e da necessidade de controlar tais pressões, concedendo-lhes algum tipo de voz num processo decisório, ampliando direitos e reduzindo algumas consequências do capital na sociedade (MIGUEL, 2021).

Assim, ainda que muitos liberais apresentem a democracia enquanto um terreno “neutro” para resolução de conflitos da sociedade, ela é resultado de uma correlação de forças específicas e um compromisso daí firmado. É, portanto, ao mesmo tempo efeito e arena de conflitos sociais, pois resulta desses conflitos devido a pressões dos dominados e também se constitui enquanto um espaço de resolução para tais conflitos (MIGUEL, 2021).

Dito isso, vale ressaltar que a democracia institui uma “regra do jogo”, mas assim como quaisquer outras regras de quaisquer jogos, ela não é neutra. As regras constituídas nessa democracia liberal beneficiam e sempre beneficiaram os grupos dominantes em detrimento dos dominados. Beneficia assim, àqueles que detêm o poder, contatos, acesso à mídia, tempo livre, dinheiro etc. Ou seja, sempre prejudica a parcela da população historicamente subjugada e dominada. Em suma, é preciso dizer que historicamente a democracia é uma conquista dos dominados, mas que não acaba com a dominação (MIGUEL, 2021).

4. O Estado de bem-estar e as políticas sociais

As experiências do Estado de bem-estar ou Estado de bem-estar social, ou assim só “Estado social” como veremos a seguir, são exemplos históricos importantes para compreender a relação entre o Estado e as políticas sociais no capitalismo contemporâneo, pois representam um marco importante na maneira como o Estado vai lidar com tais questões não somente nessa configuração do Estado, assim como com mediações e relações construídas e desenvolvidas posteriormente ao redor do mundo.

Como bem demonstrado por Marta Arretche (1995) o propósito de explicar o desenvolvimento e a formação do chamado Estado de bem-estar social (ou sua expressão em inglês *welfare state*) já foi projeto de muitos autores, tanto que a bibliografia sobre tal tema é bem extensa.

Vale dizer, assim, que aqui não se pretende esgotar ou discutir profundamente tal temática, e sim elencar algumas caracterizações principais que permitem a compreensão de importantes mediações e determinações entre as experiências de Estado de bem-estar e a política social num capitalismo contemporâneo.

Essa configuração específica do Estado capitalista surge originalmente após a crise de 1929, mas é somente em meados do século XX, mais especificamente após a 2ª Guerra Mundial, que esse Estado começa a se expandir, num primeiro momento em países de capitalismo central, mas alcança também países periféricos na ordem mundial do capital (BOSCHETTI, 2016).

É certo, portanto, que esse fenômeno do Estado de bem-estar ganha força com a expansão ocorrida no pós-guerra, período em que começa a adquirir até mesmo institucionalização. É a partir dessa expansão que o fenômeno se generaliza e atinge dimensões praticamente universais em diversos países com projetos articulados que perpassavam a direito à aposentadoria, programas de proteção social, habitação, educação, saúde, entre outros (ARRETCHÉ, 1995).

O *welfare state* é compreendido por alguns pensadores como um resultado ou uma consequência necessária de diversas transformações que ocorrem na sociedade a partir do século XIX, tanto no que diz respeito à industrializações como modernizações e desenvolvimento da própria sociedade do modo de produção capitalista. Nessa perspectiva, esse avanço nas políticas sociais é compreendido

como um resultado de necessidades culturais construídas socialmente (ARRETCHE, 1995).

Há, também, àqueles que dizem as chamadas forças propulsoras da guerra as responsáveis pelo advento do Estado de bem-estar social; ou o welfare state enquanto uma resposta a necessidades de acumulação e legitimação do sistema capitalista; ou até mesmo esse Estado enquanto uma forma de compensação pelo desenvolvimento industrial realizado; o Estado de bem-estar pode representar tanto alterações estruturais na sociedade como uma resposta ao seu próprio desenvolvimento (ARRETCHE, 1995).

Fato é, portanto, que diversos são as vertentes de explicação do fenômeno do Estado de bem-estar social, que independente do vetor explicativo representa alterações importantes nas políticas sociais no capitalismo, tanto em alterações que surgem com novas políticas, ou mudanças em políticas existentes no período de tais fenômenos que permanecem nas sociedades até os dias atuais, quanto como essas experiências servindo de parâmetro e exemplo para lutas e conquistas da classes trabalhadora em diversos níveis de políticas sociais e as concessões feitas pelo capital tendo como exemplo histórico o fenômeno do welfare state.

A autora **Ivanete Boschetti (2016)** adota a categoria **“Estado social”** para se referir a tal fenômeno. Ela vai dizer que tal categoria diz respeito a experiências de regulação do Estado nas relações sociais e econômicas no capitalismo, sendo as políticas sociais um aspecto central. A autora destaca **o “Estado social” como uma categoria e não um conceito, que de maneira resumida pode ser compreendida como a regulação social e econômica feita pelo Estado no capitalismo, evidenciando que isso não significa atribuir ao Estado características anticapitalistas, ou intenções de socialização da riqueza, e sim no intendo de demonstra que esse Estado capitalista pode assumir uma feição social constituída pela implementação de políticas sociais, isso não o faz uma instância neutra de bem-estar e nem retira-lhe suas características essenciais capitalistas** (BOSCHETTI, 2016).

Pode-se dizer, assim, em certa medida que as políticas e programas do Estado de bem-estar social foram capazes apenas de tentar solucionar algumas questões específicas de desigualdade, perda de renda e pobreza (DRAIBE, 1993).

Na perspectiva de Boschetti (2016) as políticas sociais podem sem compreendidas enquanto conquistas que não são suficientes para a emancipação da

humanidade do modo de produção capitalista. São experiências concretas diversas pois dependem da relação entre o grau de desenvolvimento das forças produtivas e o papel do Estado assim como da luta de classes em cada local específico.

Aqui coaduna-se com a compreensão de Boschetti (2016) no sentido de compreender esse fenômeno como experiências de maiores regulações sociais e econômicas, a criação de sistemas de proteção social com políticas sociais voltadas ao trabalho, saúde, educação, habitação, previdência, assistência social, entre outros. Entretanto, sempre levando em consideração que apesar de tais conquistas, de tais políticas essas experiências não representaram, não representam e não representarão mudanças radicais para a classe trabalhadora, uma emancipação humana do modo de produção capitalista.

Nesse cenário é possível surgir então o questionamento do motivo de capitalistas se preocuparem em gastar com o social, e a resposta correta é simples: eles o fazem pois não tem escolha, onde podem escolher, não o fazem. **Ou seja, conceder essas medidas e políticas sociais não é uma escolha da classe dominante, e sim uma necessidade (FERGUSON, 2013).**

Assim, a frase dita por um político conservador na Inglaterra exemplifica bem essa questão, assim o disse: “Devemos dar-lhes a reforma ou eles vão nos dar a revolução” (FERGUSON, 2013, p.72). Nessa perspectiva, as políticas e medidas do welfare state podem ser compreendidas como reformas realizadas a fim de evitar uma revolução que represente uma ruptura para com o capitalismo.

Assim, é importante ressaltar que para a classe dominante as políticas sociais representam um importante papel para estabilização do sistema, principalmente durante períodos em que a luta de classes se acirra. Mesmo assim todas essas reformas nunca foram aceitas de bom grado por parte dos dominantes. De maneira resumida podemos dizer que o Estado de bem-estar social capitalista é sempre provisório e nunca vai ser capaz de oferecer mais do que apenas reparos frente aos estragos provocados pela exploração e guerra do capitalismo (FERGUSON, 2013).

5. A “questão social” e configurações atuais do neoliberalismo

A história está em constante movimento, com isso a materialidade concreta da vida também. Disso isso, é importante ainda que de forma muito resumida, apresentar

neste trabalho algumas colocações essenciais sobre a “questão social” e configurações atuais do neoliberalismo e suas relações com as políticas sociais.

No início dos anos 2000 surge, como uma resposta aos movimentos sociais e suas lutas em todo o mundo, contra os diversos efeitos devastadores desse modelo econômico, uma nova faceta do neoliberalismo até então conhecido. Vale lembrar que tanto no passado como hoje em dia quem paga a conta no mundo real dos efeitos de tal modelo econômico são os trabalhadores e trabalhadoras (BEHRING; CISLAGUI; SOUZA, 2020).

Nesse sentido, é importante destacar que o neoliberalismo vem sofrendo alterações, que tem na crise financeira de 2008 um ponto de inflexão muito importante, visto que o próprio neoliberalismo promove as crises e delas se aproveita a fim de reforçar sua própria lógica de funcionamento, que tem como um pilar central o bloqueio da possibilidade de caminhos alternativos à sociedade (BEHRING; CISLAGUI; SOUZA, 2020).

É importante que seja destacada, ainda que de forma breve, a relação entre a “questão social” e as políticas sociais. O caminho histórico das políticas e direitos sociais evidenciam que os mesmos se originam exatamente no enfrentamento a chamada questão social, que se encontra em projetos político-econômicos aproximadamente desde meados do século XIX a partir da intensificação da presença de trabalhadores e organizações trabalhistas em torno de pautas como a jornada de trabalho, por exemplo (BEHRING, 2008).

Para entender a questão social é essencial compreender que as “desigualdades sociais são produzidas e reproduzidas no capitalismo como uma condição de existência e claro na perspectiva histórica brasileira ganham contornos explosivos” (BEHRING, 2008, p. 166). Portanto, as políticas sociais se apresentam enquanto uma resposta à questão social que é resultado intrínseco da luta de classes, da correlação de forças, da própria relação entre capital/trabalho (BEHRING, 2008).

É inegável, dessa maneira, que o Estado passa a intervir nas relações de mercado, estabelecendo inclusive alguns limites a partir dos movimentos democráticos e da pressão feita pelos trabalhadores(as). Num cenário que é bem pior no Brasil, justamente por além de ser extremamente desigual é um país muito injusto porque a classe trabalhadora vive em condições precárias, mas não é um país pobre, é um lugar onde não faltam alimentos, riquezas naturais, terras, avanços científicos e

tecnológicos, entre outros (PEREIRA, 2004). Toda essa riqueza existe, ela só não pertence e não chega aos trabalhadores(as).

Vale ressaltar algumas concepções essenciais da “questão social” a partir de uma perspectiva materialista histórico-dialética, a partir, por exemplo, de escritos de Marx e Engels. De maneira geral, em grande medida, a questão social se refere à uma expressão com significado relacionado à luta operária e à acumulação capitalista (CASTELO, 2010).

Assim como qualquer outra expressão no debate teórico e intervenção prática, a “questão social” carece tanto do ponto de vista de intervenção com políticas quanto de uma perspectiva teórica, de abordagens e formas de tratamento devidamente suficientes, profundas e complexificadas. A “questão social” fica, muitas vezes, restrita ao campo liberal e conservador (CASTELO, 2010).

É preciso assim ir a essência, buscar as raízes da “questão social”, a fim de transformar o presente e construir um futuro diferente. É preciso compreender a “questão social” como um

[...] produto social historicamente determinado pelo modo de produção capitalista e pelas lutas modernas do movimento operário. Vista desta forma, e não como produto de uma ordem divina ou natural, transcendental aos seres humanos, pode-se vislumbrar, através de uma práxis revolucionária, possibilidades concretas para a sua superação (CASTELO, 2010, p. 86).

Se voltarmos a uma análise de modos de produção pré-capitalistas poderá se observar que a pobreza e a desigualdade social em muitos deles era ligada à escassez, a um grau baixo de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. Já no capitalismo a dinâmica é completamente diferente, essas questões estão associadas justamente a produção de riquezas, não falta riquezas produzidas, por isso a escassez é ligada somente a uma produção social. Vale dizer, entretanto, que em ambos os casos tanto a pobreza como a desigualdade podem ser associadas à divisão da sociedade em classes e a existência da propriedade privada (CASTELO, 2010).

Há no capitalismo a produção de uma situação de esquecimento e isolamento da condição da classe trabalhadora que só começa a ser modificada a partir das pressões dos próprios trabalhadores que a partir da organização coletiva, da consciência e atuação política, se organizam e lutam em prol de seus interesses, obtendo e extraindo conquistas sociais e democráticas (CASTELO, 2010).

Engels em seu profundo trabalho de investigação e análise da vida de operários ingleses foi um dos primeiros cientistas sociais a conseguir relacionar a “questão social” em suas diversas expressões com suas raízes profundas, no caso a alienação e a exploração do capitalismo produzidas nesse caso nas grandes indústrias. O autor também foi capaz de denunciar o descaso do Estado frente a situação de vida da classe trabalhadora (CASTELO, 2010).

De maneira geral é possível dizer que a expressão “questão social” historicamente nunca alcançou um patamar de categoria teórica importante em diversas linhas de pensamento. Em alguns casos a expressão em si se torna desnecessária na medida em que um conjunto de diversas categorias, da crítica da economia política, por exemplo, a partir da compreensão dialética do movimento contraditório do capitalismo, são capazes de captar na essência tais questões (CASTELO, 2010).

Portanto, em vias gerais, nessa sociedade do capital a “questão social” representa a luta dos trabalhadores contra as relações sociais de produção, contra a exploração, opressão e dominação, assim como representa a forma pela qual o capital explora o trabalho assalariado (CASTELO, 2010).

Pensar criticamente a realidade a partir do materialismo histórico-dialético exige tanto a compreensão do movimento do real quanto análise de contextos históricos e sociais específicos. Dessa maneira, pensar a “questão social” tem suas particularidades em um país de capitalismo dependente, periférico no sistema do capital, localizado na América Latina como, por exemplo, o Brasil.

Nos últimos anos na América Latina vem emergindo uma centralidade no debate sobre a “pobreza” como uma forma de “classificação”, uma significação da “questão social” como “pobreza” na América Latina. A “pobreza” na linguagem comum cotidiana é compreendida como um modo de reflexão sobre a realidade social, a questão importante aqui é a centralidade que tal termo adquire, passando a ocupar papel central da questão social, e de suas possíveis soluções (UGÁ, 2008).

Pensar a questão social atualmente no contexto latino-americano pressupõe a reflexão dos motivos da “pobreza” ter essa centralidade ao ponto de quando se fala em soluções para a questão social nessa realidade, são associadas questões que se limitam a um combate da pobreza, ou redução no número de pessoas pobres (UGÁ, 2008).

Isso evidencia como a “questão social” enquanto categoria também não pode ser pensada em um plano abstrato, descolado da realidade social. É preciso, necessariamente, levar em consideração tanto a realidade histórico-social quanto o movimento constante do real para melhor apreensão da realidade.

Num país de capitalismo dependente, como o Brasil, há uma maneira estrutural de lidar com a “questão social” que é a relação contraditória entre a repressão e a assistência. Recentemente é possível identificar um aumento nos processos de repressão concomitante a uma individualização e ultrafocalização em políticas assistenciais (MAURIEL, 2020).

Atualmente, na fase imperialista da financeirização e do neoliberalismo, há uma mudança no padrão de enfrentamento a “questão social”, as políticas assistenciais, muito focalizadas na pobreza, aparecem mais frequentemente interligadas à elementos punitivos, de controle, vigilância e repressores (MAURIEL, 2020).

A superexploração da força de trabalho em países de capitalismo dependente gera um aprofundamento da “questão social”, das lutas, resistências e conflitos que englobam, necessariamente, uma gama de especificidades históricos decorrentes do desenvolvimento do capitalismo em regiões e formações sociais específicas (MAURIEL, 2020).

Ou seja, um ponto central a ser aqui destacado é que em um país de capitalismo dependente, a “questão social” assume expressões diversas associadas às características particulares de formações sociais dependentes específicas. Assim, no Brasil, por exemplo, há características marcantes tais como o encarceramento e extermínio da população negra, assim como a vigilância, o controle, a regulação e o exercício de violência e genocídio exercidos diariamente contra essa parcela da população brasileira (MAURIEL, 2020).

6. Considerações finais

Dessa maneira, o objetivo do presente trabalho foi apresentar algumas discussões centrais entre o neoliberalismo e o capitalismo contemporâneo, evidenciando algumas novas tendências da Política Social nesse cenário. Para tanto, a partir do materialismo histórico-dialético e algumas categorias centrais foram estabelecidas algumas relações e mediações chave com o fim de melhor

compreender elementos essenciais do neoliberalismo na sociedade capitalista contemporânea e alguns de seus efeitos nas políticas sociais.

Portanto o primeiro tópico do trabalho apresentou algumas determinações essenciais na compreensão do capitalismo em sua forma dominante mais recente, o capital fictício, e algumas mediações centrais entre as crises recentes do capital, o surgimento, desenvolvimento e consolidação do neoliberalismo e suas características principais.

Já num segundo momento, foram apresentadas algumas mediações entre o Estado e as políticas sociais no capitalismo contemporâneo. Assim, além de breve exposição sobre o que foi é aqui compreendido enquanto Estado, apresentou-se algumas formas recentes de configuração das políticas sociais nesta fase da sociedade capitalista. O terceiro tema central aqui destacado foi o Estado de bem-estar social e as políticas sociais, onde além de apresentar as características centrais do que é o welfare state ou estado de bem-estar e como ele em sua existência concreta altera algumas configurações fundamentais das políticas sociais e as condições materiais de vida da classe trabalhadora, ainda que não altere a raiz do problema.

O último tópico destacou elementos importantes a respeito da “questão social” e seus enfrentamentos nessa formação social mais recente do capital. Quanto a isso, muito além de profundos diálogos sobre o que é a “questão social” é preciso compreender como ela se apresenta na sociedade, e como o capital a enfrenta. As políticas sociais e o enfrentamento à “questão social” vêm sofrendo alterações desde o predomínio do capital fictício e a difusão do neoliberalismo, no Brasil, um país de capitalismo periférico dependente tais questões ganham contornos mais particulares como a centralidade do encarceramento em massa e genocídio da população negra, por exemplo.

É necessário, portanto, a partir de categorias que captem a constante alteração do real e as especificidades histórico-sociais de realidades distintas à reflexão sobre novas configurações e tendências da política social no capitalismo em sua fase contemporânea, lidando com as diversas formas apreendidas pelo capital no enfrentamento à “questão social”. É preciso compreender as condições materiais de vida da classe trabalhadora em suas diversidades de sexualidade, gênero, raça, geração, nacionalidade etc., para buscar as raízes de seus problemas e estabelecer condições materiais para suas superações.

7. Referências

- ARRETCHE, Marta T. S. Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais/BIB**, n. 39. Rio de Janeiro: ANPOCS, Relume Dumará, 1995, p. 3-40.
- BEHRING, Elaine Rossetti. Trabalho e seguridade social: o neoconservadorismo nas políticas sociais. In BEHRING, Elaine Rossetti; ALMEIDA, Maria Helena Tenório (orgs). **Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2008, p.152-174.
- BEHRING, Elaine Rossetti; CISLAGUI, Juliana Fiúza; SOUZA, Giselle. Ultraneoliberalismo e bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política social. In: BRAVO, Maria Inês Souza, MATOS, Maurílio Castro de, FREIRE, Silene de Moraes (orgs). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, 216p.
- BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.
- BYLUND, Per. **A Lei de Say é irrefutável e, sozinha, destrói todo o arcabouço keynesiano**. Instituto Ludwig von Mises Brasil, 28 de dezembro de 2018. Disponível em: <<http://www.mises.org.br>>. Acesso em: 07 dez. 2022.
- CASTELO, Rodrigo. A “questão social” nas obras de Marx e Engels. **Revista PRAIA VERMELHA**, Rio de Janeiro, v. 20, nº 1, p. 85-94, jan-jun 2010.
- CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, François (org.). **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- DAVIS, Mike *et al.* **Coronavírus e a luta de classes**. Brasil: Terra Sem Amos, 2020. 48 p.
- DEMIER, Felipe; GONCALVES, Guilherme Leite. Capitalismo, Estado e democracia: um debate marxista. **Direito & Praxis**. Rio de Janeiro, v. 08, n.3, 2017, p. 2350-2376.
- DRAIBE, Sonia Maria. As políticas sociais e o neoliberalismo. **Revista USP**, São Paulo, n.17, 1993, p. 86-101.
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. O imperialismo na era neoliberal. **Crítica Marxista**, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.18, 2004, p.11-36.
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. O neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana. In: CHESNAIS, François (org.). **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- FERGUSON, Iain. Austeridade no Reino Unido: o fim do estado de bem-estar social? **Argumentum**, Vitória (ES), v.5, n.2, p.65-88, jul/dez.2013.

GOMES, Helder (org.). **Especulação e lucros fictícios**: formas parasitárias de acumulação contemporânea. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: história e implicações. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HIRSCH, Joachim. Crise da democracia - qual crise? **Margem Esquerda**, São Paulo, v. 1, n. 32, p. 81-87, maio 2019.

KARSTEN, Frank. **Como a democracia destrói riqueza e liberdade**. Instituto Ludwig von Mises Brasil, nov. 2013. Disponível em: <<http://www.mises.org.br>>. Acesso em: 09 dez. 2022.

KARSTEN, Frank; KAREL, Beckman. **A tragédia social gerada pela democracia**. Instituto Ludwig von Mises Brasil, abril 2014. Disponível em: <<http://www.mises.org.br>>. Acesso em: 09 dez. 2022.

MAURIEL, Ana Paula. Assistência e repressão: pilares no enfrentamento da “questão social” no capitalismo dependente brasileiro. **Vértices**, Rio de Janeiro, v.22, n. Especial, p.706-726, 2020.

MIGUEL, Luis Felipe. Despolitização e antipolítica: a extrema-direita na crise da democracia. In: **Argumentum**, Vitória, v.13, n.2, p.8-20, maio/ago. 2021.

NAKATANI, Paulo, MARQUES, Rosa Maria. **Capitalismo em crise**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

PEREIRA, Potyara A. Pluralismo de bem-estar ou configuração plural da política social sob o neoliberalismo. In BOSCHETTI, Ivanete *et al* (orgs). In: **Política social: alternativas ao neoliberalismo**. Brasília: UNB, 2004, p. 135-159.

RAMÍREZ, Hernán. Neoliberalismo e (neo)autoritarismo: uma perspectiva de longo prazo a partir de casos do cone sul da América Latina. In: FARIA, Fabiano Godinho; MARQUES, Mauro Luiz Barbosa (orgs). **Giros à direita**: análises e perspectivas sobre o campo líbero-conservador. Sertão Cult: Sobral-CE, 2020.

UGÁ, Vivian Domínguez. A questão social como pobreza. In: UGÁ, Vivian Domingues. **A questão social como “pobreza”**: crítica à conceituação neoliberal. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) — Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

Capítulo 7
OS GOLPES NO SISTEMA FINANCEIRO NA
ÓTICA DA ENGENHARIA SOCIAL
Michael Calgaro Bezzutti
Elisiane Alves Fernandes

OS GOLPES NO SISTEMA FINANCEIRO NA ÓTICA DA ENGENHARIA SOCIAL

Michael Calgaro Bezzutti

Faculdade São Francisco de Assis

Elisiane Alves Fernandes

Faculdade São Francisco de Assis

elisiane@saofranciscocodeassis.edu.br

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo a busca de conhecimento sobre os golpes aplicados através da engenharia social, alertando a população sobre seus riscos, técnicas e mecanismos comumente utilizados pelos golpistas para conseguirem se apropriar de informações pessoais de terceiros sem seu consentimento. Por meio da pesquisa bibliográfica buscou-se dados para analisar o tamanho do problema enfrentado pela população brasileira comparado a outros países e transferindo para as instituições financeiras a responsabilidade de distribuir para maior parte de clientes as informações e as prevenções necessárias para mitigar o risco de se sofrer um golpe. É visível a fragilidade da população frente o baixo conhecimento sobre o tema e como prevenir-se. Percebe-se que o principal alvo são os idosos, com isso, sugere-se que, as instituições financeiras e os familiares os auxiliem fornecendo dicas e prevenções, para os mesmos não caírem nessas armadilhas.

Palavras-chave: Engenharia social. Golpes. Golpes financeiros. Ameaças cibernéticas.

ABSTRACT

This research aims to seek knowledge about the scams applied through social engineering, alerting the population about their risks, techniques and mechanisms commonly used by scammers to be able to appropriate personal information of third parties without their consent. Through bibliographical research, we sought data to analyze the size of the problem faced by the Brazilian population compared to other countries and transferring to financial institutions the responsibility of distributing to most customers the information and preventions necessary to mitigate the risk of suffering a blow. The fragility of the population is visible in the face of low knowledge on the subject and how to prevent

it. It is perceived that the main target is the elderly, with this it is suggested that financial institutions and family members help them by providing tips and preventions, so that they do not fall into these traps.

Keywords: Social engineering. Blows. Financial scams. Cyber threats.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo foi elaborado com o intuito de orientar e enfatizar a sociedade, dos riscos inerentes do mal uso ou a falta de cuidado com dados e informações pessoais. Podendo ocorrer sérios problemas financeiros, visto, a quantidade de ataques utilizando-se da engenharia social no Brasil. Trazendo um panorama de âmbito latino americano elencando os países mais afetados, e dados referente aos ataques ou tentativas efetuadas contra a população brasileira.

A pesquisa traz em ordem cronológica os acontecimentos antes da criação do internet banking, referenciando os golpes anteriores à chegada das novas tecnologias. Começando pelo golpe do bilhete premiado, o que é, como ele ocorre. Com a chegada de novos mecanismos bancários, juntamente criaram-se as novas tentativas de golpes, as ameaças cibernéticas, como o Phishing e SMiShing, no qual, são tentativas de golpes efetuados pela internet, utilizando como meio os aparelhos tele comunicativos, como, por exemplo, o smartphone e o computador.

Um fator crítico dentro do setor da segurança da informação é a engenharia social, sendo este o mecanismo utilizado para manipular indivíduos e conseguir acesso a dados restritos, onde, pessoas maldosas buscam atingir o ponto fraco da tecnologia quando relacionado a segurança, o ser humano.

Diante disto, o objetivo da pesquisa é chamar a atenção da sociedade brasileira frente estes acontecidos e alertar o quão importante é a prevenção, deixando claro as medidas a serem tomadas, para evitar de serem as próximas vítimas desses criminosos.

Neste sentido, busca-se neste trabalho esclarecer a seguinte problemática: Como as novas tecnologias podem contribuir diariamente os clientes bancários e quais são os cuidados pertinentes a serem realizados para que evitem possíveis golpes? Nesse contexto também será esclarecido a diferença entre golpe e fraude. Nessa parte se deve abordar a delimitação do assunto do objeto de pesquisa, a

finalidade e objetivo do trabalho, a justificativa que vai descrever a contribuição e a relevância da pesquisa, enfatizando a importância do tema tanto no âmbito acadêmico como profissional e uma menção dos métodos empregados, para que o leitor tenha uma visão geral da temática.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta parte do estudo é dedicada à contextualização, referenciando autores, tornando compreensível os assuntos abordados no decorrer da pesquisa. Destrinchando a temática abordada posteriormente, destacando de forma mais assertiva, cada tópico foi elaborado para esclarecer as referências bibliográficas.

2.1 Banco físico e virtual

As instituições financeiras são responsáveis por captar, gerenciar, custodiar e intermediar recursos financeiros da sociedade onde está inserida. Rentabilizando-o, seja por meio de concessão de crédito ou negociação de títulos e valores mobiliários. Comercializam soluções financeiras das mais simples até as complexas, e, também, é o instrumento utilizado para pagamento de salários e aposentadorias, conforme o Banco Central do Brasil (s.d).

Segundo Furtado e Mendonça (2020), os bancos virtuais foram os responsáveis por acelerar as transformações do setor, aumentando a concorrência e o número de transações, ganhando a preferência dos clientes por ofertar um portfólio de produtos idênticos, de forma vantajosa, o custo de operação é baixo e consegue-se atingir uma escala maior de pessoas, simultaneamente.

Neste cenário, disponibilizou-se outros canais para os clientes transacionarem de forma prática, segura e ágil. Utilizando mecanismos da transformação digital para aprimorar o gerenciamento das finanças, mostrando-se eficientes nas soluções e experiências ofertadas. Assim, o cliente passou a acessar sua conta de casa, do trabalho ou onde estiver. Dentro deste contexto, estão elencadas as duas formas mais utilizadas.

Internet Banking

Com o avanço tecnológico, as instituições financeiras acharam um diferencial competitivo em ofertar um serviço virtual para os seus clientes, dentro deste contexto, ano a ano vem investindo na aprimoração desta tecnologia de ponta, assim, a tornando-a mais acessível para todos os tipos de público, com baixo custo e rapidez nos processos.

Para Estrada (2004):

Dispensando-se os terminais bancários, nascendo o home banking ou office banking, que permite a realização de negócios por meio de sistemas oferecidos pela instituição bancária a computadores de seus clientes, (...), O internet banking representa uma nova modalidade de comércio eletrônico, pela qual o cliente, valendo-se da internet tem acesso a vários serviços bancários para a realização de negócios e contratos eletrônicos. (ESTRADA, 2005, p. 140).

Segundo Diniz (2006), podemos classificar os produtos e serviços ofertados por este canal elencando três principais categorias, primeira: Principal meio de divulgação dos produtos e serviços utilizando-o como um veículo de publicidade; Segunda: Redução na demanda física com a facilidade nas transações digitais; Terceira: Aprimoração do relacionamento com seu cliente pois tem acesso fácil e ilimitado, quando precisar.

Diante destes argumentos citados acima, pode-se entender qual o propósito deste canal. Atrelado a este tema vem de encontro a desburocratização, destaca-se as mais de 10 milhões de transações feitas no ano de 2021 segundo dados do banco central do brasil.

Mobile Banking

Devido ao aumento das possibilidades e recursos tecnológicos disponíveis nos dispositivos móveis, o celular se tornou uma nova opção de canal com grande potencial de relacionamento no setor bancário. Diante das diversas transformações do mundo tele comunicativo, e após a rápida disseminação e aderência ao internet banking, as instituições começaram a avaliar a possibilidade de autoatendimento por esta ferramenta.

Para Marchetti (2010):

O mobile banking representa uma das mais recentes inovações no setor de serviços bancários, e pode ser visto como uma tentativa de prover uma necessidade, adicionando valor para os consumidores com o fornecimento de mais oportunidades para conduzir diferentes serviços bancários. (LAUKKANEN et al, 2007, p. 420 apud MARCHETTI et al, 2010, p.2).

Já este serviço veio da necessidade de transacionar em qualquer local com acesso à internet, de forma simples e segura, permitindo os mesmos acessos do internet banking, adaptando-se nos smartphones aplicativos financeiros com soluções inovadoras e eficazes, onde não se utiliza acesso com internet a cabo, sem que perca a agilidade e segurança nas transações do dia a dia dos usuários. Atualmente, segundo o BANCO CENTRAL DO BRASIL, é responsável por mais de 75 milhões de transações no mercado financeiro nacional. Comparado a 2019, obteve um crescimento de aproximadamente 121%, onde teve 34 milhões de transações.

Por ser muito utilizado, começaram as tentativas de novos golpes utilizando estas novas tecnologias. O tema a seguir será abordado os métodos mais conhecidos no sistema financeiro brasileiro

2.2 Golpes

Diferentemente de uma fraude, trata-se de artifícios empregados por criminosos a fim de enganar uma pessoa e lhe acarretar prejuízos, onde, as vítimas fornecem todas as suas informações pessoais, como, por exemplo, dados bancários, foto do documento de identidade entre outros.

Segundo o Ministério Público Federal (2016, p.12):

A prática de golpes financeiros gera graves danos ao sistema financeiro nacional, à economia popular e ao patrimônio dos consumidores, podendo atingir proporções gigantescas facilitadas pela rápida e incontrolável divulgação realizada pela internet e pela promessa de ganhos irreais. (BRASIL, 2016, p.12)

A grande elevação dos registros, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), sofreu uma alteração, tornando mais severas as penas para estas práticas ilícitas, entrando em vigor a LEI Nº 14.155, de 27 de maio de 2021 (BRASIL, 2021).

Golpes no Brasil

Abaixo, estão elencados 2 golpes mais corriqueiros com envolvimento financeiro, relacionados a promessa de ganhar dinheiro fácil, influenciados pela ganância e falta de conhecimento, acarretando milhares de vítimas. Nestes próximos tópicos, serão descritos quais são e como funcionam.

2.2.1.1 Golpe do bilhete premiado

Historicamente, é o golpe pioneiro e com maior número de vítimas, geralmente utilizam bilhetes de loterias para aplicar, o foco são pessoas idosas. Com poder de persuasão e bem-vestidos estes criminosos atacam pessoas aleatórias na rua e informam dispor de um bilhete premiado, no qual necessitam de testemunhas para fazer o resgate, assim, ofertando-a uma porcentagem do prêmio, a vítima precisa aportar um valor como caução, boa-fé, ela vai até o banco e saca o dinheiro. Os golpistas com o dinheiro em mãos, argumentam algumas desculpas e desaparecem com o valor.

Existem diversas maneiras de induzir a vítima, uma delas segundo Pernambuco (2021), precisam vender o bilhete para outra pessoa com urgência, tendo compromisso importante já marcado e não tendo tempo hábil para sacar o valor do prêmio.

2.2.1.2 Golpe do boleto falso

Outro golpe popular é o pagamento de boletos falsos. Através de descontos vantajosos, os golpistas utilizam de sites e anúncios falsos, para divulgar produtos e serviços abaixo do preço de mercado, mas, com pagamento exclusivamente à vista.

Segundo a FEBRABAN (s.d):

O boleto de cobrança é um instrumento de pagamento de um produto ou serviço prestado por um fornecedor. Através de um boleto de cobrança, o emissor daquele documento, intitulado “Beneficiário”, receberá em sua conta o valor referente a este produto ou serviço. FEBRABAN, [s.i.]

Já o boleto falso segundo o Procon - SP (c2019), possui as mesmas características, utilizam do mesmo sistema de compensação bancária. Visualmente não possui alteração na estrutura, os criminosos copiam o mesmo layout, idêntico, as cores, logotipo e onde tudo confere: nome completo do devedor, endereço, CPF, valor da compra, mas, a única e mais importante divergência é o credor, pessoa física ou jurídica, que receberá o valor. Assim, o valor entrará em outra conta e a vítima não receberá o produto ou serviço “comprado”.

2.3 Ameaças cibernéticas

São riscos operacionais que todas as instituições enfrentam, infelizmente não é possível zerá-la, mas sim, pode ser mitigada. Segundo Monteiro (2010, p.51) “Ataques cibernéticos podem ser implementados das mais diferentes formas e a sua capacidade de lucro irá depender frequentemente do alvo dos ataques”.

Segundo a IBM (s.d), empresa referência em tecnologia da informação no Brasil, estes ataques não estão voltados apenas para danos financeiros, diretamente, mas sim, em vulnerabilizar a relação das empresas com seus clientes.

A seguir se conhecerá duas ameaças frequentemente utilizadas nos últimos anos em clientes de instituições financeiras.

Phishing

O pioneiro em ameaças cibernéticas é o PHISHING, que, traduzido do inglês tem o significado de “pescar”. Segundo Neto e Parente (2010, p. 1132), a vítima, muitas vezes por meio de um e-mail fraudulento é atraída, pescada, para uma página falsa onde entrega ao fraudador as informações necessárias para a prática das transações bancárias fraudulentas. O Comitê Gestor da Internet no Brasil (2012) reforça, os golpistas buscam chamar a atenção da vítima utilizando técnicas de engenharia social, juntamente, com o uso da tecnologia visando obter êxito no ataque.

Para a Febraban (s.d):

Um ataque de Phishing se inicia por meio de recebimento de e-mails que carregam vírus ou links que direcionam o usuário a sites falsos e que, normalmente, possuem remetentes desconhecidos ou falsos. As mensagens contidas nesses e-mails exploram as emoções do destinatário (medo, curiosidade, oportunidades únicas, entre outras),

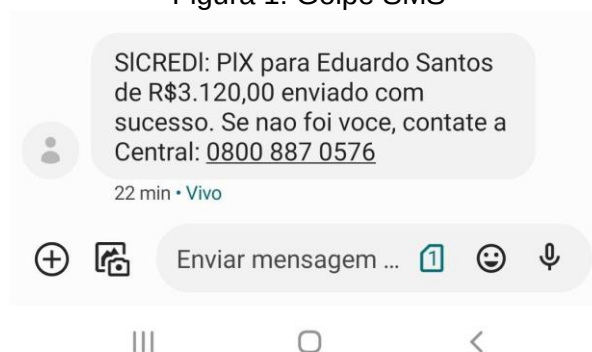
fazendo com que o mesmo clique nos links ou arquivos anexados. (FEBRABAN, s.i).

Prática utilizadas em outros segmentos, Queiroz e Rosa (2019) evidenciam um percentual significativo de usuários que relatam ataques desta modalidade, onde, criminosos criam sites e páginas idênticas, passando-se por verdadeiras, no qual atraem vítimas de diversos segmentos. ofertando facilidades como por exemplo, um produto com o valor inferior à comercialização a mercado.

SMiShing

Essa estratégia criminosa age através de mecanismos mal-intencionados, onde enviam um link por SMS ou mensagem de texto para o usuário. De modo geral, o conteúdo conterá um link ou número de telefone. Assim como o Phishing, a mensagem de SMiShing geralmente pede ação imediata. Segundo Santos (2018), O golpe consiste em uma oferta ou informações duvidosas, solicitando que clique no link e se insira dados pessoais ou para retornar ligando ou enviando mensagens, como, por exemplo, transações indevidas no cartão de crédito ou transferência via PIX. Mensagens estas, enviadas em horários e dias estratégicos, utilizando técnicas persuasivas da engenharia social. Com o SMS, o truque é mais difícil de ser detectado comparado ao Phishing via e-mail, pois as mensagens são curtas e contêm poucas informações além do próprio link. Abaixo um SMS recebido pelo autor.

Figura 1: Golpe SMS



Fonte: Autoria própria

Importante lembrar, que, qualquer mensagem desse tipo é preciso agir com cautela. Nunca responda a um SMS/mensagem de texto desconhecido ou sequer, clicar em um link.

2.4 A engenharia social

Uma prática conhecida está influenciando centenas de pessoas a revelar informações confidenciais para desconhecidos mediante a importunação, sendo a principal dificuldade da segurança da informação, ultrapassando barreiras tecnológicas onde o principal alvo é o ser humano. Segundo Teixeira (2011), A engenharia social utiliza técnicas persuasivas para obter credibilidade, atacando nas vulnerabilidades da vítima através de manipulações.

Já Braga (2011), traz o conceito detalhado de o que é engenharia social.

Engenharia - Estudo da habilidade de criar, inventar e manipular algo a partir da técnica. **Social** - Tudo aquilo que é relativo à forças externas ao indivíduo, provenientes do meio que este vive, que determinam grande parte do seu comportamento. (BRAGA, 2011, s.p).

A engenharia social não está atrelada diretamente com o virtual, pode-se utilizar outros meios, como, informação por telefone, pessoalmente, entre inúmeras outras formas. Segundo Brignoli e Popper (s.d), O intuito é compilar a maior quantidade de informação, pedindo fracionadamente para diferentes pessoas, até conseguir montar uma estratégia consistente que realmente surtirá efeito. Fazem uma análise completa do ambiente, estudando as possíveis vítimas, examinando seu comportamento e após possuir tudo mapeado, o engenheiro social parte para o ataque, utilizando de argumentos como a simpatia, proatividade e a premissa principal, é o poder de persuasão.

Por tanto, segundo a UFRGS (2019), tem relação direta com a falta de conhecimento ou a incapacidade dos indivíduos, as pessoas que não se atualizam com o avanço da tecnologia, se tornam alvos fáceis devido a carência de conhecimento. Independentemente, pode-se ter o melhor computador com o melhor sistema de segurança, mas, nada adiantará se não tiver a expertise de identificar as ameaças, pois a tecnologia não atua nas falhas do ser humano.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo foi elaborado através do método de pesquisa bibliográfica, segundo Garcia (2016), utiliza-se de fundamentos e embasamento teóricos de obras já publicadas, como, por exemplo, livros, artigos científicos, sites, teses, dissertações,

leis entre outros. Que segundo Alves, Oliveira e Souza (2021, p.65) “tem a finalidade de aprimoramento e atualização do conhecimento”.

Diante da quantidade de informações distorcidas, o autor considerou a utilização do método qualitativo pois conseguirá evidenciar pontos de vistas diferentes sobre o assunto em debate, visando melhor entendimento. “A abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social” (RICHARDSON, 1999, p. 79). Está pesquisa visa o detalhamento de assuntos complexos, com olhar crítico. Levando em consideração todos os aspectos para dar qualidade e credibilidade no texto, visto que, não analisa dados e sim fatos ou fenômenos.

A pesquisa caracteriza-se como exploratória, segundo Gil (2008), é o método mais indicado para ser utilizado, quando o tema escolhido é pouco explorado, pois, possibilita a utilização de diversas formas para analisar o problema em questão, fazendo uso de artifícios mais flexíveis.

Referente a coleta e análise dos dados, será feita através de obras já publicadas como referência para solucionar ou mitigar o tema em debate. o autor utilizou um problema recorrente em seu cotidiano, que afeta milhares de pessoas, visto que o mesmo trabalha em uma instituição financeira, e, analisando os questionamentos dos clientes, resolveu fazer uma pesquisa sobre o problema identificado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O setor financeiro no brasil está em constante processo de mudanças e aprimorações tecnológicas, com isso, muitas pessoas não conseguem acompanhar este processo de evolução, ficando submissas a outras para efetuar transações básicas no seu cotidiano tornando-se alvos mais fáceis. Diante destas percepções, pessoas maldosas se aproveitam da falta de conhecimento, oferecendo ajuda ou fazendo gentilezas, para aplicar os golpes.

Segundo levantamento feito pela FEBRABAN (2021), o Brasil vem enfrentando um aumento preocupante na quantidade de golpes. Conforme pesquisas recentes, os números mostram uma curva ascendente no país, apenas nos primeiros 6 meses de

2021 ocorreu um aumento de 165% comparado ao semestre anterior, número este, que se refere apenas à golpes com o uso da engenharia social.

De acordo com Tiinside (2022), os relatórios elaborados pelo laboratório de inteligência e ameaças da empresa, FortiGuard Labs, mapeiam a quantidade de ataques cibernéticos mundial, no ranking de países que sofreram ataques a nível latino-americano, o Brasil ficou em segundo lugar, perdendo apenas para o México. Em 2021 houve um aumento absurdo de 950% nas tentativas de ataques, comparado ao ano anterior. A alta nos números foi constante durante todo o ano e ocorreu em todos os países da região. A seguir o autor elaborou uma tabela ressaltando os dados e informações pesquisadas.

Tabela 1: Ameaças versus habitantes

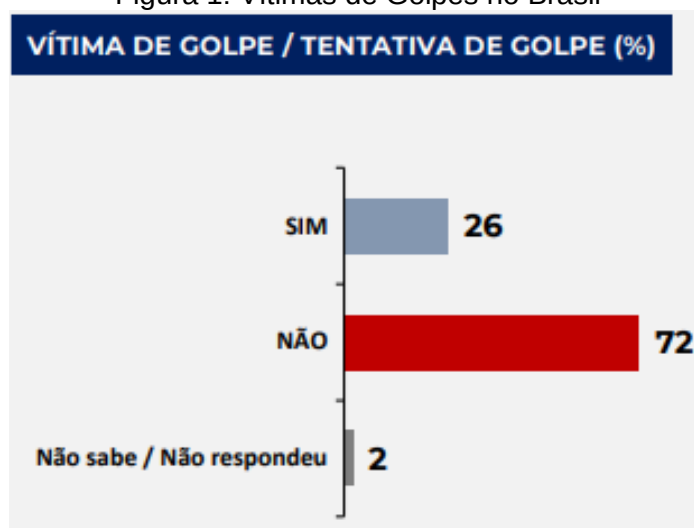
Países	Número de ataques (bilhões) (2021)	Número de habitantes (2020)
México	156,0	128.932.753
Brasil	88,5	212.559.409
Peru	11,5	32.971.846
Colômbia	11,2	50.882.884
Chile	9,4	19.116.209

Adaptado de Tiinside, 2021 e IBGE, 2022

Utilizando os dados da tabela anterior, comparando o número de habitantes versus a quantidade de ataques, utilizando como referência para os habitantes a última divulgação do IBGE (2020) e a quantidade de ataques o ano de 2021, chegamos à estimativa que cada brasileiro recebeu cerca de 416 ameaças cibernéticas apenas no ano de 2021, ou seja, em média, entre uma ou duas por dia.

Um estudo importante feito pela FEBRABAN (2022) traz à tona informações e dados das possíveis vítimas de golpes ou tentativas de golpes registrados no Brasil. Segundo esta pesquisa o maior envolvimento está concentrado em pessoas idosas, 60 anos ou mais, e com renda igual ou superior a 5 salários mínimos. Já o público com menos atingimento são os jovens de 18 a 24 anos. Abaixo, o autor trás os gráficos publicados no Radar Febraban, página que divulga informações relevantes voltadas às informações econômicas dos brasileiros.

Figura 1: Vítimas de Golpes no Brasil



Fonte: RADAR FEBRABAN (2022, p.25)

Figura 2: Vítimas de Golpes no Brasil

VÍTIMA DE GOLPE / TENTATIVA DE GOLPE (%)	TOTAL	IDADE				INSTRUÇÃO			RENDA FAMILIAR		
		18 A 24 ANOS	25 A 44 ANOS	45 A 59 ANOS	60 ANOS OU MAIS	FUNDA-MENTAL	ENSINO MÉDIO	SUPERIOR	ATÉ 2 SM	2-5 SM	+ DE 5 SM
SIM	26	17	26	28	29	23	27	29	23	26	30
NÃO	72	79	73	69	70	75	71	70	74	71	68
Não sabe / Não respondeu	2	4	2	3	1	3	2	1	2	2	2

Fonte: RADAR FEBRABAN (2022, p.25)

Estes dados estão relacionados à base amostral de 3.000 entrevistados, captados nas cinco regiões do Brasil, no período de fevereiro a março de 2022, possuindo uma assertividade de 95% na estimativa.

Diante disso percebe-se que os brasileiros estão expostos à constantes tentativas de divulgação dos seus dados pessoais e financeiros diariamente no país, pois o número de ameaças dos fraudadores a cada indivíduo é muito alto, portanto muitas vezes até as pessoas mais capacitadas e cuidadosas com cliques e cadastros em sites acabam com a correria diária fraquejando e sendo expostas aos ataques cibernéticos, dessa forma é importante que todas as pessoas estejam cada vez mais atentas a telas de celulares e computadores, a cada informação diferente que chegue através de correio eletrônico, sms, sites, nunca clique sem antes investigar na fonte oficial.

Por outro lado, pessoas com baixo conhecimento tecnológico, crianças e idosos que os familiares devem se atentar muito mais, visto que são alvos mais fáceis dos fraudadores conseguirem reverter a ameaça em um efetivo golpe, pela facilidade de

acesso à informação devido a curiosidade da criança ou falta de conhecimento tecnológico de um idoso, por exemplo.

O principal meio de defesa para conseguir reduzir a quantidade de casos, é com o conhecimento. Através dele se consegue o melhor entendimento para agir em situações delicadas. Segundo AUDY et al (2005, p.96):

Conhecimento implica estar ciente e ter o entendimento de um conjunto de informações e como essas informações podem ser úteis para suportar determinado processo ou tarefa, envolvendo uma combinação de instintos, idéias, informações, regras e procedimentos que guiam ações e decisões. O conhecimento é uma informação valiosa da mente humana, que inclui reflexão, síntese e contexto. É difícil de estruturar, difícil de capturar em computadores, normalmente é tácito (não explícito) e sua transferência é complexa. (AUDY et al, 2005, p.96)

É importante salientar que a sociedade pode e deve procurar a educação digital como meio de prevenção a novos golpes, pois a tecnologia muda constantemente e é de extrema relevância todos estarem sempre com o conhecimento do meio digital apurado para evitar exposição de seus dados pessoais e financeiros. Aliado a essa educação digital, os bancos e instituições financeiras podem contribuir com esta prevenção através de materiais, como, folders e panfletos na abertura de conta e vídeos interativos nas redes sociais, frisando e atualizando os golpes e prevenções, visto que o mesmo é a fonte segura na visão da sociedade.

Segundo Vasconcellos (2017), o avanço tecnológico possui grande participação na exploração do espaço cibernético, pois, criou-se uma dependência nas redes de computadores e na internet. Devido a facilidade, agilidade, armazenamento compacto de dados. Victoria (s.d), complementa, muitas vezes estes ataques não visam recursos econômicos, mas, um desafio pessoal, simplesmente por ego. Uma pessoa anônima efetua diversos ataques para testar os sistemas, afim, de conseguir adentrar ao mesmo. Conseguindo êxito, acarretará diversos problemas, como lentidão no sistema ou até mesmo a paralisação, gerando complicações nas negociações das entidades, sejam elas públicas ou privadas.

Diante das diversas tentativas, torna-se preocupante a recorrência de ataques direcionados ao país, analisando o percentual de aumento na quantidade de golpes e tentativa, o Brasil adotou medidas de segurança mais rígidas para tentar frear essa onda. Criada em 14 de agosto de 2018, A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709/2018, entrando em vigência, em 18 de setembro de 2021. No qual, o

objetivo é proteger os dados, privacidade e a liberdade dos indivíduos. Tendo em vista a mitigação no vazamento de dados mediante a aplicação das duras penas previstas na lei.

Historicamente, as instituições direcionam a segurança da informação exclusivamente para a área de TI, como responsabilidade exclusiva da área. Um erro comum que ocasiona muitos problemas, pois esta, é muito boa em lidar com os aspectos tecnológicos. Graças aos aprimoramentos e ajustes dos mecanismos de segurança integrados com a base de dados, atuam com excelência, conseguindo detectar possíveis invasões e agir rapidamente na contenção. Atualmente, detemos de diversas informações confiáveis, como manuais, livros, métodos, no qual orientam as pessoas para o que elas devem ou não acessar, onde, usados corretamente, dificultando a vida dos invasores.

Por mais sofisticado que sejam os golpes, normalmente se aproveitam da falha ou desatenção humana. Segundo Pedroso (2019), o engenheiro social age manipulando instintos essenciais no ser humano, como emoções, sentimentos e ambições, para obter as informações almejadas. Fazendo que a vítima forneça as informações de forma natural, sem desconfiar, usando técnicas de comunicação, áudio visual, chamando a sua atenção e despertando uma necessidade involuntária, tudo isso atrelado a parceria e elogios com argumentos bem fundamentado, leva a interpretações errôneas e acaba fragilizando a diligência da segurança da informação.

Geralmente, os ataques possuem uma ordem cronológica pré-estabelecida que segundo Klettenberg (2016), acontece desta maneira:

A primeira consiste em reunir os dados sobre as vítimas, perfis e vulnerabilidades relacionadas a elas e ao ambiente no qual estão inseridas. Na segunda etapa, o engenheiro social se aproxima da vítima para estreitar laços, aflorando um sentimento de confiança. Em seguida, os dados obtidos sobre a vítima e o canal de atuação passam a ser explorados e por fim, na quarta etapa, o ataque é executado e as informações sigilosas são obtidas. (KLETTENBERG, 2016. p.68).

O tempo é o aliado dos golpistas, pois, é através dele que consegue manipular os resultados efetivos das suas ameaças. O controle do conjunto de informações alinhado as técnicas persuasivas é uma ferramenta essencial, desta forma os golpistas alisam o perfil das vítimas antes de entrar em contato, para que a abordagem feita através deles sejam o mais próximo possível do estilo de vida e comunicação da vítima, para que esta se sinta confortável com o diálogo, neste momento o golpista já

consegue criar uma “intimidade” com o indivíduo, tornando mais fácil o acesso a dados e informações sigilosas para posterior aplicar de fato o golpe.

Conforme normativas internas bancárias, existe uma diferenciação dos termos entre Golpe e Fraude nas instituições financeiras, para que seja possível identificar a raiz do problema, realizando uma análise da situação que o indivíduo vivenciou para que posteriormente a instituição informe se é possível realizar o ressarcimento do valor perdido pelo seu cliente. Contudo depende se a vítima teve consentimento do envio de dados ou valores (golpe) ou se a vítima teve uma invasão de seus dados perdendo valores sem sua interdição no ocorrido (fraude). Como observa-se na tabela 2 a diferença entre Golpe e Fraude:

Tabela 2: Diferença de Golpe e Fraude

GOLPE	FRAUDE
O responsável por efetuar a transação ou fornecer os dados ao golpista é a própria vítima.	É quando ocorre a transação sem o consentimento ou conhecimento da vítima.
Responsabilidade da vítima.	Responsabilidade da instituição pelo fácil acesso aos dados.
Não ocorre ressarcimento do valor perdido.	Ocorre ressarcimento do valor transacionado ou é passível de ação judicial contra a empresa.
Utiliza-se a engenharia social para conseguir compilar as informações das vítimas.	Os fraudadores hackeiam o acesso aos bancos de dados das empresas. (endereço, cpf, nome completo).
Exemplo: Pagamento de boleto falso, fornecimento de informações pessoais.	Exemplo: Compras indevidas no cartão de crédito.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Tendo em vista a tabela apresentada, nota-se que o mais recorrente no Brasil são os golpes, pois o golpista possui mais facilidade em conseguir o dinheiro ou informações sem precisar de um conhecimento amplo tecnológico, visto que a própria vítima fornece os dados ao contrário de fraude que o fraudador consegue acessar dados da vítima através da engenharia social sem que haja o seu consentimento, como clonagem de cartão de crédito.

Em contrapartida, orienta-se que a população siga as dicas de proteção à informação e de seus dados que são fornecidos pelos órgãos do governo, instituições financeiras por meio de comunicação oficial, para que seja dificultado o acesso de terceiros aos dados sensíveis de cada indivíduo. Segundo Neto (2018), por fazerem uso de técnicas mais complexas fica difícil de mapear e intervir antes que o ato

aconteça. A forma de abordagem não está relacionada diretamente com a instituição, não possui mecanismos tecnológicos para agir no combate. A única forma possível para evitar os ataques é através da prevenção, municiar os clientes de conteúdos e informações para mitigar a sua exposição. Atrelado a isto, pode-se elencar diversas formas de prevenção. Baseado em toda a pesquisa elaborou-se uma lista com dicas e cuidados comuns para prevenir-se dos golpes.

- Um exemplo de abordagem para possível golpe que está acontecendo nos dias atuais, são golpistas se identificando aos clientes como funcionários de instituições financeiras informando clientes sobre transações suspeitas realizadas com seus cartões. Assim, transferem o telefonema para uma falsa central de atendimento onde são solicitados dados da conta corrente, do cartão e senhas. Se receber esse tipo de contato desligue, não passe nenhuma informação.
- Ao receber uma ligação ou sms dizendo que há transações suspeitas em seu cartão, não passe informações e vá até uma agência ou entre em contato com seu gerente.
- Ao receber sms com links ou número de telefones, nunca retorne à ligação ou aperte no link, procure sempre o órgão oficial para sanar o possível problema.
- Ao comparecer na agência, nunca aceite ajuda de estranhos, procure sempre tratar estes assuntos com o profissional das instituições financeiras credenciadas.
- Cuidado com o descarte irregular de informações pessoais, como, extrato, fatura do cartão de crédito, comprovantes de depósitos ou transferência.
- Atentar-se ao armazenamento do cartão e senha, nunca os coloque juntos.
- Controle sua ambição e desconfie de ofertas generosas, dinheiro fácil não existe.
- E sempre que possível, oriente seus familiares, principalmente aos mais idosos, sobre os assuntos descritos acima.

Dada a importância da prevenção se faz necessário passar o conhecimento adiante para outras pessoas, para que não sofram o traquejo, pois, o ataque ou as ameaças terão menor eficiência. Se conseguir atingir uma quantidade majoritária de

peessoas com o conhecimento estruturado sobre o assunto, automaticamente, o índice de golpes efetivados irá reduzir, de forma que ajude a sociedade como um todo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças realizadas nos últimos anos com o avanço tecnológico, trouxeram diversos benefícios para a sociedade, mas, difundiram-se novos golpes, com a inovação tecnológica e a proliferação da internet, pessoas maldosas perceberam a oportunidades de desenvolver técnicas possíveis para aplicar virtualmente, onde, antes era restritos somente ao contato físico.

As instituições financeiras deveriam dar uma atenção maior aos seus clientes, municiando-os de informações básicas e como agir em caso recebam algo suspeito em seus dispositivos eletrônicos, disponibilizando as informações de segurança a todos os usuários e não somente estar disponível para quem as procura. a criação de uma mini cartilha de segurança instruindo os procedimentos e alertando caso algo anormal aconteça, procurando sempre as fontes seguras e oficiais para melhor entendimento do ocorrido, sendo entregue junto com o kit de boas-vindas no ato da abertura da conta, e a forma simples e ideal para combates estes golpes.

O presente trabalho apresentou algumas das formas utilizadas para aplicar os golpes financeiros, trazendo características para elucidar a diferença da fraude, juntamente com as medidas de segurança a serem seguidas.

Devido a quantidade de ameaças efetivadas contra o brasil, tornou-se necessário a criação de leis mais rigorosas quanto às punições do uso de dados pessoais sem o consentimento do indivíduo, demandando a intervenção imediata do Direito sobre a regulação de tais práticas.

Visto que a única forma de reduzir a quantidade de casos efetivados, é utilizando o conhecimento. Pelo fato de os golpes não terem relação direta com a base de dados.

REFERÊNCIAS

ALVES, Laís Hilário; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SOUZA, Angélica Silva de. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. Cadernos da Fucamp, v.20, n.43, p.64-83/2021. Disponível em: <
<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:3FdAHX->

eCwsJ:<https://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/2336/1441+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acessado em 15/05/2022.

AUDY, Jorge Luís Nicolas; ANDRADE, Gilberto Keller de; CIDRAL, Alexandre. Fundamentos de sistemas de informação. Porto Alegre, Bookman, 2005.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB. O que é banco (instituição financeira). Brasília, Distrito Federal, s.d. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/bancoscaixaseconomicas>>. Acessado em: 14/05/2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB. Estatísticas de Meios de Pagamentos. Brasília, Distrito Federal, s.d. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/spbadendos>>. Acessado em: 14/05/2022.

BRAGA, Pedro Henrique da Costa. Técnicas de Engenharia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://securityinformationnews.files.wordpress.com/2014/02/tecnicas_de_engenharia_social.pdf>. Acessado em: 15/05/2022.

BRASIL, LEI Nº 14.155, de 27 de maio de 2021. Brasília, 2021. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14155.htm>. Acessado em: 13/05/2022

BRASIL, LEI Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm>. Acessado em: 30/05/2022

BRASIL. Ministério Público Federal. Câmara de Coordenação e Revisão. O MPF de olho nas pirâmides financeiras: saiba como distinguir um investimento financeiro de um golpe. – Brasília: MPF/2ªCCR, 2016. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/publicacoes/cartilhas/guia-pratico-piramides-financeiras>>. Acesso em 14/05/2022.

BRASIL sofreu mais de 88,5 bilhões de tentativas de ataques cibernéticos em 2021. São Paulo, 2022. Disponível em: <<https://tiinside.com.br/08/02/2022/brasil-sofreu-mais-de-885-bilhoes-de-tentativas-de-ataques-ciberneticos-em-2021/>>. Acessado em: 30/05/2022.

BRIGNOLI, Juliano Tonizetti; POPPER, Marcos Antônio. Engenharia social: Um Perigo Eminente. Instituto Catarinense de Pós-Graduação – ICPG Gestão Empresarial e Estratégias de Informática. Disponível em: <https://www.academia.edu/38720641/ENGENHARIA_SOCIAL_Um_Perigo_Eminente>. Acessado em: 15/05/2022.

COMITÊ GESTOR DE INTERNET NO BRASIL. Cartilha de Segurança para Internet, versão 4.0 / CERT.br – São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2012. Disponível em: <<https://cartilha.cert.br/livro/cartilha-seguranca-internet.pdf>>. Acessado em 10/05/2022.

DINIZ, Eduardo Henrique. 10 anos de internet banking: desvendando o processo de incorporação de tecnologia em um banco brasileiro através de uma abordagem sociotécnica. Fundação Getúlio Vargas, Escola de administração de empresas de São Paulo. São Paulo, 2006. Disponível em:

<<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13387/10%20Anos%20de%20Internet%20Banking.pdf>>. Acessado em 05/05/2022.

ESTRADA, Manuel Martin Pino. A internet banking no Brasil, na América Latina e na Europa. Revista do Programa de Mestrado em Direito do UniCEUB, Brasília, v. 2, n. 1, p. 138-166, jan./jun. 2005. Disponível em: <

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:fbHDCLw1nr0J:https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/prisma/article/download/185/161+&cd=12&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 07/05/2022.

FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos. Boletos de cobrança. Febraban News. São Paulo, sf. Disponível em:

<<https://portal.febraban.org.br/pagina/3077/82/pt-br/boletos-de-cobranca#:~:text=O%20boleto%20de%20cobran%C3%A7a%20%C3%A9,a%20este%20produto%20ou%20servi%C3%A7o.>>. Acesso em: 14/05/2022.

FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos. Crescem golpes envolvendo manipulação de vítimas para roubo de informações pessoais. Febraban News. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://portal.febraban.org.br/noticia/3704/pt-br/>. Acesso em: 29/05/2022.

FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos. Phishing. Febraban News. São Paulo, sd. Disponível em: < <https://febraban.org.br/paginas/81/pt-br/>>. Acesso em: 14/05/2022.

FERNANDES, Lucas Barbosa; REIS, Samuel Dornelas de Souza. Detecção, identificação e inferência de conglomerados espaciais de fraudes bancárias em uma instituição financeira no centro-oeste do Brasil. 2011. 45 f. Monografia (Bacharelado em Estatística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: < <https://bdm.unb.br/handle/10483/3535>>. Acesso em: 07/05/2022.

GARCIA, Elias. Pesquisa bibliográfica versus revisão bibliográfica – uma discussão necessária. Revista língua & letras, Volume 17, Número 35. e – ISSN 1981-4755, 2016. Disponível em: < <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:dapbCsEJlc8J:https://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/download/13193/10642/57515+&cd=19&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acessado em: 15/05/2022.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: < <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 18/08/2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Países. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <<https://paises.ibge.gov.br/#/>>. Acessado em 30/05/2022

IBM - Internacional Business Machines Corporation. Segurança cibernética do setor bancário. Nova York, EUA. Disponível em: <<https://www.ibm.com/br-pt/industries/banking-financial-markets/cyber-security>>. Acesso em: 01/05/2022.

Klettenberg, Josiane. Segurança da informação: Um estudo sobre o uso da engenharia social para obter informações sigilosas de usuários de Instituições Bancárias / Josiane Klettenberg; orientador, Angel Freddy Godoy Viera - Florianópolis, SC, 2016. 181 p. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/172575/343623.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> . Acesso em 04/06/2022.

MARCHETTI, Renato Zancan; PAVARINI, Sara Cordeiro Coelho; SILVA, Wesley Vieira da. Mobile banking: o impacto das características pessoais do consumidor e dos atributos percebidos da inovação na adoção deste serviço. IV encontro de marketing da ANPAD. Florianópolis – SC, 2010. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/ema356.pdf>>. Acesso em: 04/05/2022.

MENDONÇA, Vítor Lobo Arruda de; FURTADO, Estevam de Oliveira. Dinâmica competitiva entre bancos tradicionais e bancos digitais no Brasil: uma perspectiva do cliente. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: < <http://repositorio.poli.ufrj.br/monografias/monopoli10031105.pdf>>. Acesso em: 14/05/2022.

MONTEIRO, Renato Leite. Crimes eletrônicos: uma análise econômica e constitucional. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza – Ceará, 2010. Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp142465.pdf>>. Acesso em: 08/05/2022.

NETO, João Araújo Monteiro; PARENTE, Renan Veras. Fraudes tecnológicas bancárias. Trabalho publicado nos Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI. Fortaleza – CE, 2010. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3869.pdf>>. Acessado em: 08/05/2022.

NETO, José Durval Carneiro Campello. Panorama Atual de Smishing no Brasil. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2018. Disponível em: < https://www.cin.ufpe.br/~tg/2018-2/TG_SI/jdccn.pdf>. Acesso em: 06/06/2022.

PEDROSO, Reinaldo Vitor. Engenharia social: o vínculo mais frágil da segurança. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: < https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/38347/1/Engenharia-Social_O-%20vinculo-mais-fragil-da-seguranca_Reinaldo-Pedroso_GIFES.pdf>. Acesso em: 04/06/2022

PERNAMBUCO. Ministério Público. Assistência Militar e Polícia Civil. Cartilha prevenção a golpes virtuais e presenciais: atitudes para segurança pessoal e de dados. / Redação e texto Sérgio Souza dos Santos; Revisão técnica, André Luiz Freitas Ferreira; [recurso eletrônico]. – Recife: Procuradoria-Geral de Justiça, 2021. Disponível em: < <https://www.mppe.mp.br/mppe/attachments/article/14933/Cartilha%20Prevencao%CC>>

%A7a%CC%83o%20a%20Golpes%20Virtuais%20e%20Presenciais%20-%20MPPE.pdf>. Acessado em 11/05/2022.

QUEIROZ, Mariana Pessoa de; ROSA, Nicolás Domingues. Phishing e redes sociais: um estudo de caso. FATEC – Faculdade de Tecnologia de Americana. São Paulo, 2019. Disponível em: <http://ric.cps.sp.gov.br/bitstream/123456789/3780/1/20191S_QUEIROZMarianaPessoaode_OD0669.pdf>. Acesso em: 08/05/2022.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Editora Atlas, 1999. Disponível em: <<https://climatechangemoz.com/wp-content/uploads/2020/04/Metodologia-de-Pesquisa-Social-Richardson.pdf>>. Acessado em: 17/05/2022.

SANTOS, Sabrina Oliveira dos. Engenharia social e políticas de segurança da informação no ambiente corporativo. FATEC – Faculdade de Tecnologia de Americana. São Paulo, 2018. Disponível em: <http://ric-cps.eastus2.cloudapp.azure.com/bitstream/123456789/3426/1/20182S_SANTOSSabrinaOliveira_OD0589.pdf>. Acessado em 08/05/2022.

SÃO PAULO, Prefeitura Municipal de Diadema. Boletos falsos: alerta do Procon Diadema. Procon Diadema. São Paulo, sd. Disponível em: <http://www.diadema.sp.gov.br/dmp/comunicacao/Comunicacao/Site2/Procon_Boletos%20Falsos.pdf>. Acesso em: 14/05/2022

TEIXEIRA, Lígia. Engenharia social. São Paulo: Fatec, 2011. Disponível em: http://ric.cps.sp.gov.br/bitstream/123456789/1488/1/20111S_TEIXEIRALigia_TCCPD1096.pdf. Acesso em: 04/02/2022.

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Engenharia social (segurança da informação). Porto Alegre, 2019. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/dequi/wp-content/uploads/2019/07/Engenharia-Social.pdf>>. Acesso em 09/05/2022.

VASCONCELLOS, Alexandre Antônio Urioste. Ameaças cibernéticas à segurança nacional e os impactos nas expressões do poder nacional: um estudo de casos históricos. Rio de Janeiro: ESG, 2017. Disponível em: <ALEXANDRE ANTONIO URIOSTE VASCONCELLOS.pdf (esg.br)>. Acessado em: 30/05/2022.

VICTORIA, Artur. Ataques cibernéticos – síntese. Universidade Autónoma de Lisboa, s.d. Disponível em: <https://www.academia.edu/33983570/Ataques_Cibern%C3%A9ticos_S%C3%ADntese>. Acessado em 30/05/2022.



AUTORES

Alessandra Figueira Amaro

Bacharel em Administração pela Faculdade São Francisco de Assis.

Carlos Eduardo Gomes

Graduando em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense, Integrante do núcleo de pesquisa Da Subjetividade à Verdade (UFF), Integrante do Coletivo Independente de Produção Acadêmica (CIPA).

Cleilton Pazini Santana

Mestrando em Política Social (UFES). Especialista em Direito de Família (FAVENI). Bacharel em Direito (FDV).

Elisiane Alves Fernandes

Doutora em Educação pela Universidad Evangelica del Paraguay. Professora da Faculdade São Francisco de Assis.

Enzo Mazzotti Almeida

Graduando em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense, integrante do Coletivo Independente de Produção Acadêmica (CIPA).

Fábio da Silva Calleia

Assistente Social com mais de 10 anos de atuação em diversas políticas públicas, mestre em Serviço Social pela UFRJ e Doutorando em Serviço social pela UFJF.

Ingrid Adame Moreira

Assistente Social do HU de Juiz de Fora, mestre em Serviço Social pela UFF e Doutoranda em Serviço Social pela UFJF.

Lucas Moratelli Teixeira

Graduando em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense, Integrante do Coletivo Independente de Produção Acadêmica (CIPA).

Matias Pereira Martins

Graduando em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense, Integrante do Coletivo Independente de Produção Acadêmica (CIPA).

Michael Calgaro Bezzutti

Bacharel em Administração pela Faculdade São Francisco de Assis.

Pedro Alves Gomes

Graduado e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Doutorando em Política Social pela mesma universidade. Estuda temas como masculinidades, feminismo, feminismo marxista e Teoria da Reprodução Social.

Pedro Quadra de Araujo Machado Ferreira

Graduando em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense, Integrante do núcleo de pesquisa Da Subjetividade à Verdade (UFF), Integrante do Coletivo Independente de Produção Acadêmica (CIPA).

Richard Silva dos Santos

Graduando em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense, Integrante do Coletivo Independente de Produção Acadêmica (CIPA).

Tânia Regina Raitz

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (1986), mestrado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (1994) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2003). Atualmente é professora e pesquisadora nos cursos de graduação em Pedagogia e Sociologia e do Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. É líder do grupo de pesquisa Educação e Trabalho no Mestrado e Doutorado em Educação da Univali. Desenvolveu estudos pós-doutorais na Universidade de Barcelona, na cidade de Barcelona-Espanha. Foi técnico de atividades especiais - Sistema Nacional de Emprego - SINE/SC e atualmente servidora estadual aposentada. Tem experiência na área de Educação e Trabalho e da Sociologia em Educação, atua em suas investigações especialmente com os seguintes temas: educação e trabalho; juventude, educação e trabalho; identidade e

trabalho; trajetórias profissionais e sentidos do trabalho e da educação; jovens e formação profissional; jovens, escolha e inserção profissional; orientação profissional ou vocacional; identidade e memória; identidades profissionais e trabalho; experiências com o desemprego juvenil; práticas educativas e trabalho docente; Trabalho e saúde do trabalhador docente; formação profissional e organizações educativas; transições acadêmicas e laborais.

Tarsilla Noemi Bertoli Alexandrino

Doutoranda em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí, Mestre em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc (2017) com graduação em Administração Pública (2013), Pedagogia (2009) e Normal Superior (2008). Tem afinidade com temas como: Políticas Públicas, Educação Pública, História da Educação, Trabalho Docente, Gênero e Diversidade, Participação Popular, Coprodução do Bem Público.

Waldenilson Teixeira Ramos

Psicólogo graduado pela Universidade Federal Fluminense sob o registro CRP 05/72529, extensionista na UFF e UFRJ, pesquisador no Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura (CLAEC), integrante do núcleo de pesquisa Da Subjetividade à Verdade (UFF), membro do Coletivo Independente de Produção Acadêmica (CIPA).



Editora
REALCONHECER

ISBN 978-658452577-1



9

786584

525771